

I. Introdução

Com a ampliação dos estudos sobre a criminalidade escrava, tornou-se corrente entre os historiadores a busca por respostas a respeito do assunto em arquivos policiais e judiciais, principalmente, nos marcos do século dezenove. Alguns estudos tentaram identificar padrões e tendências da criminalidade escrava a partir dos dados obtidos por meio de pesquisa em arquivos policiais e judiciais. São clássicas as teses de Maria Helena Machado (1987) e de Leila Mezan Algranti (1988), que se tornaram referência sobre a reflexão da problemática constantes nesses estudos. Tais análises associam o desenvolvimento da sociedade escravista com o crescimento da criminalidade escrava, conforme registrou, em recente publicação, Elione Silva Guimarães, em que concluiu:

Juntamente com o progresso material cresceu vertiginosamente a ocorrência da criminalidade praticada por homens livres, libertos e cativos. Houve um predomínio de crimes contra pessoa (homicídio, tentativa de homicídio, ofensas físicas). Este crescimento da criminalidade foi resultado do aumento das tensões entre senhores e escravos, dos conflitos entre trabalhadores livres pobres e das disputas internas entre a escravaria (2001, p. 102)

Neste artigo pretendo discutir a validade dessa interpretação para a sociedade escravista capixaba, nos marcos dos anos de 1833-1888, a partir de dados obtidos em arquivos de Polícia e da Justiça da Província do Espírito Santo para a Comarca de Vitória. Como se sabe, Vitória, uma das cidades mais antigas do País, datando sua fundação de 1551, desde sua colonização, contou com a utilização do braço escravo nas atividades produtivas ou domésticas da região. Considerando a memória estatística produzida pelo Presidente da Província em 1827, a população total da Província somava então, 35.879 habitantes, dos quais 12.704 estavam sediados na Vila de Vitória, alocados em 2.600 fogos (casas). Em Vitória, conforme tais dados, existiriam 4.324 cativos e 8.380 livres, chegando os cativos à proporção de 34% da população. Em relação à cor, os brancos formavam um grupo de 3.714 almas, ao passo que os outros grupos, pretos e pardos principalmente, somavam 8.990, ou seja, 70,7% da população da Capital, sendo os índios apenas 164 do total. Minha pesquisa em arquivos da Polícia e da Justiça da Comarca de Vitória aponta uma interpretação em muitos pontos diferente dos estudos anteriores. A Polícia não conseguiu se impor como autoridade responsável pelo controle dos escravos no meio urbano e nem a Justiça logrou ser um espaço de representação da vontade senhorial. Ao contrário, encontrei evidências que apontam um certo descompasso entre as autoridades policiais e judiciais e a camada senhorial local. Além disso, os dados revelam uma baixa atuação da Polícia no combate ao crime, desde os mais ordinários, como infrações de posturas, até os mais graves, como homicídios e furtos. Assim, as estatísticas criminais mostram uma sociedade muito segura do controle de seus escravos que dispensava a ação do Estado, fosse por intermédio da Polícia ou da Justiça.

II. Combatendo a rebeldia escrava

Conforme as correspondências entre as autoridades policiais e provinciais, existia grande ênfase a ocorrências fugas e rebeldias de escravos, conforme relato produzido pelo Delegado de Itapemirim ao Chefe de Polícia do Espírito Santo, em 1845, que chegou mesmo a desenhar um clima de pânico na localidade em relação às fugas dos escravos:

Comunico a Vossa Senhoria, que ontem doze do corrente, e às oito horas da manhã, mais ou menos, foi à Casa da Fazenda de D. Úrsula Barreto da Silva Lima cerca de dez escravos de Francisca de Paula Gomes Bittencourt, de Heliodoro Gomes Pinheiro, e da fazenda Areia, todos armados, e

achando em casa ao feitor de nome João, um dos escravos lhe quis atirar, mas este pediu que o não matasse e que lhes o acompanharia aonde estavam os seus senhores, e com efeito os ditos escravos o arrancaram de casa e o conduziram à fazenda Areia, aonde se achava aquele Paula, autor deste atentado (Fundo de Polícia, Série 2).

Com base nesses eventos, quase sempre relatados pelas próprias autoridades coatoras, sustentou-se a necessidade de constituir-se uma força policial minimamente organizada e aparelhada, bem como com a estruturação da Justiça, com seus Juízos, Jurados, julgamentos e processos dos criminosos. Isso, apesar da reconhecida ausência de crimes com vítimas na Província. Parecia, à elite política, que a Polícia e a Justiça deveriam cuidar para a imposição da ordem dominante, instituindo comportamentos socialmente aceitos, afastando as manifestações sem controle das classes inferiores e reprimindo as possibilidades de rebeldia dos segmentos mais perigosos como escravos, libertos, afro-descendentes e acoitadores.

Com essa motivação, os Presidentes de Província, apoiados pela Assembléia Legislativa, esforçaram-se por organizar a Polícia numa Província com um índice de crimes, que eles mesmos reconheciam, diminuto, exaurindo ainda mais as minguadas finanças públicas. Não foi fácil, entretanto, manter organizada uma força de milícia permanente na Província, o que demandou reiterados apelos dos governantes por apoio nessa empreitada. Criada em 1835, com cem soldados, além dos oficiais, a Companhia de Guarda Permanente chegou a ser dissolvida nos anos de 1843 a 1848 por causa de dificuldades financeiras. Nesse período, uma Guerrilha composta de apenas 20 homens foi incumbida da procura de criminosos e escravos fugidos, enquanto o patrulhamento da cidade ficava ao encargo da Companhia de Caçadores de Linha - cuja obrigação era o combate aos indígenas do Rio Doce - e da Companhia de Pedestres, com o efetivo de 82 praças. Somente em 1861, a Companhia de Polícia, sob essa nova denominação, seria reorganizada, mas seu efetivo de praças não mais alcançou, até o final do século, a antiga cifra de cem soldados. Revendo os relatórios dos Presidentes de Província e as correspondências das autoridades policiais e judiciais, encontramos um verdadeiro clamor por um maior efetivo de guardas em prontidão e vigília, embora nesses mesmos documentos fosse reconhecida a baixa incidência de delitos.

Os poucos crimes ocorridos à época na Província, segundo a voz corrente das autoridades, eram considerados infrações menores. Um determinado Juiz expressou a necessidade de uma força policial mais ostensiva, acusando a falta de policiamento pela ocorrência de crimes. Para o magistrado, a única maneira de evitar as contravenções de que tomara conhecimento seria a ação enérgica da polícia, prendendo preventivamente a população ignorante e inculta. Não seria tarefa dos órgãos policiais coibir as traquinagens dos filhos da elite, as festas finas da alta hierarquia ou os vícios escondidos pelos tafetás e veludos dos salões requintados. Não eram também responsabilidade dos homens da Guarda Permanente os negros e mulatos que ascendiam a uma posição social, pelo menos, intermediária. Daemon (1886, p. 228) dá notícia sobre Luiz Corrêa de Araujo, homem de cor preta, possuidor de fortuna e de escravos, além de ter-se tornado Alferes do Corpo de Pedestres. Na perspectiva do largo espectro das hierarquias sociais do Brasil novecentista, Luiz não se incluía entre as pessoas a serem vigiadas. Conquistara ele, aliás, a posição oposta, cabendo-lhe agora o papel de controle dos hábitos e comportamentos da camada da qual egressara .

III. As prisões como método de controle social

Por determinação do Código de Processo Criminal, em cada repartição policial deveria existir um livro da porta, onde, de acordo com o artigo 158, anotavam-se despachos a respeito das entradas e saídas dos presos, contando, inclusive, com a identificação das unidades prisionais de origem e de destino, quando necessário. Infelizmente, não consta, no Arquivo do Estado do Espírito Santo, esse precioso documento. Utilizei como fonte das prisões efetuadas na Província as participações do Chefe de Polícia ao Presidente de Polícia, que se reportava diariamente ao seu dirigente máximo provincial a respeito das prisões efetuadas. Pude averiguar que essas participações estavam, possivelmente, em concordância com os registros de porta de cadeia, pois o Presidente Tomé da Silva, em seu relatório à Assembléia Legislativa Provincial, datado de 1873, cita terem sido inscritos duzentos e quarenta e oito despachos no

livro da porta do ano anterior, um número muito próximo ao total de autuações comunicadas pelo Chefe de Polícia ao Presidente de Província no ano de 1870, que somou duzentas e sessenta e cinco prisões e livramentos. Essa constatação fornece alguma segurança em relação às fontes coligidas para este trabalho.

Um balanço inicial das participações das prisões efetuadas pelas autoridades policiais, comunicadas pelo Chefe de Polícia, apresenta uma atividade repressiva decrescente, sobretudo a partir de 1875. O marco de duzentas e quarenta e duas prisões, registrado em 1857, não foi mais alcançado no decorrer do século dezenove, mesmo tendo-se verificado uma tendência de elevação no total a partir de 1880. A redução ocorrida nas décadas de 1850, 1860 e 1870 chegou à ordem de cinquenta por cento, ou seja, diminuíram a quase a metade em comparação às prisões efetuadas no início do período. Importa notar aqui que a curva de prisões de escravos evidencia um número decrescente de autuações, com uma queda significativa após 1870. Mesmo sendo uma preocupação em constante evidência nos relatórios de Presidentes de Província e nas correspondências das autoridades, efetivamente, não ocorriam tantas prisões de escravos como se poderia supor. Chama atenção, no entanto, o grande número das autuações enquadradas nas categorias de alcoolismo, desordens e “vozerios”.

Das fontes policiais examinadas, percebe-se que entre todos os crimes investigados pela Polícia, os que resultaram no maior número de prisões estavam ligados aos crimes policiais. Esses dados revelam a ordem pública como a preocupação maior da força policial na Província do Espírito Santo. Assim, nas prisões permaneciam indivíduos que cometiam crimes sem vítimas, tais como desordens, embriaguez e vadiagem, ou que deviam apenas responder a indagações policiais. Identificando os tipos de crimes policiais mais freqüentes, podemos ter uma boa idéia da preocupação das autoridades provinciais com a ordem pública. Nas participações de prisões fornecidas pelos Chefes de Polícia¹, realizamos uma amostragem quinqüenal do período de 1857 a 1888. Complementamos essas informações com as estatísticas constantes nos Relatórios dos Governos Provinciais, seja conferindo a realidade dos dados encontrados, seja completando a lacunas por ausência de informação de algum ano. A amostragem apresenta como principais causas das prisões a desordem e a embriaguez, sendo que a primeira correspondia a uma média de 21,5 por cento das detenções registradas no período e a segunda, 19,5 por cento. Apenas esses dois tipos penais totalizavam 41 por cento das ocorrências anuais.

Se levarmos em conta a explicação de Boris Fausto (2001, p. 46) de ser a desordem um “comportamento episódico das pessoas em público, sem fixar uma conduta criminoso” e a embriaguez uma “preocupação com o comportamento das pessoas em público”, a maior parte das prisões na Província capixaba estava voltada à repressão dos “costumes” entre os escalões mais baixos da população. A tarefa de reprimir o comportamento popular apoiava-se amplamente nas leis penais do Império, porém, a escolha dos tipos penais para a atuação policial denunciava uma espécie de compromisso tácito das autoridades com a vigilância da ordem pública.

IV. Criminalizando os costumes

No Código Penal de 1830 não havia um tipo penal intitulado desordem ou embriaguez. Existia, com efeito, o artigo 280, que previa a pena de dez a quarenta dias e multa correspondente à metade do tempo para quem praticasse qualquer ação, em lugar público, considerada como evidentemente ofensiva da moral e dos bons costumes. Já o Código de Processo Criminal² incluía entre as atribuições policiais “obrigar a assinar termo de bem viver aos vadios, mendigos, bêbados por hábito, prostitutas, que perturbam o sossego público; e aos turbulentos, que por palavras ou ações ofendem os bons costumes, a tranqüilidade pública, e a paz das famílias” (Art. 58, item 2º). Esses delitos não se configurariam exatamente crimes, como explicava Pimenta Bueno (1858, p.18), mas, sim, contravenções ou pequenas infrações, pois são menos graves e, por isso, sujeitos a penas menores. A responsabilidade sobre as contravenções, aduz ainda o jurista, caberia aos tribunais policiais: “cometem pois as legislações, não só a perscrutação e indiciamento de tais crimes, como o seu julgamento, à própria Polícia, mediante um processo embora cauteloso todavia sumário, ministrando ao par disso os necessários recursos”. A

¹ Correspondências do Chefe de Polícia ao Presidente de Província (Fundo de Polícia, Série 2).

² A contar da Lei de 3 de dezembro de 1841.

legislação penal do Império havia oferecido, portanto, instrumentos suficientes à Polícia e ao Juiz de Paz³, às autoridades locais, para impor a ordem pública de forma efetiva e célere.

As Posturas deveriam, nesse contexto, desempenhar seu papel de referência legal da ação repressora em nível local, ampliando ou detalhando as incidências das contravenções. Em Vitória, por exemplo, elaborou-se um capítulo dedicado às vozerias, obscenidades e ofensas à moral, proibindo-se músicas, foguetes, tambores, gestos indecentes, pinturas em locais públicos entre outros.

Parece-nos que a escolha dos funcionários da Polícia em registrar as prisões com os tipos penais desordem e embriaguez, ao invés de vadiagem ou mendicância, não era nem fortuita, nem aleatória. Havia, é verdade, expressa condenação à mendicância e à vadiagem no Código Penal, em seus artigos 295 e 296, embora condicionada a certas situações. No caso de vadiagem, devia ocorrer, em primeiro lugar, uma advertência do Juiz (ou da autoridade policial). No trato da mendicância, a atitude de uma pessoa somente se tornaria proibida quando houvesse, na vila ou na cidade, um abrigo público para os mendigos, ou quando os indivíduos que mendigassem estivessem em termos de trabalhar, ou fingissem enfermidades, ou estivessem mendigando em grupo. A própria legislação já criava uma certa responsabilidade para a autoridade coatora. Ao ser um indivíduo enquadrado como mendigo ou vadio, o policial ou Juiz precisava certificar-se das condições de assistência ou de caridade disponíveis na localidade. Na hipótese de uma prisão por indigência, por exemplo, a força policial deveria, por lei, encaminhar o indivíduo à casa de caridade local – em Vitória, a Casa de Misericórdia - como podemos ler no relatório apresentado pelo Presidente Luiz Antônio Pinheiro, em 1869: “[...] por esforços dos seus provedores e proteção constante da administração prosperou e conservou-se até hoje à classe indigente, que espontaneamente ou mandado das autoridades, acolhia-se sob o seu teto beneficente”.

Durante boa parte do século dezenove, os mendigos não eram considerados, na opinião geral, como marginais, segundo informa Fraga Filho (1996, p. 21), chegando a desfrutar de certa tolerância social, ligados que estavam ao cenário cotidiano da cidade. Em acontecimentos sociais importantes, como batizados e casamentos, os anfitriões procuravam ajudar os pobres e os miseráveis como um ato de fé e caridade. Nos testamentos, era usual constar uma renda a ser distribuída, na forma de esmola, entre pobres e mendigos. Já a vadiagem não gozava de tanta tolerância por parte da sociedade novecentista. Fraga Filho (1996, p. 76) explica, igualmente, que o termo vadio remetia às camadas livres e pobres, tradicionalmente vistas como inclinadas para ociosidade. Eram pessoas que sobreviviam de atividades condenadas moralmente pela sociedade, como a exploração da mendicância, da prostituição feminina ou a prática de roubos. Essas denominações mencionadas, de contornos nebulosos, não poderiam deixar de criar dificuldades à tipificação dos delitos por parte dos policiais ao exigir deles uma conexão entre diversos eventos para o correto enquadramento das diversas ocorrências.

A ausência de tipos penais, como mendicância ou vadiagem, nas estatísticas criminais e mesmo nas participações do Chefe de Polícia não indica a ausência de miseráveis em Vitória. O Bispo D. José Caetano da Silva Coutinho, na visita à Freguesia da Vitória em 1812, relatou ser grande a pobreza da terra ao mencionar o “aluvião de mendigos que me perseguiram em casa e pelas ruas” (Coutinho, 2002, p. 114). A bucólica Vitória do século dezenove possuía sua parcela de mendigos e vadios, como costumava ocorrer com muitas cidades de seu porte no Império. O Presidente Costa Pereira, em 1862, relatou à Assembléia Provincial que “apesar da extrema fertilidade do solo, existe na Província um número de indivíduos que lutam com o infortúnio da pobreza, inspiradora de crimes” (Mensagem, 1862, p. 6).

A esmola e a caridade não chegavam a ser, portanto, assunto de Polícia. Os mendigos e os miseráveis eram vistos como atribuições das associações da caridade. Às autoridades policiais cabia a disciplina das populações pobres. O comportamento imoral dos indivíduos oriundos dos estratos sociais inferiores devia ser enquadrado em tipos penais mais óbvios. O procedimento padrão envolvia a aplicação sumária de uma pena de reclusão ou açoites, uma vez que cabia à própria autoridade policial o julgamento desses delitos menores. As prisões por desordem e embriaguez podem ser entendidas, portanto, como reflexo do empenho dessas autoridades em realizar o controle dos costumes ditos condenáveis e localizados, comumente, entre as camadas mais desfavorecidas da população.

³ Antes da lei de 3 de dezembro de 1841.

IV. A população carcerária

As detenções de escravos, na segunda metade do dezenove, permaneceram na média de cinquenta ao ano, enquanto as de homens livres ocupavam uma faixa mais ampla, de cem a duzentas reclusões. Aparentemente, os dois grupos eram muito distintos, mas, se deixarmos à margem a condição civil de liberdade, é possível que, entre os livres, não se tivessem contabilizado muitos indivíduos com ascendência escrava, tais como libertos, descendentes nascidos livres, mulatos e outros.

Nas participações do Chefe de Polícia, encontramos, na amostragem de 1.221 detenções, referência a somente 19 pessoas de cor preta. É significativa a ausência da cor nesses registros, o que, no entanto, não deve ser interpretado como uma despreocupação das autoridades policiais a esse respeito. A sociedade capixaba, conforme as estatísticas da época, possuía algo em torno de sessenta por cento de sua população formada por afro-descendentes, ou pessoas de cor.

Falando rigorosamente, a prática da coerção social não se dirigia somente aos estratos pobres da população. Ela abrangia, mais propriamente, todo o conjunto das pessoas de cor. Padre Antunes acusa essa diferença na apreciação dos festejos religiosos das confrarias de brancos, pretos e pardos. Os dois últimos segmentos, desprovidos dos freios da disciplina dominante, davam azo a atitudes consideradas abusadas e perigosas. Era preciso, na opinião do vigário, submeter esses espíritos à ordem e à disciplina por meio da força bruta, como forma de combater seus caprichos grotescos. A elite local elegia, desse modo, os hábitos socialmente aceitáveis e confiava à vigilância das autoridades policiais as atitudes consideradas desordeiras. Do ponto de vista da elite, a ação repressora sobre os hábitos e os costumes da população pobre não se devia unicamente à pobreza ou à cor em si, mas também ao fato de se tratar de pessoas pertencentes a uma raça sem civilização.

Ao que tudo indica, a contenção dos hábitos e dos costumes era suficiente para manter o tênue equilíbrio de submissão servil existente na sociedade escravista capixaba. Outras tantas rebeldias mais perigosas de combater, como as fugas de escravos e os quilombos, não ocupavam o centro das preocupações das localidades da Província. Essas formas de resistência não trouxeram conturbações maiores, apesar da insistência das autoridades em alertar para tal ameaça. Na verdade, a força policial local ocupava-se majoritariamente de bêbados e desordeiros. E, de acordo com as fontes, os escravos eram a menor parcela desses presos.

Referências Bibliográficas

Fontes

ARQUIVO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO. Presidentes da Província do Espírito Santo (1848-1888). Mensagens enviadas à Assembléia Legislativa Provincial do Espírito Santo. Vitória: Typographia da Gazeta da Victoria, [18...].

_____. Correspondências recebidas pelo Presidente da Província do Espírito Santo. Livros História Judiciária. Série Accioli.

_____. Correspondências expedidas e recebidas do Chefe de Polícia. Fundo de Polícia. Série 2.

_____. Autos Criminais (1833-1871). Fundo de Polícia. Série 2.

Livros

ALGRANTI, Leila Mezan. O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro – 1808-1822. Petrópolis: Vozes, 1988.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas –1830/1888. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GUIMARÃES, Elione Silva. Criminalidade e escravidão em um município cafeeiro de Minas Gerais – Juiz de Fora, Século XIX. Revista Justiça e História, Vol 1, nos 1 e 2, p. 73-105, 2001.

COUTINHO, José Caetano da Silva. O Espírito Santo em princípios do século XIX: apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro quando de sua visita à capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819. Vitória: Estação Capixaba e Cultural – ES, 2002.

DAEMON, Bazílio Carvalho. História da província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, synopsis e estatística. Vitória: Typografia Espírito-santense, 1886.

FRAGA FILHO, Walter. Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX. São Paulo: Hucitec, 1996.

ALFORRIAS TESTAMENTÁRIAS: ALFORRIADOS, TESTAMENTEIROS E PROMOTORES. PORTO FELIZ, SÃO PAULO, SÉCULO XIX

Roberto Guedes

Reportando-se à vila de Porto Feliz do século XIX, este trabalho analisa alforrias testamentárias. Em geral, mediante cartas de liberdade cartoriais, estudos sobre alforria ressaltam os motivos senhoriais e as modalidades de concessão de liberdades, bem como o perfil demográfico dos ex-cativos (Mattoso, 1972; Schwartz, 1974; Eisenberg, 1989). Também há estudos que, por meio de testamentos, destacam problemas semelhantes, mas não os acontecimentos posteriores às vontades dos testadores (Mattoso, 1979; Oliveira, 1988; Paiva, 2001). Num e noutro caso, enfatiza-se um momento das alforrias. Estas ressalvas não minimizam a contribuição de estudiosos, que muito fizeram para o avanço das pesquisas. Tento somente sugerir outros problemas. Mais importante, não se trata apenas de aferir o cumprimento, ou não, de alforrias e legados em testamentos, mas perceber os meandros entre a verba testamentária e seus desdobramentos; enfim, o caráter processual do trânsito entre a escravidão e a liberdade. Sendo assim, cabe indagar: o que podia acontecer depois que o testador morria? Dependia de testamenteiros, curadores, juízes, promotores e dos cativos libertados. Portanto, neste texto, a questão principal é analisar os desdobramentos de disposições testamentárias sobre alforrias.

Para isto, lanço mão de autos de prestação de contas testamentárias atinentes ao período situado entre 1840 e 1883, mas que se reportam a testamentos abertos entre 1824 e 1882. Como o próprio nome indica, autos de prestação de contas de testamento aludem a quitações dos testamenteiros e curadores perante um juízo, no caso o municipal de órfãos. Este juízo mandava convocar os testamenteiros que não prestaram contas das verbas testamentárias. Os testamenteiros para demonstrar o cumprimento da verba apresentavam vários documentos: recibos, quitações de recebimento de legados, de alforrias, de heranças, de pagamentos de taxas etc. Depois disso, o processo era avaliado por um promotor de resíduos, que indicava estarem as verbas cumpridas, ou não, encaminhando seu parecer - “Vista do promotor” - a um juiz de órfãos e/ou provedor da Fazenda. Dependendo da avaliação, era necessário apresentar outras provas do cumprimento das disposições testamentárias para se dar quitação ao testamenteiro e concluir o processo. Em suma, o julgamento do juiz de órfãos ou do provedor da Fazenda era mediado pelo parecer do promotor sobre as contas prestadas pelo testamenteiro. Por fim, havia a última etapa do processo, o “Visto em Correição”, feito em período posterior à conclusão. A Correição, como o nome sugere, analisava irregularidades nos processos, inclusive os aprovados. O parecer do promotor, o julgamento do juiz de órfãos ou do provedor da Fazenda, de um lado, e o parecer da Correição, de outro, eram quase sempre conflitantes.

Embora houvesse discordâncias nas instâncias jurídicas, o que se observa é que o papel dos testamenteiros era fundamental para a realização das verbas testamentárias. Em um Termo de Provisão, em 1843, o Juiz da Comarca de Itu, à qual a vila de Porto Feliz era vinculada, afirmou:

“(...) [Deve-se] tomar com prontidão e regularidade as contas dos testamentos, por ser isto mesmo a bem das pessoas interessadas no cumprimento das disposições testamentárias, e porque a Fazenda percebe no devido prazo as taxas que lhe pertencem, e que ordinariamente ficam demoradas a arbítrio dos testamenteiros quando eles não são compelidos judicialmente ao pagamento das mesmas, assim como a entrega de heranças e legados (...). Nébias”.

A se dar crédito às palavras do Juiz da Comarca, heranças e legados demoravam a ser entregues, quiçá muitas vezes não fossem. Seria o mesmo possível em relação a alforrias? Dos 125 autos de prestação de contas analisados, 61 (48,8%) libertaram escravos, mas 10 deles (16,4%) não apresentaram qualquer comprovante do cumprimento da alforria testamentária. Em outras 14 vezes (23%), os promotores requisitavam ao juiz que citassem novamente aos testamenteiros, mas em 6 destes casos, mesmo após cobrança de documentos, os testamenteiros não os apresentaram.

Em processos de prestação de contas de testamento, libertou-se 226 cativos, 150 (66,3%) dos quais foram reconhecidos como forros, no gozo da liberdade, quer por depoimento de testemunhas, por cartas passadas assinadas a rogo, dentre outras maneiras. Mas parece que 42 cativos (18,6%) não alcançaram a liberdade, quer porque tenham morrido antes ou qualquer outro motivo, inclusive a não apresentação do comprovante por parte do testador. 18 escravos libertos em testamento estavam em processo de liberdade, uma vez que ainda não havia sido satisfeita a condição da alforria. Para os demais 16 não há informação.

Num dos autos que sequer chegam a apresentar as quitações das alforrias, mas foram aprovadas pelo promotor, a posterior Correição anotou o seguinte:

"(...) os documentos apresentados não [são], como deviam ser, quitações públicas, e nem ao menos se fizeram reconhecidas [ilegível] assinadas; [além disso], nada consta sobre a efetividade da liberdade conferida pela testadora ao escravo Manoel (...) Porto Feliz, 26 de maio de 1862. Francisco da Costa Carvalho"

Como este caso, a comprovação da alforria era um dos motivos mais freqüentes para as discordâncias entre testamenteiros, curadores, juizes e promotores, de uma parte, e a Correição, de outra. Mas, quando o promotor reclamava, o juiz mandava citar novamente o testamenteiro, que, diga-se logo, quase nunca dispunha de comprovante. No entanto, dependendo das relações pessoais entre promotores, curadores e testadores, a demonstração da alforria podia ser omitida no processo, ou melhor, promotores e juizes faziam vista grossa para a falta.

Por exemplo, Dona Ana Alves Lima era encarregada de cumprir as últimas vontades de seu marido, o tenente Francisco Antônio de Souza, que, em abril de 1837, dissera o seguinte: (...) Declaro que deixo forro o escravo João, o pajem, com a condição de servir minha mulher seis anos depois de minha morte (...). O testamento foi aberto em fevereiro de 1838 e o parecer do promotor foi dado em maio de 1843. Faltava um pouco menos de um ano para o prazo da liberdade. Por isso, o promotor afirmou: "Ainda não completou o tempo".

À primeira vista, a testadora estaria cumprindo o disposto no testamento, mas o que se percebe é que o processo se arrastou porque algumas missas não foram realizadas, dentre outras disposições. Há vários recibos, inclusive dos escravos legados, mas faltavam outros. Mesmo assim, o promotor dos resíduos deu as contas por prestadas, o que foi aprovado pelo juiz de órfãos. Mas na Correição de 1862, um outro promotor afirmou:

"(...) Revistas estas contas prova-se que, ainda mesmo aceitos os documentos particulares apresentados pela testamenteira, em prova do cumprimento de diversas verbas testamentárias, algumas existem sobre cujo cumprimento nenhum documento foi até hoje produzido".

Faltando documentos, o juiz da Correição exigiu "a apresentação das quitações, [inclusive a] do liberto João (...) [Depois] de satisfeitas tais exigências, pode-se haver por cumprido o testamento - Porto Feliz, 26 de maio de 1862 - Francisco da Costa Carvalho". Assim, 24 anos depois da morte do testador, sua testamenteira era falecida e ainda não havia a quitação da liberdade do escravo João. Quase prescreveu o prazo de prestação de contas, que era de 25 anos.

Com efeito, às vezes passavam-se anos para o cumprimento das verbas testamentais, ou ao menos para a demonstração de documentos que as afirmassem. Diante disso, cabe indagar se a ausência de comprovação da alforria implica, ou não, o não gozo da liberdade. Nem sempre. Suponho mesmo que não. Para além do registro oficial da alforria, tal como requerido em Correição, havia seu reconhecimento social, como se vê no episódio abaixo analisado.

Dona Gertrudes Leite da Silva redigiu seu testamento em abril de 1829, o qual foi aberto em julho de 1830. Para depois de sua morte, a testadora deixou libertos os escravos Pedro, Miguel e Romualdo, este último acoartado no tempo de seis anos, pagando a quantia de 150\$000. Treze anos depois, em 20 de dezembro de 1843, o testamenteiro, sob pena da lei, foi chamado à Justiça para prestar contas, mas pediu dilatação de prazo a fim de aprontar um documento Enfim, em 1844, o testamenteiro disse ter cumprido

todas as disposições testamentárias e queria a quitação. Apresentou recibos de pagamento de partilhas, de bens em legítima e de legados. Todos os documentos tinham reconhecimento de tabeliães.

Apesar de tudo, no termo de vista, de janeiro de 1844, lê-se:

“Ilmo. Sr. Juiz Municipal de Órfãos (...)

1º. Declarou a testadora que no dia do seu falecimento se dissessem missas de corpo presente por todos os sacerdotes que houvessem nesta vila - não satisfeito

(...)

3º. Declarou que deixava libertos os escravos Pedro e Miguel depois de seu falecimento - não satisfeito

(...)

4º. Declarou que deixa aquartado o escravo Romualdo para no fim de seis anos dar a quantia de cento e cinqüenta mil réis, e que não dando aquela dita quantia, voltaria a seus herdeiros - não satisfeito

Portanto, à vista da exposição feita, mostra o testamenteiro não ter cumprido a 1ª, 3ª, 4ª verbas o que requer o cumprimento delas (...) o que V. Sª. mandará o que for de Justiça. Porto Feliz, 23 de janeiro de 1844”

O juiz mandou o testamenteiro satisfazer o que o Promotor requisitava. O testamenteiro, então, pediu para que fossem demonstradas as quitações das liberdades dos escravos Pedro, Miguel e Romualdo. Como em boa parte dos autos, os testamenteiros só mostravam comprovantes de alforrias depois do parecer desfavorável do promotor.

Sobre as formas de comprovação, no que se refere a Romualdo e Pedro, ambos deram quitações de recebimento de suas liberdades em janeiro de 1844. No entanto, Miguel era falecido. Para atestar sua liberdade, foi necessário o testemunho de pessoas da comunidade. Após o testemunho de “ciência certa” de pessoas moradoras e naturais na localidade, o promotor concordou com o testamenteiro e remeteu os autos para o julgamento do juiz, que aprovou as contas em janeiro de 1844. Apesar disso, 18 anos depois, na Correição, datada de maio de 1862, nota-se:

“(...) pela revisão destas contas se reconhece que os documentos particularmente apresentados e aceitos para justificação do cumprimento de algumas verbas foram indevidamente recebidos em lugar de quitações públicas, na forma da lei. [Além disso] não procedeu o juiz na forma de direito sobre falta de prova [e] não se podia reputá-la por satisfeita (...)”

Contrariamente ao promotor e ao juiz de órfão, o juiz da Correição punha em dúvida as formas de quitação das liberdades, feitas por documentos particulares, embora fossem reconhecidos por tabeliães. Suas palavras indicam que podia haver manipulação de documentos por parte de testamenteiros, testemunhas etc. Por outro lado, os comprovantes das alforrias demonstram que eram os próprios escravos ou testemunhas que confirmavam a liberdade. Dessa maneira, apesar de vínculos atando as testemunhas e os testamenteiros, havia o reconhecimento social da alforria, quer por parte dos libertos (que apresentaram recibo de quitação), quer por parte das testemunhas, que disseram que o cativo falecido gozou de liberdade. Provavelmente, as discordâncias entre os pareceres do promotor e a aprovação das contas pelo juiz de órfãos, de um lado, e da Correição, de outro, se devem ao distanciamento temporal deste último em relação a acontecimentos pretéritos. Inversamente, parece que para o promotor e o juiz, por viverem o momento dos acontecimentos e talvez por seus laços pessoais com os envolvidos (testemunhas, testamenteiros e mesmo os escravos), valia mais o reconhecimento social das alforrias, a palavra dos envolvidos.

No entanto, este reconhecimento social nem sempre era consenso, mas podia ser palco de disputas. Em testamento, Beatriz Maria da Candelária libertou seis escravos. Para prestar contas destas liberdades, o testamenteiro e filho da testadora, Francisco Vaz de Almeida, ofereceu os assentos de óbito

de Luciano e Maria e uma declaração conjunta de gozo da liberdade dos demais escravos, assinada a rogo por um padre. Os documentos foram feitos da maneira seguinte:

“Certifico que em um dos livros de assentos de óbito (...) vem o de teor seguinte - Luciano, escravo - Aos [18/03/1843] faleceu (...) Luciano, escravo de Francisco Vaz de Almeida [que é o testamenteiro] (...).

O Vigário Francisco da Costa (...).

No mesmo livro a folha 26 verso vem o do teor seguinte - Maria escrava - Aos [13/09/1849] faleceu (...) Maria escrava de Francisco Vaz (...) O Vigário Francisco da Costa (...).”

Provavelmente, por se tratar de óbitos de escravos, o padre acrescentou logo em seguida:

“Certifico por me ter informado que os dois finados supra eram libertos na ocasião do falecimento. Pirapora, 19 de agosto de 1852.

[Padre] Francisco da Costa (...)

Declaramos que estamos gozando de liberdade desde a morte de nossa finada senhora Maria digo Beatriz Maria da Candelária. Pirapora, 18 de agosto de 1852.

A rogo de Vicente, Caetana, Rita, Florinda, [assinou o padre] Francisco da Costa”. (Fl. 10 e 10 v)

A maneira de demonstrar os documentos e, principalmente, seu teor e sua natureza deixam margem a dúvidas sobre a concreta liberdade dos escravos. Documentos assinados por terceiros, a rogo de ex-cativos analfabetos - sem qualquer menção ao sinal da cruz, como comumente se observa em outras fontes de época - e a condição de escravos mencionada nos óbitos poriam em causa a validade dos comprovantes de alforria. Porém, mesmo assim, em janeiro de 1853, o promotor do juízo municipal aprovou as constas após parecer do promotor. Portanto, novamente houve o reconhecimento oficial e social das liberdades, não obstante pairarem dúvidas, advindas dos assentos de óbito e da assinatura de terceiros sem a cruz dos libertos. Dúvidas que, sete anos depois, foram questionadas em outra instância.

Em 1860, na Correição, o promotor dos resíduos afirmou:

“(...) as certidões de óbito (...) indicam antes que Luciano e Maria, escravos a quem a testadora conferiu liberdade, morreram [antes] em estado de escravidão do que no de liberdade, [porque] mais firmeza [tem] a declaração da condição que se nota em assentos de óbitos do que essa certidão retirada em vaga informação, que se segue às referidas certidões; na declaração das liberdades [de] Florinda, Caetana, Rita e Vicente, a folha 10 verso, sobre acharem-se no gozo de suas liberdades, nenhum valor merece (...) era próprio de quitação pública, onde esta declaração vem atestada por oficial competente, o tabelião; finalmente, não há declaração alguma que mostre satisfeito o legado (...).”

Entre a declaração do padre e a avaliação do Promotor dos Resíduos da Correição se passaram oito anos. Porém, ainda que distante do calor dos acontecimentos e invalidando a declaração do padre, ambos os documentos remetem a interpretações distintas sobre os desdobramentos das vontades testamentárias. Na primeira delas, mediante a declaração do padre, a concretização das alforrias independe de comprovantes públicos cartoriais. Portanto, vale mais a palavra. Em segundo lugar, a declaração do padre sugere que mesmo sendo libertos em testamento, Luciano e Maria, continuaram, até seus falecimentos, a ser reconhecidos oficialmente e socialmente como escravos, tendo em vista que os registros de óbitos os caracterizavam como tais, ou seja, a alforria testamentária não foi cumprida, ao menos assim entendeu 8 anos depois o promotor. Em terceiro, derivada da hipótese anterior, em certas ocasiões a condição do liberto diferiria pouco, na perspectiva senhorial, do estado de escravidão. Em quarto, o

promotor dos Resíduos da Correição, ao ressaltar o não cumprimento de verbas, indica que a simples vontade testamentária não garante o disposto em testamento, isto é, a vontade senhorial às vésperas da morte não assegura, por si só, o acesso posterior à liberdade de fato. Conseqüentemente, em quinto lugar, a concretização da liberdade depende da ação de testamenteiros, curadores, juizes, e, não menos importante, da dos próprios escravos.

Por fim, mesmo considerando que a apreciação do promotor foi realizada oito anos depois, a sua avaliação se pauta sobre dois argumentos: a falta de cumprimento das disposições testamentárias, no que tange aos escravos falecidos; e a irregularidade dos documentos, e não o não cumprimento das verbas, no que concerne aos demais escravos, Florinda, Caetana, Rita e Vicente. Neste último aspecto, trata-se de uma sobreposição de competências jurídicas, mas, no primeiro, de palavras conflitantes. Além de irregularidades, o promotor, referindo-se à declaração do padre, afirmou que ela foi tirada de vaga informação. Em suma, não houve consenso sobre o reconhecimento social da alforria.

Deve-se lembrar que o testador, ao recorrer ao padre para comprovar as liberdades, talvez não o tenha feito de forma aleatória. As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, de 1720, determinavam, no Título X do Livro V, que declarações de padres teriam força de escritura, o que mais de um século e meio depois foi ignorado pela Correição. Por outro lado, o Título XLIII do mesmo livro, que versa sobre a quem compete tomar contas aos testamenteiros, prescreve que os “Párcos e quaisquer outros Clérigos, oficiais de Confrarias (...) não dêem e nem passem quitações antecipadas (...) sem com efeito primeiro estarem cumpridas”, punindo com pena de excomunhão quem não o fizesse. Isto porque “muitas vezes acontece pedirem os testamenteiros em fraude da execução dos testamentos quitações antecipadas para darem contas”. Também sob pena de excomunhão, as Constituições mandavam “a cada um dos testamenteiros, ou executores dos testamentos, [que] não peçam nem usem das ditas quitações antecipadas”.

Sobre o padre não é possível saber se a declaração antecede ao cumprimento e tampouco pode-se afirmar categoricamente que tudo foi uma mutreta. No entanto, as próprias regras canônicas previam tal possibilidade, ou melhor, a atestação do não cumprido.

Assim, indagações permanecem: mesmo comprovadas, as alforrias testamentárias eram cumpridas? Os escravos libertados chegavam a conquistar a efetiva liberdade? Além da alforria, legados deixados pelos senhores eram pagos? Ao fazerem doação, de liberdade e de legados, havia a preocupação sistemática de testadores em garantirem suas vontades, o que indica que havia possibilidade, por mais remotas que fossem, de não serem satisfeitas. Em resumo, parece que nem sempre libertar em testamento assegurava a liberdade dos escravos.

Acesso à liberdade

Mas os cativos sabiam e cobravam quando se sentiam lesados.

Em um auto cível de justificação, datado de 15 de maio de 1803, Francisco Mulato queria ser “julgado livre e liberto do cativo”. Seu curador afirmou que o mulato nasceu escravo de D. Maria Soares, a qual, antes de falecer, doou o mulato a sua filha, D. Maria de Almeida, com a condição de que, quando a filha morresse, Francisco mulato se tornaria “senhor da sua liberdade e livre de cativo”. Em seguida, o curador disse que, após a morte de D. Maria Soares, o cativo ficou em poder de sua filha. Acrescentou que a filha fez alguns testamentos e neles declarava o mulato como liberto na forma da condição com que ele foi doado. Além disso, a testadora declarou algumas vezes o mesmo a seu segundo marido, o Alferes Inácio Mendes da Silva. Porém, continua o curador, no último testamento com que faleceu, a filha D. Maria Almeida, estava em “idade decrépita de 90 anos” e, por persuasões de quem o escreveu, ou dirigiu, deixou Francisco mulato coartado, obrigado a pagar “cem mil réis no curto espaço de dois anos para poder ficar forro”. Concluía que isto não devia “ter lugar, vista a condição com que o justificante lhe foi doado”.

Testemunhas depuseram a favor do mulato. A primeira delas disse que “sabia por ciência certa e de vista por morar na mesma casa da falecida da D. Maria de Almeida”. A segunda testemunha sabia “por ver e presenciar por ser enjeitada e criada como filha de Doa Maria Almeida, (...) que antes da morte de D. Maria Soares, mãe da testadora, ouvira (...) a dita Maria Soares, por mais de três vezes, recomendar a filha (...) que se não descuidasse na sua doação daquele escravo Francisco Mulato, que lhe dava enquanto a sua vida para o ensinar e educar e lhe mandar ensinar o Ofício de Alfaiate”. A terceira “disse que sabia de ver e ser vizinho, e ser público e notório, que a falecida Maria Soares, mãe de D. Maria Almeida, (...)”

era senhora de um rapaz de nome Francisco mulato nascido em sua casa, e que o doara a sua filha, Maria de Almeida, para o ter em sua companhia e o educar enquanto ela doada fosse viva”. Por fim, a quarta disse que “sabia que o justificante fora escravo de D. Maria Soares, sogra dele testemunha, [que] casando (...) com D. Maria Almeida Silva, esta lhe disse por muitas vezes que o justificante não era seu escravo”.

O testamenteiro, o padre André da Rocha Abreu, em 21 de maio de 1803, corroborou o depoimento das testemunhas, dizendo “convenho na liberdade do justificante, visto serem verdadeiras as premissas com que prova o seu direito”. No despacho, o juiz mandou o justificante pagar as custas.

Assim, pelo processo se vê a importância do saber de ciência certa, do ouvir e, mais ainda, a palavra, gravada na memória dos cativos, dada pelos senhores aos escravos sobre suas liberdades. Era “público e notório” para todos a alforria e sua condição. Mesmo o padre, que não se opôs ao legado, sabia da disposição. Contudo, o que assegurou o cumprimento da verba foi a rede social na qual o escravo estava inserido. Aliás, o próprio escravo não enfatizou o não acesso à liberdade, mas a condição de chegar a ela. Sua expectativa de liberdade era a dos termos de sua senhora, sem pagamento algum.

Contudo, não tivesse recorrido a um curador para mover um auto cível de justificação talvez jamais vislumbrasse sua liberdade.

Acesso a legados

No acesso aos legados deixados aos alforriados em testamento, o papel desempenhado por testamenteiros era de suma importância. Em seu testamento, redigido em 13 de dezembro de 1848 e aberto 10 dias depois, Salvador das Neves disse:

“(...) Declaro que sou casado com Celestrina Maria de Godois de cujo matrimônio não temos até o presente nenhuns filhos, cujo casamento foi por contrato de Arras, e com as condições que constam da mesma escritura. Declaro que antes do meu casamento presente, e no tempo que estive viúvo tive um filho, e que existe, de nome João e é filho de Maria, forra liberta por minha finada mulher Maria Antonia de Camargo em seu testamento, o qual reconheço por meu filho e por isso o declaro meu legítimo herdeiro; e sendo que eu chegue a ter outros filhos legítimos, o sobredito meu filho será herdeiro com igualdade aos legítimos”

Salvador deixou vários bens a seus escravos, inclusive o seu engenho. Com efeito, os escravos deviam ser seus parentes, pois em uma contenda presente na prestação de contas, afirma-se que “os doados são quase todos, ou todos parentes do órfão”, mas referendou que, se seu filho João morresse, sua herança passaria aos cativos Maria, Antonio e Rosa. Não sei sobre o cativo Antonio, mas Maria é uma forra com quem tivera um filho, e Rosa era avó de seu filho, mãe de Maria. Salvador das Neves, sem herdeiros forçados, deixou seus bens para seu filho, e para ex-cativos, quase todos parentes do órfão. Será que os beneficiados tiveram acesso ao que dispunha o testamento? Afinal, Salvador tinha bens a legar, já que deixou os seguintes bens:

“(...) Declaro que dei por um papel de doação que passei de uma porção de terras, cuja doação confirmo aos meus escravos seguintes que são: Antonio - Joaquina - Rosa - Maria - Francisca - Benedito - Balduíno - Cesário - Firmino - Rufino - e Domingos (...). Igualmente (...) confirmo aos meus escravos Antonio, Joaquina, Rosa, Francisca e Maria, um terreno na Rua que vai para a Bica (...) Declaro que deixo aos meus escravos Antonio e Joaquina o meu escravo Tobias, [e] a Joaquim Pinto, três juntas de bois e um carro grande e duas vacas. Igualmente deixo para minha escrava o meu escravo Abraão, a Maria [mãe de João], um carro pequeno e três juntas de bois, e duas vacas, e uma besta. Igualmente deixo para Maria Crioula o meu escravo Joaquim moleque, a Manoel e Joana crioula, um carro grande e três juntas de bois e duas vacas. Igualmente deixo para João, filho de Maria, meu escravo Sabino crioulo e duas vacas, e para o meu escravo Benedito, deixo toda a ferramenta de carpintaria e uma besta. Igualmente deixo para meu escravo Firmino um cavalo (...) e para meu

escravo Rufino deixo uma vaca e uma dita para Cesário e uma dita vaca para Francisca (...) Declaro que tendo reconhecido a meu filho João aqui declarado, é declarado meu herdeiro, e sendo este presentemente criança declaro que no caso de que o mesmo morra e eu fique vivo e não tenha feito outro testamento antes de minha morte, e somente apareça este, declaro que instituo meus herdeiros na falta daquele aos meus escravos Antonio - Maria - Rosa.

Nomeio tutor do meu filho o meu primeiro testamenteiro nomeado neste meu testamento (...).”

Em 1848, Salvador já havia falecido, e suas disposições testamentárias e a tutoria do órfão ficaram a cargo do testamenteiro Manoel Fernandes Teixeira. Nas mais de 200 folhas deste processo de prestação de contas, o tutor entrou em várias desavenças com o coletor da Fazenda e com o curador, sobretudo por causa de dívidas passivas, com as quais o tutor não concordava, mas também porque julgava que o curador não devia cuidar da questão porque “havia casado seu sobrinho com a viúva” do testador. Além disso, o tutor prolongou até sua morte a prestação de várias contas.

O monte mor do testador somava 9:697\$127, dos quais 1:141\$000 (11,7%) em 128 animais, 3:200\$000 (33%) em escravos, 3:740\$000 (38,6%) em bens de raiz, 381\$120 (3,9%) em canas, milho, arroz e feijão, 300\$000 (3,1%) em dívidas ativas, pois não entrou neste item o valor de 1:850\$000 que o inventariante declarou incobrável, proveniente de empréstimo a juros. Os demais bens, que atingiam 8,7%, eram ouro, prata, ferramentas, móveis, arreios etc. Pagos 700\$000 à viúva Celestrina, 963\$720 de passivas e 200\$000 destinados às custas processuais, o líquido foi de 7:833\$407. O valor da terça foi de 2:232\$919 e todos os legatários receberam seu quinhão, mas não sem uma prolongada contenda entre o coletor da Fazenda e o curador, de um lado, e o testador, de outro.

Em uma das contendas presente no auto de prestação de contas, o curador disse que era público e notório ser o testamenteiro “defensor nato de escravos e mesmo libertos, embora concorra para o prejuízo de pessoas livres e miseráveis”. Se assim for, para além da clivagem social presente no discurso jurídico, que argumenta contra escravos e forros (aspecto ainda por analisar), o certo é que o testador soube escolher o testamenteiro/tutor de seu filho e de seus ex-escravos. De outra parte, não se deve desprezar os mecanismos, também ainda por analisar, que os ex-cativos lançaram mão para terem acesso à liberdade e aos bens legados. Certamente, souberam preservar, com o testamenteiro, os laços pessoais legados pelo seu senhor, o que deve ter sido fundamental para receberem suas liberdades e seus legados.

Conclusões Parciais

À guisa de conclusão, é possível dizer que vontades testamentárias não garantiam, sempre e necessariamente, a liberdade. Por isso, como método, as alforrias testamentárias devem ser entendidas em seu caráter processual, o que requer destacar a centralidade dos agentes envolvidos no percurso entre a escravidão e a liberdade. Percebe-se também que a falta de comprovantes nos processos de prestação de contas não significa, necessariamente, o não cumprimento das verbas testamentárias e, conseqüentemente, a não realização das liberdades. Antes, sugere o seu reconhecimento social, o que não era, de forma alguma, consenso, mas palco de disputas. Destarte, a ação dos ex-escravos, ao preservarem vínculos com a comunidade, isto é, a rede social da qual participavam, era imprescindível para a consolidação de suas liberdades. Não menos importante, a manutenção, após a morte do testador, dos elos com o testamenteiro podia ser condição para o acesso a legados.

Fontes

Impressas

VIDE, Sebastião Monteiro da. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Coimbra: Real Colégio das Artes e da Comp. de Jesus, 1720.

Manuscritas

Museu Republicano Convenção de Itu

Autos de Prestação de Contas de Testamento - Pastas 105, 106, 107, 108, 109, 110 e 111.

Autos Cíveis de Justificação. Pasta 79, Documento 8.

Referências Bibliográficas

- Eisenberg, Peter (1989). “Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX” in *Homens Esquecidos*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- Mattoso, Kátia de Queirós (1972). “A propósito das cartas de alforria. Bahia, 1779-1850” in *Anais de História*. Assis, São Paulo.
- Mattoso, Kátia de Queirós (1979). *Testamentos de Escravos Libertos na Bahia no século XIX*. Salvador: Publicação da Universidade Federal da Bahia.
- Oliveira, Maria Inês Cortes de (1988). *O liberto: o seu mundo e os outros*. Salvador, 1790-1890. Salvador: Corrupio.
- Paiva, Eduardo França (2001). *Escravidão e universo cultural na colônia. Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte, UFMG.
- Schwartz, Stuart B (1974). “The manumission of Slaves in Colonial Brazil: Bahia, 1684-1745” in *American Hispanic Historical Review*, Volume 54, N^o. 4.

O objetivo deste texto é compreender a dinâmica histórica da relação de forças entre senhores e escravos no momento em que se abre a crise do escravismo brasileiro a partir da metade do século XIX e que antecede aquele de sua destruição, que se inicia a partir da década de 1880. Então, havia 1.368.000 escravos no Brasil. Em 1885 este número caíra para 1.000.000, em 1887, para 637.602 e para 500.000, no início de 1888, às vésperas da abolição. Este declínio acentuado, que contrasta com o ritmo de queda mais lento apresentado na década anterior, foi devido à libertação de cativos decorrente diretamente da ação e da propaganda abolicionistas, caracterizando, assim, um período de destruição e não apenas de crise da escravidão.⁴ Na década de 70, como veremos, a instituição servil estava em uma crise devida mais a fatores de ordem estrutural e objetiva, os quais, ao alterar as condições em que se davam as relações de força entre senhores e escravos, ajudaram a criar condições favoráveis para a expansão e o sucesso do movimento abolicionista. É sobre este último aspecto, o da alteração das condições das relações sociais de força entre senhores e escravos, que este trabalho se deterá com maior cuidado.

Nossa análise se dá a partir de dados colhidos em inventários *post-mortem*, as grandes tendências demográficas, sociais e econômicas da população cativa em Vassouras no período entre 1846 e 1874, marcado pelo fim efetivo do tráfico internacional de escravos e suas conseqüências sociais de médio prazo. A região de Vassouras é particularmente apropriada para este propósito na medida em que era central, no período assinalado, tanto do ponto de vista econômico quanto político, para a manutenção e expansão da ordem imperial. A idéia de realizar este estudo surgiu quando da leitura do livro de Manolo Florentino e José Roberto Góes, *A paz das senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850*.⁵ De acordo com estes autores, o tráfico internacional de escravos seria uma variável essencial de um determinado perfil demográfico dos plantéis de escravos, definindo, principalmente, uma estruturação familiar particular. Esta, por sua vez, definiria uma estrutura de dominação em que os senhores, além de visarem a acumulação de capital através da escravidão, visariam também a acumulação de capital político, representado pelos laços familiares como fator de ordem na comunidade escrava. A proposta seria, então, a utilização da metodologia empregada por Manolo e José Roberto - a análise quantitativa de dados demográficos sobre a população escrava em inventários *post-mortem* - para o período posterior à abolição efetiva do tráfico internacional de escravos. Isto na medida em que *A paz nas senzalas*, além de se concentrar no período anterior à abolição do tráfico africano, abordava áreas escravistas periféricas em relação às regiões das *plantations* produtoras de café. Como teriam evoluído a família e outras formas de sociabilidade escravas, uma vez extinto o tráfico? E como tudo isto teria ocorrido especificamente em uma região central, como Vassouras? Os trabalhos de Hebe Mattos de Castro e de Robert Slenes, também focados no estudo da família e dos laços de sociabilidade escravas, por sua vez, se passavam pela região de Vassouras e abrangiam o período posterior à extinção do tráfico, não se detinham sobre ela. O primeiro por não ter um foco regional específico como centro de sua atenção, o segundo por concentrar este foco, principalmente, na região de Campinas.⁶ A obra clássica de Stanley Stein, *Vassouras. Um município brasileiro do café, 1850-1900*, apesar de sua abrangência e excelência, além de datar de período anterior aos avanços efetuados pela historiografia brasileira da escravidão, a partir da década de 1980, e mesmo se utilizando dos inventários *post-mortem* da região como fontes, não efetuava um tratamento quantitativo e sistemático destas fontes.⁷ Finalmente, com

* Professor do Departamento de História da Universidade do Rio de Janeiro - UNI-RIO e do Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.

⁴ Ver para os dados sobre população escrava, Stanley Stein, *Vassouras. Um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p. 340. Para a década final da escravidão e o movimento abolicionista, ver, entre outros, Robert Conrad, em *The destruction of Brazilian slavery – 1850-1888*. Malabar, Florida: Krieger Publishing Company, 1993.

⁵ Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

⁶ Cf. Hebe Mattos de Castro, *Das cores do silêncio – significados da liberdade no Sudeste escravista. Brasil. Século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995 e Robert Slenes, *Na senzala, uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

⁷ Op. cit.

enfoque mais monográfico, o Vale do Paraíba, durante o período de declínio da produção cafeeira, e a rebeldia escrava na região foram objeto de estudo de Humberto Machado, em *Escravos senhores & café. A crise da cafeicultura escravista do Vale do Paraíba Fluminense: 1860-1888*.⁸

Nosso interesse em buscar as conexões entre as transformações nas relações sociais de força entre senhores e escravos e os eventos mais propriamente políticos que marcaram a crise do estado imperial, a partir de 1870, já vinha de antes. Contudo, tal conexão tinha sido feita de forma muito genérica e mais à guisa de hipótese do que propriamente como uma realidade histórica verificada.⁹ A relação entre a lei do Ventre Livre e o incremento nas ações de rebeldia e fugas cativas já foi feita. Pioneiramente por Sydney Chaloub e Hebe Mattos de Castro, ainda que não de forma abrangente e sistemática.¹⁰ Mais recentemente, os trabalhos de Keila Grinberg e Eduardo Spiller Pena também relacionaram o debate e a aprovação de leis sobre a escravidão e as relações entre senhores e escravos no Brasil do século XIX.¹¹ Imar Rohloff da Mattos já havia, anteriormente, apontado a conexão entre o temor de uma insurreição escrava, devida à presença maciça de africanos nos plantéis, especialmente da região do Vale do Paraíba, e a aprovação e colocação em prática da extinção do tráfico internacional de cativos.¹²

Deste modo, nenhuma das questões aqui tratadas, tomadas isoladamente, e tampouco a região escolhida para a análise, se constituem propriamente em novidades historiográficas. A novidade buscada aqui encontra-se em dois aspectos. Em primeiro lugar, no tratamento demográfico-quantitativo sistemático dos dados referentes à região central da plantation escravista brasileira, Vassouras, a partir de uma longa série histórica.¹³ E, em segundo lugar, a novidade está no desenho sistemático e amplo do quadro histórico-conceitual utilizado para o enquadramento das relações entre Estado, região de plantation e relação social de forças entre senhores e escravos, entre 1846 e 1874. Período que marca o início da crise final do escravismo brasileiro, no momento imediatamente anterior ao de incidência do movimento abolicionista sobre esta crise.

I

Outros setores sociais livres, que não os grandes proprietários rurais, pertenciam ao mundo escravista na medida em que eram também proprietários de cativos, mesmo que em pequena escala. Entre 1846 e 1874, na região de Vassouras, apesar de só possuírem em média 1% do total de escravos arrolados em inventários *post-mortem* ainda hoje disponíveis, os proprietários que tinham de um a quatro cativos somavam em média 16,24% do total de donos de escravos. No outro extremo, 8,76% dos proprietários que possuíam 100 ou mais cativos concentravam em média 47,13% dos escravos da região. Aqueles que tinham entre 5 e 19 escravos somavam 39,74% dos proprietários com 10,79% dos cativos. Já os 12,61% dos proprietários que tinham entre 50 e 99 escravos totalizavam 22,89% dos cativos. O **Gráfico 1**, que contém a proporção de escravos por tamanhos de plantéis por períodos de cinco anos, mostra que o perfil dos proprietários de escravos variou muito pouco em Vassouras entre 1846 e 1874. Os proprietários de 100 ou mais escravos tinham 47,08% dos cativos, em 1846, e 48,69%, em 1874. A maior variação em termos de concentração da propriedade escrava se deu na faixa dos que tinham entre 50 e 99 escravos. Seus cativos somavam 19,02%, em 1846, e 27,07%, em 1874. Por sua vez, pode-se verificar uma forte queda na proporção de escravos detidos pelos proprietários que tinham entre 40 e 49 cativos – de 10,14% para 5,64% – e dos que tinham entre 20 e 39 escravos – de 14,76% para 10,03%. Já entre os que tinham entre um e 4 cativos a variação é mínima: eles detinham 0,79% dos escravos, em 1846, e 0,74%, em 1874. O mesmo ocorreu na faixa seguinte – proprietários de 5 a 19 escravos: eles tinham 8,21% dos cativos, em 1846, e esta proporção havia caído somente para 7,85%, em 1874.

⁸ Niterói: Clube de Literatura Cromos, 1993.

⁹ Cf. *Nostalgia imperial. A formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

¹⁰ *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, e Hebe de Castro Mattos, *Das cores do silêncio*, op. cit.

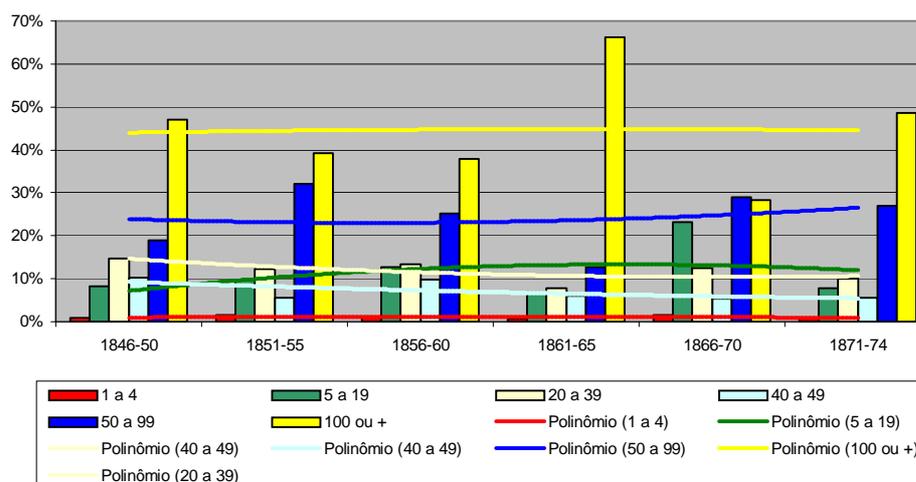
¹¹ Cf., respectivamente, *O fiador dos brasileiros. Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, e *Pajens da Casa Imperial: jurisconsultos e escravidão no Brasil do século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

¹² *O tempo saquarema*. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

¹³ Ao todo, foram analisados 546 inventários existentes para o período entre 1846 e 1874, contendo os registros de 18.955 escravos, depositados no Centro de Documentação Histórica de Vassouras (CDH).

Gráfico 1

Proporção de escravos por tamanhos de plantéis - 1846-1874



Estes dados mostram que a concentração social da propriedade escrava, apontada por Hebe Mattos de Castro, guardou, em Vassouras, algumas peculiaridades. Em primeiro lugar, ela ocorreu mais lentamente do que se poderia esperar. O **Gráfico 1** não mostra qualquer grande alteração no padrão da propriedade escrava em Vassouras entre 1846 e 1874. As tendências polinômiais para os dados obtidos nos inventários são notavelmente estáveis neste intervalo de tempo. Em segundo lugar, tal concentração ocorreu com maior intensidade no interior da parcela média/alta dos proprietários de escravos, isto é, aqueles que tinham entre 20 e 49 cativos. Em conjunto, a proporção de seus cativos sobre o total da população escrava caiu perto de 5% no período. Os principais beneficiados com esta queda parecem ter sido os proprietários de plantéis entre 50 e 99 escravos, cujos números passaram de 19,02% para 27,07% do total de cativos da região. Os mega proprietários, que detinham mais de 100 escravos em seus plantéis, basicamente mantiveram sua cota no período.

Em estudo sobre o município de Bananal, e particularmente sobre a fazenda do Resgate nesta região, para o ano de 1876, esta autora chegou a números distintos dos nossos no que diz respeito à concentração social da propriedade cativa. Os proprietários de 1 a 4 cativos eram 60,2% dos senhores e detinham 7,5% dos escravos. Os proprietários de 100 ou mais cativos, representando 2,7% do total, tinham 37,5% dos cativos. Comparando estas cifras com aquelas obtidas por Stuart Schwartz para a Bahia, em 1816 e 1817, quando os proprietários de 1 a 9 escravos eram 76,5% dos senhores e detinham 24,9% dos cativos, enquanto que aqueles com 100 ou mais escravos eram 1,4% dos senhores, detendo 11,6% dos cativos, Hebe conclui que a extinção do tráfico africano teria acarretado uma concentração social da propriedade escrava. A qual, por sua vez, ao minar a base de solidariedade entre os setores livres da população, possibilitada pela ampla base social da propriedade de cativos, teria levado ao enfraquecimento da instituição servil no país. ¹⁴

Sem negar este modelo interpretativo, o que os números encontrados para Vassouras sugerem é que a propriedade escravocrata na região do Vale do Paraíba já se encontrava concentrada *antes* da abolição do tráfico internacional em 1850. Mais ainda, os números sugerem que a abolição do tráfico internacional de escravos quase nada afetou a situação das diferentes faixas de proprietários de cativos em Vassouras. Nos dois extremos da pirâmide social do mundo livre houve poucas alterações em termos de quem tinha, podia ter e almejava ter escravos. Por um lado, os mega proprietários continuavam a

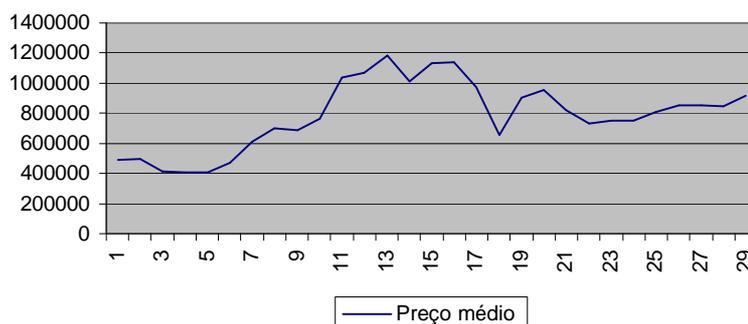
¹⁴ Para a questão da concentração social da propriedade escrava pós-1850, ver Hebe Mattos de Castro, *Das cores do silêncio – significados da liberdade no Sudeste escravista. Brasil. Século XIX.*, op. cit. e *Laços de família e direitos no final da escravidão*, in *História da vida privada no Brasil*, vol. 2 (org. Luiz Felipe de Alencastro). São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Cf. *Resgate – uma janela para o oitocentos*, in *Resgate – uma janela para o oitocentos* (org. Hebe Mattos de Castro e Eduardo Schnoor). Rio de Janeiro: Topbooks, 1995, pp. 232 e ss., e Stuart Schwartz, *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

concentrar grandes plantéis e, por outro, a pequena propriedade de cativos permanecia praticamente inalterada. Na zona intermediária, o sobe e desce das proporções de cativos por tamanhos de plantéis não chegou a mudar qualitativamente a situação.

O **Gráfico 2**, contendo os preços médios de escravos entre 1846 e 1874 na região de Vassouras, mostra que estes cresceram sem interrupção até 1861, quando atingiram a cifra de 1:141\$917. A partir desta data eles iniciaram um movimento de declínio, contudo não tão acentuado quanto aquele do crescimento experimentado no período anterior, fato que coincide com a redução na proporção de escravos adultos no conjunto dos plantéis (ver **Gráfico 5**), até 1867. De 1868 em diante os preços médios voltaram a subir lentamente e, em 1874, o preço médio de um escravo na região de Vassouras era de 915\$429. Média que foi mantida até o final da década.¹⁵

Gráfico 2

Preço médio de escravos - 1846-1874



Se combinada com os dados relativos ao tamanho dos plantéis, apresentados no **Gráfico 1**, o que a evolução dos preços médios dos escravos em Vassouras atesta é que o perfil da propriedade escravista manteve-se o mesmo no período de maior alta dos preços dos cativos, com pequena variação, durante toda a década de 1850. Resumindo, a propriedade escrava permaneceu concentrada e, ao mesmo tempo, disseminada em Vassouras, pelo menos até o ano de 1874, marcando uma situação de preeminência de um *éthos* senhorial-escravista na região.

Mesmo se considerarmos a província do Rio de Janeiro e o Vale do Paraíba como um todo, em ano tão adiantado da crise do escravismo e do avanço do movimento abolicionista quanto o ano de 1883, a difusão territorial da propriedade escravista ainda era uma realidade. É o que se pode depreender do **Mapa 1**.

Mapa 1

Pelo mapa, pode-se ver a clara concentração de população escrava na região de Vassouras e da Baixada Campista, tradicionais áreas de *plantation*. Entretanto, além da disseminação de cativos por praticamente toda a Bacia do Paraíba e a Baixada Fluminense, é particularmente notável a concentração de escravos nas zonas de São Gonçalo, Itaboraí, Maricá, Saquarema e Cabo Frio. Fato que demonstra que os laços entre saquaremas e preeminência senhorial-escravista iam bem além da mera representação e direção políticas.

¹⁵ Assim indicam os dados parciais obtidos até 1880.

II

Contudo, esta preeminência senhorial escravista não se restringia a saquaremas e grandes proprietários rurais. A escravidão irradiava-se como prática e costume

difundidos e aceitos, ou pelo menos tolerados, até os setores mais baixos na escala social. Assim, por exemplo, era o caso de Francisco Cabinda Werneck, forro e viúvo de Rita, como o esposo, de Nação Cabinda, possivelmente também forra. Ao morrer, em 1853, Francisco deixou seus poucos bens para suas duas filhas, Florinda Roza, com 18 anos de idade, e Antônia Laureana, com 12: dezenove arrobas de café em coco, avaliadas em 40 mil réis; mil pés de café plantados em terra alheia, a 38 mil réis; uma leitoa, a oito mil réis; uma roça de milho, a 30 mil réis e 40 mil réis em dinheiro. Mas seu bem mais importante, avaliado em 750 mil réis, representando cerca de 80% de suas posses, era sua escrava, Maria de Nação, que terminou sendo leiloada para que o dinheiro apurado fosse dividido entre suas filhas. ¹⁶

Francisco fazia parte daquele menos de 1% dos proprietários que tinham entre um e quatro escravos na região de Vassouras. O valor de Maria da Nação -750\$000 - se colocava ligeiramente acima do valor médio dos 512 escravos encontrados nos inventários *post-mortem*, em 1853, pouco abaixo de 700\$000. Neste ano, o valor mais alto de um escravo encontrado nestes registros foi de 1.900\$000, para um africano, de 30 anos de idade e com o ofício de carpinteiro. Dos 85 escravos com valores mais baixos que quinhentos mil réis, 57 tinham até 14 anos de idade, dez tinham entre 15 e 39 e dezoito tinham 40 ou mais anos de idade. Nestas duas últimas faixas, 9 estavam doentes ou eram portadores de deficiências físicas. Treze escravos foram avaliados no mesmo valor de Maria: dez homens e três mulheres, nenhum deles com ofício especificado. Das mulheres, uma era uma crioula de 9 anos de idade e as outras duas eram africanas, com idades de 30 e 39 anos. Podemos supor que, possivelmente, a idade de Maria deveria estar mais ou menos dentro desta última faixa, já que seria natural que Francisco e sua esposa não investissem suas economias na compra de uma cativa que não desse um retorno imediato em trabalho muito claramente superior às despesas efetuadas com sua manutenção, como seria o caso de uma criança ou infante na faixa dos 9 anos de idade, ou menos. Podemos supor ainda que a compra de Maria deve ter ocorrido com alguma antecedência em relação à morte de Francisco.

Como quer que tenha sido, o importante é que o exemplo de Francisco, apesar de excepcional, mas não isolado, é expressivo do poder de irradiação social do *éthos* senhorial-escravista, no período de máxima expansão da produção cafeeira na região. Um ex-escravo africano possuía uma escrava, que, mesmo tendo uma relação doméstica com seu senhor – Maria certamente coabitava com família de Cabinda Werneck -, não escapou de ser leiloada em praça pública, após a morte deste último. Contudo, a trajetória de Francisco patenteia a capacidade demonstrada por muitos escravos de, pelos mais diferentes caminhos, alcançarem sua liberdade e um lugar ao sol, mesmo que modestíssimo, nos quadros da sociedade escravista. Como Francisco e sua esposa haviam conseguido sua liberdade? Teriam-na comprado? Será que um deles, já livre, havia conseguido comprar a liberdade do companheiro? Como teriam amealhado pecúlio para tanto? Em roça que lavravam com a permissão de seus senhores, ou por outros meios? Talvez a alforria tivesse sido obtida por iniciativa destes próprios senhores, por algum motivo gratos a seus escravos, ainda em vida ou em testamento?

Alforrias em testamento, voluntárias ou contra pagamento por parte do cativo, aconteciam, ainda que muito raramente e eram uma constante na sociedade brasileira desde pelo menos meados do século XVIII. Em Vassouras não era diferente. Entre 1846 e 1874, as alforrias registradas em inventários *post-mortem* na região, aos quais ainda temos acesso, somaram somente 90 ocorrências num conjunto de 18.955 escravos arrolados.¹⁷ Estas manumissões certamente não perfaziam o total das alforrias ocorridas, apenas aquelas registradas nos inventários disponíveis. Inúmeras outras devem ter ocorrido sem, contudo, terem deixado registro em inventários e testamentos. De qualquer forma, a partir de nosso principal corpo documental, podemos verificar que dos 488 inventários pesquisados no período, 38 contém referências a alforrias, ou seja, 6,7% do total. Estes inventários, por sua vez, abrangem 3.750 cativos. Este último dado

¹⁶ CDH, inventário n. 493, caixa 95.

¹⁷ Foram encontradas ainda 6 alforrias de pia, isto é, realizadas no ato do batismo dos libertos. Para efeito das análises que se seguem, estas alforrias não serão consideradas, já que, tecnicamente não pertencem à categoria daquelas registradas em inventários *post-mortem*.

é importante. Ele mostra que quase 20% dos escravos pesquisados pertenciam a plantéis em que, comprovadamente, ocorreu a prática de alforrias. Por outro lado, as 90 manumissões assinaladas representam 2,38% dos cativos relacionados nos inventários com registro de alforrias.

Trinta e seis alforrias foram concedidas aparentemente sem ônus para o favorecido. Vinte e duas foram condicionadas, como, por exemplo, pela exigência do alforriado acompanhar a viúva do falecido até sua morte, etc. Todas estas refletiam a vontade do inventariado ou, excepcionalmente, foram concedidas pelos herdeiros ou pelo inventariante. Onze escravos aproveitaram a realização do inventário e conseguiram comprar sua liberdade oferecendo o valor de sua avaliação no ato de execução do inventário. Das restantes 21 manumissões que não foram claramente identificadas, a imensa maioria parece ter sido feita em testamento ou obedecendo à vontade de senhores e herdeiros.

Estes dados nos revelam a importância relativa da prática das alforrias, em momento solene e importante da sociedade do século XIX, como o da realização de testamentos e execução de inventários *post-mortem*. Contudo, a prática das alforrias não se resumia a estes momentos. Onze escravos, representando pouco mais de 12% das alforrias registradas em inventários, pertencentes a três donos diferentes, dois deles grandes proprietários e a terceira, uma mini proprietária, aproveitaram a ocasião para comprar sua liberdade. Passemos ao sucedido.

Em 1848, dos cinco escravos de Mariana Joaquina dos Santos, um homem e 4 mulheres, uma - africana, com 50 anos de idade - possuía o valor necessário para arrematar sua liberdade, 200\$000. Quatro dos 600 escravos que o barão de Guaribú, Cláudio Gomes Ribeiro de Avellar, possuía, tiveram a mesma condição, em 1863. Dois já eram idosos, um crioulo, com 63 anos, e uma africana, com 79. O primeiro dispusera de 100\$000 e a segunda de 50\$000 para a compra de suas liberdades. Os outros dois cativos, um homem com 43 anos e naturalidade ignorada, e uma crioula de 35 anos, também apresentaram os valores de 60\$000 e 350\$000 para a obtenção de suas alforrias. No que diz respeito a estes dois inventários, nenhum valor era muito alto.

Tal não foi o que sucedeu com os seis escravos de José de Souza Werneck, dono de 189 cativos, que conseguiram cobrir seus valores quando da execução do inventário de seu dono, em 1864. Somente um crioulo, de idade ignorada, e uma velha africana de 75 anos tinham seus valores estimados abaixo de um conto de réis, 500\$000 o primeiro e 50\$000 a segunda. Uma mulher de procedência e idade ignoradas valia e cobriu a quantia de 1:000\$000. Outra crioula, também de idade ignorada, pagou 1:350\$000. Finalmente, dois crioulos de 36 e 31 anos pagaram, respectivamente, por suas liberdades 1:700\$000 e 2:000\$000.¹⁸

O que tudo isso significa é que estes escravos, ou pelo menos a maioria deles, vinham se preparando, amalhando pecúlio próprio, há algum tempo, possivelmente para obter sua liberdade. ¹⁹ Tratava-se com certeza de uma estratégia que a grande maioria buscava, nem todos conseguiam pôr em prática e muito poucos realizavam com sucesso. As 90 alforrias encontradas em inventários *post-mortem* num universo de quase 19 mil escravos inventariados são uma comprovação eloqüente deste fato. O que não significa que a possibilidade de alforria não permanecesse como importante miragem a nortear boa parte das ações dos cativos.²⁰

Tudo indica que este deve ter sido o caminho trilhado pelo forro Bonifácio, que, em 1848, tinha cinco filhos, com idades entre 2 e 16 anos, como escravos arrolados no inventário de Manoel D'Avellar e Almeida, dono da fazenda de Boa Vista do Mato de Dentro e proprietário de 152 escravos, alguns deles dados como fugitivos. ²¹ Não sabemos – e com que grau de sucesso – se Bonifácio buscou a liberdade de seus filhos, e se sua própria liberdade fora obtida a partir de sua iniciativa e respondendo a uma estratégia mais ou menos consciente para libertar sua prole. O que importa é que a situação de Bonifácio e seus filhos era real e esta suposição razoável, senão em seu caso, em outros semelhantes.

¹⁸ Cf. CDH, inventário de Mariana Joaquina dos Santos, n. 439, caixa 439, inventário de Cláudio Gomes Ribeiro de Avellar, n. 13, caixa 322 e inventário de José de Souza Werneck, n. 14, caixa 324.

¹⁹ Já que havia a possibilidade de o pecúlio destinado a outro fim que não a compra da liberdade própria ou de outrem.

²⁰ A expressão “miragem da alforria” é empregada por Hebe Mattos de Castro, *Laços de família e direitos no final da escravidão*, op. cit., p. 354..

²¹ Cf. CDH, inventário n. 435, caixa 90.

Mas esta não era a única estratégia disponível aos escravos para a obtenção de sua liberdade. Eles podiam esperar também que esta viesse como fruto da vontade de seus donos, motivada por algum sentido de dívida para com alguns deles: gratidão por reconhecimento de bons serviços prestados, afeição, arrependimento, etc. Em algumas ocasiões, o sentimento de gratidão era manifestado pelo senhor explicitamente. Contudo, muitos escravos libertados em testamento eram crianças de até 12 anos de idade. Neste caso, poderiam tanto ser filhos dos seus senhores com escravas, como

filhos de escravos pelos quais os senhores demonstrassem gratidão. De qualquer forma, o total das alforrias em testamento ou condicionais chega a 58, isto é, 63% do total registrado.

Havia situações que dão claramente uma idéia da complexidade das relações estabelecidas entre senhores e escravos e da forma como *éthos* senhorial-escravista se reiterava numa teia arraigada socialmente, na qual servidão e liberdade compunham um binômio inseparável. Estas situações eram mais enredadas nos pequenos plantéis, onde o convívio entre senhores e escravos era bastante próximo, ao mesmo tempo em que a escravaria era numerosa o suficiente para que a distância social entre os primeiros e os segundos fosse uma realidade cotidiana palpável.

O que se deu com os escravos de Ignácia Delphina Werneck, solteira, proprietária de 11 escravos e falecida em 1858, foi uma destas situações.

Em seu testamento, ela declarava que sua escrava “... Bernardina já tem carta de liberdade e como tal é liberta, só que com o ônus e obrigação de me servir enquanto eu for viva, o que fiz em remuneração dos bons serviços que me prestou”. Além de Bernardina, ela declarava que os “... cinco filhos desta, a saber Roza, João, José, Maria e Manoel, mandei batizar por forros ingênuos”. Um caso típico de gratidão e condicionalidade, a que acima nos referimos. Contudo, a complexidade da teia de relações sociais e a naturalização do *éthos* senhorial-escravista ficam mais evidentes um pouco adiante. A Bernardina ela deixava dois escravos, “Antônio Congo e Thereza, os quais lhe servirão dois anos e depois ficarão libertos”. A Maria, filha de Bernardina, Ignácia declarava que havia dado “dinheiro para comprar a escrava que possuo de nome Ignez” e declarava que “ a liberta Roza, filha de Bernardina e mulher de José Ignácio Cardozo, já recebeu de mim a escrava Helena”.²² Uma “pequena revolução” havia acontecido no mundo dos escravos de Ignácia Delphina Werneck. Para uns, sua morte trouxera a liberdade, para outros mantivera a servidão. Havia ainda os que, mantidos na servidão, já podiam vislumbrar a libertação, como Antônio Congo e Thereza. E como seria agora a vida de Ignez e Helena, tornadas escravas das libertas Maria e Roza?

Mas, os casos mais fora do comum são certamente o de América Luiza da Conceição, escrava de Joaquim Ribeiro de Avellar, barão do Capivari, liberta em testamento, e de Manoel Soares R. Avellar e seus irmãos Luís, João e Virgínia.

Vejamos.

Morto em 1865, o barão do Capivari deixava seis fazendas, entre elas a de Pau Grande, uma das maiores e mais antigas da região, 705 escravos e 860 mil pés de café. América era escrava da fazenda de Cachoeira, com 101 cativos. Além da liberdade, ela recebeu os seguintes benefícios: partes em café, terras com casa, que se não houvesse, teria que ser construída pelos herdeiros, um pecúlio de 10 contos de réis, que deveria ser pago um conto por ano, e 44 escravos, todos da fazenda de Cachoeira. Estes não poderiam ser libertos e, em caso da morte de América, deveriam voltar para a posse dos herdeiros do barão, o mesmo devendo acontecer com as terras e o pecúlio. Dos escravos deixados a América, 19 eram crianças, com até 13 anos de idade. Apesar de somente uma das crianças estar formalmente registrada como filha de uma das escravas no inventário, é possível que outras também fossem filhas de alguns dos cativos deixados a América, e talvez até dela própria. Do restante, nove eram mulheres, a mais nova com 16 e a mais velha com 36 anos de idade. Vinte e dois cativos eram homens adultos, com idade que variava de 22 a 45 anos. A idade jovem dos homens, somente dois deles com 45 anos, que tinham entre 22 e 32 anos de idade, assim como o fato de se encontrarem em maior número, revela que a intenção do barão era de legar a América trabalhadores para cultivarem as terras que também deveria receber. Desse modo, América passaria de cativa à condição de uma média proprietária de terras e escravos.

²² Cf. CDH, inventário n. 567, caixa 106.

Contudo, a posse da herança não foi tranqüila para América. O barão era solteiro, mas tinha herdeiros, entre eles um filho por ele perfilhado em escritura pública e que tinha seu nome, Joaquim Ribeiro de Avellar, futuro visconde de Ubá. O testamento foi contestado pelos herdeiros e América terminou ficando com nove dos 44 escravos a que presumidamente tinha direito. Quanto às terras e ao pecúlio, melhor foi sua sorte. Sabemos que ela obteve estes benefícios, uma vez que ainda em 1917, os herdeiros do barão disputavam com os herdeiros de América a posse das terras que lhe haviam sido legadas.²³

Nada supera, entretanto, o sucedido com Manoel Soares R. Avellar e seus irmãos. O barão de Guaribú, Cláudio Gomes Ribeiro de Avellar, morto em 1863 e a cujo inventário já fizemos menção acima, deixava ao dito Manoel, "... estudante, filho de Maria das Antas e a seus dois irmãos, Luís e João, nascidos todos do Ventre Livre, as minhas fazendas Boa União, Antas e Encantos, com todas as suas benfeitorias, terras e escravos que nelas existem". Mais ainda, consignava que 120 outros escravos da fazenda do Guaribú, a serem escolhidos por Manoel e seu tutor, também deveriam ser incorporados à herança. Finalmente, deixava a Virgínia, "filha da mesma Maria, irmã dos legatários acima, a quantia de 30.000\$000 em dinheiro".²⁴

Diferentemente do ocorrido com América, que com certeza tinha algum tipo de relação muito estreita e provavelmente íntima com o barão de Capivari, os frutos da relação de Maria das Antas, escrava ou liberta, pelo que se depreende da constatação que seus filhos eram "nascidos do Ventre Livre", com o barão de Guaribú eram legalmente reconhecidos por este. Possivelmente, até mesmo por isso, cabia-lhes a maior parte de sua herança: três de suas quatro fazendas, Encantos, Antas e Boa União, e 439 de 600 escravos. Dos quais, 360 eram da Fazenda das Antas. O plantel da Fazenda Boa União era apenas de seis cativos, mas os filhos de Maria das Antas poderiam escolher 120 dos 181 escravos da Fazenda Guaribú, a única que não lhes coubera.²⁵

Tanto o caso de América quanto o dos filhos do barão de Guaribú com Maria das Antas são da primeira metade dos anos 60, momento máximo da incidência de alforrias e fugas entre a população escrava da região, marcada pela transição de dinâmica sócio-demográfica africana para outra crioula, como veremos. Este fato pode ser significativo se levarmos em consideração que casos desta natureza não são encontrados nos inventários nem no período anterior e tampouco posteriormente. Talvez ele simbolize um momento máximo de alastramento e complexidade sociais do *éthos* senhorial-escravista, multiplicando-se os pontos de contato, a variedade de trajetórias de ascensão e busca da liberdade e estratégias de dominação, conquista de espaços e incorporação presentes na sociedade. O que, entretanto, requer confirmação com pesquisas posteriores.

* * *

Estas variadas histórias e situações envolvendo alforrias, desde aquela do modesto Francisco Cabinda Werneck e sua esposa Rita até a de América Luiza Conceição e dos filhos do barão de Guaribú, têm a marca comum de, sendo histórias de liberdade, reafirmarem a escravidão. Esta se reiterava como instituto social disseminado e elástico, que fazia, desfazia e refazia, constantemente, suas linhas de demarcação entre servidão e liberdade.²⁶ A possibilidade de alforria e outras conquistas escravas e/ou concessões senhoriais, assim como a própria existência de famílias escravas no interior dos plantéis, poderiam ter também uma dimensão de redução dos custos de vigilância e de manutenção de uma ordem

²³ CDH, inventário n. 651, caixa 116.

²⁴ CDH, inventário n. 13, caixa 322.

²⁵ Idem.

²⁶ Joaquim Nabuco chamou a atenção para o fato de que a escravidão no Brasil "...manteve-se aberta e estendeu seus privilégios a todos indistintamente: brancos ou pretos, libertos ou ingênuos, escravos mesmos, estrangeiros ou nacionais, ricos ou pobres: dessa forma, adquiriu, ao mesmo tempo, uma força de absorção dobrada e uma elasticidade incomparavelmente maior do que houvera tido se fosse um monopólio da raça, como nos Estados do Sul". Cf. *O abolicionismo*. Petrópolis: Vozes, 1988 [1883], 5ª ed., p. 126.

relativamente estável no interior da comunidade escrava. Como veremos, este tipo de cálculo não era desconhecido dos senhores. ²⁷

Conquistada ou recebida, a alforria enquanto prática e costume social corrente estava no horizonte tanto de escravos quanto de senhores. Conquista arrancada para os primeiros e concessão voluntária para os segundos, o fato é que ela era um poderoso elemento na composição de um imaginário contraditório, dinâmico e que enformava um palco de disputas nas relações entre senhores e escravos. Imaginário em que ela era uma e outra coisa ao mesmo tempo, mas sempre de forma dinâmica; umas vezes mais concessão, outras mais conquista. Mesmo que, em última análise, a alforria reiterasse o mundo escravista e, nesse sentido, exprimisse uma estratégia de dominação senhorial, esta estratégia não era formulada e posta em prática em um vazio social. Ela respondia a uma realidade em que a mera presença da comunidade escrava, com uma configuração específica quanto a suas origens geográficas – se africana ou crioula, se da Costa Ocidental ou da África Central; quanto a suas tradições culturais – muçulmanos da Bahia, com sua experiência de revoltas contra os senhores, ou então escravos oriundos da experiência da escravidão urbana ou crioulos nascidos e criados na própria fazenda em que trabalhavam; quanto à proporção entre homens e mulheres no seio dos plantéis; quanto aos laços de sociabilidade familiar, de compadrio, de amizade constituídos tanto no interior da comunidade cativa quanto entre alguns de seus membros e pessoas do “mundo livre”, tudo isso, enfim, pesava, definindo um primeiro momento da relação social de forças entre senhores e escravos. Relação que, mesmo tendo um sentido mais profundo e abrangente, um ritmo e uma duração mais lentos, era dinâmica e não estática, não se reduzindo a um dado estrutural sempre igual a si mesmo das relações escravistas.

III

Esta relação social de forças dinâmica mudava a partir de tendências e eventos de significação ampla e profunda, com impacto mais gradual e dilatado no tempo. Assim, por exemplo, ocorreu com a extinção efetiva do tráfico internacional de escravos, em 1850, que alterou a proporção entre africanos e crioulos nos plantéis vassourenses, praticamente invertendo a relação existente em 1846, quando os africanos representavam praticamente 76% dos escravos arrolados em inventários analisados, em 1874, quando estes somavam apenas 24% dos escravos.²⁸ Este fato, 29 anos depois do fim do fornecimento externo, era de se esperar. Analisando o **Gráfico 3** mais detalhadamente, contudo, algumas tendências vêm à tona. Em 1856 o número de crioulos ultrapassa pela primeira vez o de africanos, 53% contra 47%, mas ainda em 1862, podemos encontrar os africanos representando a maioria dos cativos arrolados em inventários *post-mortem*, pouco mais de 60% do total. É somente a partir de 1866, quando representam 69% do conjunto dos cativos, que os crioulos claramente escrava. ²⁹ultrapassam a casa dos 60%. O ingresso na faixa dos 70% só se deu a partir da década de 70. Desta forma, pode-se verificar que a proporção de africanos no seio da população escrava permaneceu elevada até meados da década de 60, quando o ritmo de crioulização da população cativa passou a se acelerar. ³⁰

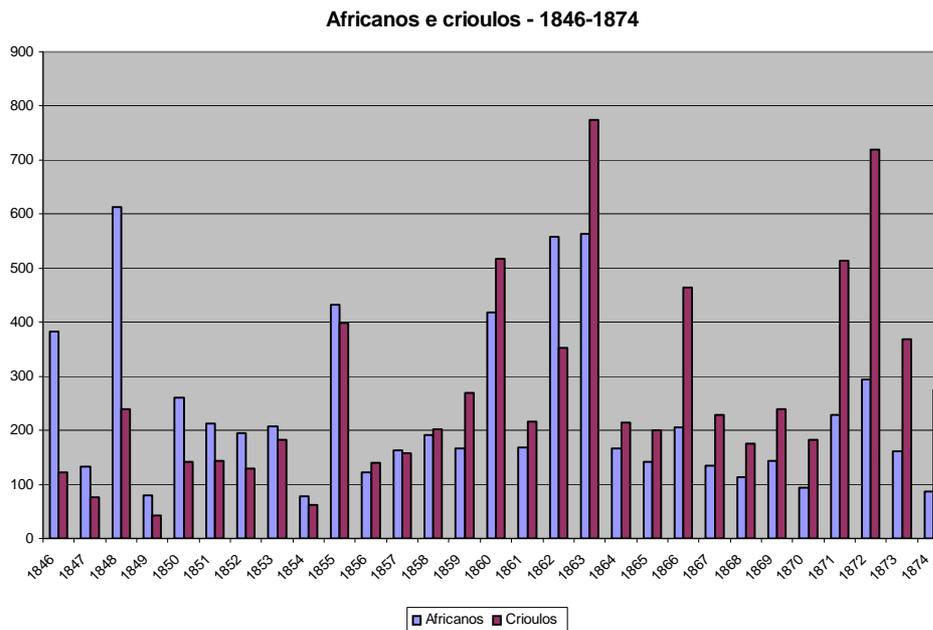
²⁷ Para este papel da alforria, entre a conquista e a concessão, ver Hebe Mattos de Castro. *Das cores do silêncio – significados da liberdade no Sudeste escravista. Brasil. Século XIX*, p. 155, op. cit., por exemplo. Quanto ao papel da família escrava como fator de ordem nos plantéis, esta é a tese de José Roberto Góes e Manolo Florentino. *A paz das senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850*, op. cit. Visão distinta, que vê na família escrava e em outras conquistas/concessões o indicativo do fortalecimento de laços identitários e do poder de barganha da comunidade escrava, é expressa por Robert Slenes, entre outros, em seu trabalho mais recente, *Na senzala, uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

²⁸ Flávio dos Santos Gomes, analisando dados colhidos em inventários da região de Vassouras para o período de 1837 a 1840, chega a proporções semelhantes de africanos nos plantéis: 73,7%. Cf. *Histórias de quilombolas. Mocambos e comunidades de senzala no Rio de Janeiro – século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, p. 205.

²⁹ Robert Conrad, em *The destruction of Brazilian slavery – 1850-1888*, baseado nas estatísticas oficiais disponíveis depois de 1871, aponta a baixíssima proporção de crianças no seio da população escrava no país. Cf. op. cit., p. 81 e ss. O tópico, para a região de Vassouras, requer exame um pouco mais detalhado.

³⁰ Antes de prosseguirmos, contudo, vale uma advertência metodológica. Os dados colhidos em inventários *post-mortem* não são exatos, podendo variar muito de ano para ano devido ao número e ao tipo de inventários (incidência ou não de grandes plantéis). Mesmo assim, é possível observar tendências gerais, na maioria das vezes, sobre as variáveis observadas.

Gráfico 3



Um documento divulgado na região em meados da década de 50 pode nos ajudar a entender a razão deste e de outros aspectos de como se deu a alteração das condições em que se dava o primeiro momento da relação social de forças entre senhores e escravos em Vassouras. Em 1854, foi impressa no Rio de Janeiro uma carta circular que deveria ser distribuída entre os proprietários rurais de escravos da região. ³¹ As *Instruções para a Comissão Permanente nomeada pelos fazendeiros do município de Vassouras* visavam elencar um rol de medidas que os fazendeiros deveriam ser incentivados a tomar no sentido de evitar uma insurreição escrava geral e reduzir a incidência e reprimir insurreições parciais. “Se o receio de uma insurreição geral é talvez ainda remoto, contudo o das insurreições parciais é sempre iminente, com particularidade hoje que as fazendas estão se abastecendo com escravos vindos do Norte, que em todo tempo gozaram de triste celebridade. Insurreições parciais têm havido por vezes em diversos pontos e infelizmente não serão as últimas”.³²

As *Instruções* confirmam, assim, que a importação de escravos de outras províncias, principalmente do Norte, começou quase que imediatamente após o cessamento do fornecimento de braços provenientes da África. ³³ O que não significa, entretanto, que tenha cessado a vinda de africanos para a região. Além das importações transatlânticas ilegais, fica claro que importação interprovincial englobava, em escala significativa o bastante para ser notada pelos contemporâneos, um número grande africanos. Este fato pode ser inferido pela referência explícita aos “escravos vindos do Norte, que em todo tempo gozaram de triste celebridade”. Ora, esta “triste celebridade”, num documento cujo objetivo é a prevenção de insurreições escravas, nada mais pode ser que uma referência à importação de africanos do Nordeste, em especial da Bahia, que haviam se notabilizado, durante toda a primeira metade do século XIX, por protagonizarem uma série de levantes contra seus senhores. Estes dados parecem indicar que uma dinâmica sócio-demográfica africana – marcada pela alta participação de homens jovens, adultos e adultos maduros, em sua grande maioria africanos, sobre o total da comunidade escrava - ainda dominou, com algumas alterações, o quadro das relações entre senhores e escravos em Vassouras ao longo dos anos 50, só vindo a declinar a partir dos primeiros anos da década seguinte.

³¹ *Instruções para a Comissão Permanente nomeada pelos fazendeiros do município de Vassouras*. Rio de Janeiro: Typ. Episcopal de Guimarães e Cia., 1854. Apud *De Vassouras. História: Fatos, Gente*. (compilação e notas de Greenhalgh H. Faria Braga). Rio de Janeiro: Ultra-set Ed., 1978.

³² *Instruções...*, apud *De Vassouras*, p. 65.

³³ Sobre dados para a importação de braços de outras províncias, cf. Stanley Stein, op. cit., pp. 94-95.

A partir dos dados acima, é fácil entender o teor das *Instruções para a Comissão Permanente nomeada pelos fazendeiros do município de Vassouras* que mostra o temor generalizado de insurreições escravas na região quando nos anos em torno da abolição do tráfico internacional de escravos. Este temor correspondia a um quadro em que era difícil manter o controle sobre um contingente escravo geograficamente concentrado e potencialmente explosivo. O passado recente das relações entre senhores e escravos na região confirmava este fato. A década de 30 assistira atos de violência de escravos contra seus senhores, e destes contra os primeiros.³⁴ Em 1838, a situação culminara com a revolta de cerca de 300 escravos, conduzida pelo africano Manoel Congo, que se aquilombaram e foram duramente reprimidos, inclusive com a execução de sua liderança.³⁵ Em 1847, houve a notícia de uma tentativa de realização de uma “insurreição geral dos escravos do município”, conforme registrou o desembargador Alexandre Joaquim de Siqueira em sua *Memória histórica do município de Vassouras*, provavelmente escritas em 1852 e publicadas mais tarde como fragmentos pelo jornal *O Vassourense*, em 1896.³⁶

Escravos jovens e adultos, majoritariamente africanos, tendiam a criar laços de solidariedade a partir da experiência do cativo nas quais o senhor aparecia como seu “inimigo inconciliável”, para inverter a fórmula utilizada pelas próprias *Instruções* para se referir à população cativa.³⁷ O fim do tráfico internacional de escravos, como vimos, não alterou imediatamente a marca africana, característica dos plantéis até então. Ao contrário, com a vinda de escravos, também africanos, de outras províncias, principalmente do Norte, “que em todo tempo gozaram de triste celebridade”, e mesmo de outras da província do Rio de Janeiro, acrescentou-se mais um ingrediente explosivo “ao paiol prestes a fazer explosão”.

Para fazer face a esta redobrada ameaça, as *Instruções* propunham uma medida bem direta: contar com determinada proporção de pessoas livres em relação a números determinados de escravos, o que também teria a vantagem de ir introduzindo, aos poucos, o trabalho do colono na região, tornado inevitável a partir do fim do fornecimento internacional de africanos. A introdução lenta dos colonos também era recomendada para evitar transtornos que poderiam advir de sua entrada em massa na região, alterando subitamente as relações estabelecidas. A experiência em relação aos cativos mostrava que “os fazendeiros que compravam grandes partidas de escravos saíam-se mal; ao contrário os que seguiam sistema oposto; e a razão é que, formado um núcleo de boa escravatura, se tornam facilmente bons pela força do contato e do exemplo”.³⁸ É nesta última consideração que podemos encontrar o sentido profundo das *Instruções*, do ponto de vista da revelação do teor que tenderia a prevalecer nas relações entre senhores e escravos. Já não bastava precaver-se somente pelo uso da força. Eram necessárias providências mais abrangentes, que diminuíssem o potencial explosivo das relações entre senhores e escravos “pela força do contato e do exemplo”. As recomendações que se seguiam demonstram que o conteúdo da expressão “pela força do contato e do exemplo” significava, na verdade, a conveniência de se fazer concessões aos escravos. Como na quarta medida proposta, que recomendava “permitir e mesmo promover divertimentos entre os escravos”. A proibição de tais atos seria “... barbaridade e falta de cálculo”. Sendo os africanos “... apaixonadíssimos por certos divertimentos, impedir-lhos é reduzi-los ao desespero, o mais perigoso dos conselheiros. Quem se diverte não conspira”. Mas, a medida mais

³⁴ Cf. Ignácio Raposo, *História de Vassouras*. Niterói: SEEC, 1978, p. 39 e ss.

³⁵ Sobre o levante de Manoel Congo, ver Flávio dos Santos Gomes, *Histórias de quilombolas. Mocambos e comunidades de senzala no Rio de Janeiro – século XIX.*, op. cit.

³⁶ *O Vassourense*, 26/04/1896. Parece ser esta tentativa de insurreição geral que Robert Slenes está investigando em trabalho ainda inédito, “Toda a Serra da Mantiqueira Estremeceu”, conforme se depreende de suas referências feitas em “Malungu, ngoma vem!” África coberta e descoberta no Brasil, in *Negro de corpo e alma*. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, sd (2000), p. 220, nota 50.

³⁷ “O escravo é o inimigo inconciliável, a adição de mais algumas libras de pólvora ao paiol prestes a fazer explosão...”, *Instruções...*, p. 66. Robert Slenes chega a considerar a criação de laços identitários gerados a partir da experiência do cativo e do pertencimento a um mesmo ramo linguístico e cultural por parte dos cativos africanos, majoritários nos plantéis do Sudeste, que estariam formando uma protonação banto na região do Vale do Paraíba. Cf. “Malungu, ngoma vem!”...

³⁸ *Instruções...*, p. 68.

expressiva era a sexta: “permitir que os escravos tenham roças e se liguem ao solo pelo amor da propriedade. O escravo que possui nem foge, nem faz desordens”.³⁹

A preocupação em buscar medidas mais amplas para reforçar o controle sobre os escravos respondia à pressão representada pelo “paiol prestes a fazer explosão”, em que estes haviam se constituído, e que insurreições, crimes, fugas, etc. não se cansavam de fazer lembrar aos senhores.

Providências semelhantes, aliás, já haviam sido recomendadas anteriormente por Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, o barão de Pati do Alferes, em 1847, a seu filho que, chegando da Europa, que não tinha experiência no trato de uma fazenda de café. Na conjuntura dos anos finais do tráfico internacional, o barão lamentava a utilização do trabalho escravo, “germe roedor do Império do Brasil, mas a “... abundância de braços cativos e o imenso terreno por cultivar esquivam o trabalhador livre do cultivo de nossos campos”. Este se evadia porque havia tamanha disponibilidade de terra para trabalhar por conta própria. Por isso, era necessário continuar com o “cancro roedor, cujo preço atual não está em harmonia com a renda que dele se pode tirar”. Os escravos, ainda segundo o barão, muitas vezes gozavam de má saúde, fato disfarçado por seus fornecedores, e estavam sujeitos a “imensa mortandade”. Por isso não deveriam ser comprados a prazo.⁴⁰ Mesmo que o barão não mencione as fugas como um fator encarecedor do uso da mão-de-obra escrava, não deve ter sido por acaso que as próximas considerações de sua *Memória* sejam sobre o controle da escravaria. O escravo deveria ter domingo, dia santo, ouvir missa e se confessar. Depois de discorrer sobre como os escravos deveriam ser vestidos, o barão recomendava que “[o] fazendeiro deve, o mais próximo possível, reservar um bocado terra onde os pretos façam suas roças; plantem o seu café, o seu milho, feijões, bananas, batatas, carás, aipim, cana etc. Não sem porém consentir que a sua colheita seja vendida a outrem e sim a seu senhor, que deve fielmente pagar-lhes um preço razoável, isto para evitar extravios e súcias de taberna”.⁴¹ Buscava-se, assim, obter os efeitos de apaziguamento que poderiam advir da permissão do cultivo de roças e, ao mesmo tempo, evitar que estas propiciassem condições para a montagem de redes de sociabilidade que extrapolassem o âmbito das propriedades e plantéis.

A predominância dos homens sobre as mulheres, como se pode ver no **Gráfico 4**, marcava uma dinâmica africana na vida e na reprodução dos plantéis. Estas últimas representavam em média 33% dos cativos entre 1846 e 1851, portanto nos anos de vigência do tráfico internacional. Neste aspecto já se pode notar uma primeira alteração significativa da dinâmica sócio-demográfica da população cativa em Vassouras pré e pós-abolição do tráfico internacional de escravos. Em que pese o fato de os africanos terem permanecido como maioria durante toda a década de 50, a proporção entre homens e mulheres no seio comunidade escrava se transforma rapidamente, com o crescimento da parcela feminina desta comunidade. Esta parcela subiu para 41% em média dos plantéis entre 1852 e 1860. Ela conheceu um pequeno declínio nos próximos seis anos, quando representou em média 38% do total, não tendo sido possível ainda obter uma explicação satisfatória para este declínio. Mesmo assim, a proporção de mulheres neste período era cinco pontos percentuais mais elevada do que a média apresentada nos anos marcados pelo tráfico internacional.⁴² Em seguida, a média de mulheres nos plantéis voltou a subir no período seguinte, de 1867 a 1874, alcançando a cifra de 44% do total, muito próxima daquela apresentada pela população livre da província do Rio de Janeiro no censo de 1872, cerca de 46%.⁴³

O visconde de Abaeté, em seu parecer na sessão do Conselho de Estado de 2 de abril de 1867, contrário a que o governo tomasse medidas visando à abolição da escravidão, considerava que a população escrava estava fadada ao desaparecimento, entre outras razões, porque a razão do número de

³⁹ Idem, *ibidem*.

⁴⁰ *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro. Sua administração e épocas em que se devem fazer as plantações, suas colheitas, etc., etc.* Apud De Vassouras. *História: Fatos, Gente*, op. cit., pp. 36-37.

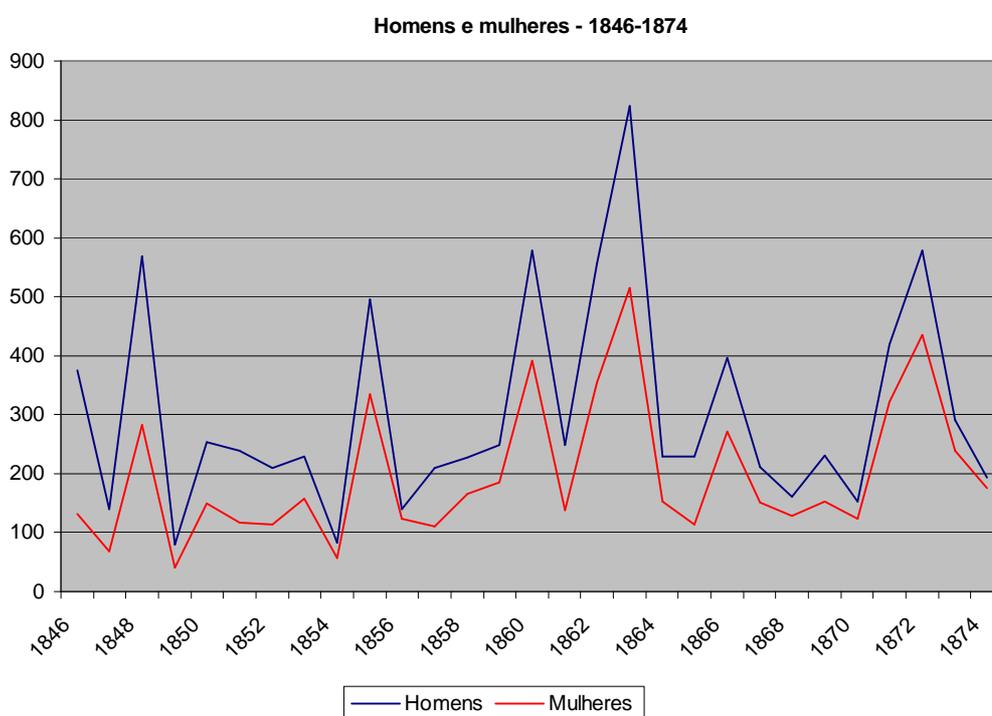
⁴¹ Idem, p. 37.

⁴² Pode ser que a razão do declínio percentual de mulheres entre 1861 e 1866 se deva à grande presença de grandes inventários no período.

⁴³ Dado colhido na Tabela 17, anexo da *História da vida privada no Brasil*, vol. 2 (org. Luiz Felipe de Alencastro). São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 486. Este percentual estava abaixo da média nacional e era devido ao alto número de imigrantes portugueses homens vindos para corte. Idem, p. 379.

homens para o de mulheres era de 100:64, isto é, 1,56.⁴⁴ Na mesma sessão, o visconde de Jequitinhonha, mesmo favorável a que o governo adotasse medidas de cunho abolicionista, previa também, em seu parecer, que, a uma taxa de mortalidade anual de 5%, a população escrava desapareceria em vinte anos.⁴⁵ Prognóstico desmentido pelos fatos. Na verdade, especificamente para a região de Vassouras, a razão entre homens e mulheres encontrada nos dados colhidos nos inventários era, como vimos, de 1,27 para o período entre 1867 e 1874, muito próxima daquela encontrada para a província do Rio de Janeiro como um todo de 1,17. Adiante, comparando estes dados com outros relativos ao aumento no número de filhos entre os plantéis, às faixas etárias da população cativa e sobre a variação positiva do número de escravos, somados ao de ingênuos, na região entre 1873 e 1884 (ver Quadro 1), adiantaremos a hipótese de que, em Vassouras, a população escrava estava em processo de adquirir, ou já havia adquirido, um perfil demográfico propenso à sua manutenção ou crescimento vegetativos.

Gráfico 4



IV

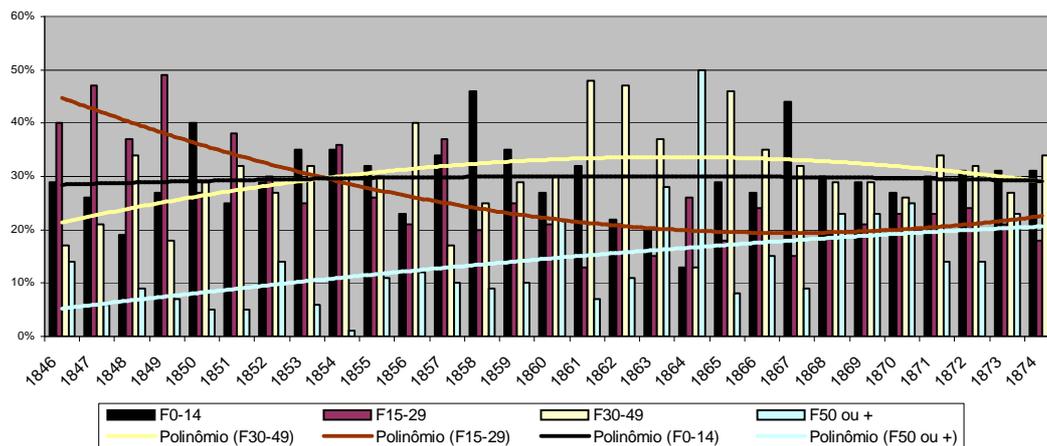
Examinemos agora as tendências dominantes em relação à população escrava de Vassouras no que diz respeito à sua distribuição por faixas etárias (**Gráfico 5**). Para efeito de uma primeira aproximação, consideramos quatro grandes faixas etárias: as crianças e infantes, faixa constituída pelos indivíduos entre 0 e 14 anos de idade; os jovens e adultos entre 15 e 29 anos formam a segunda faixa; a terceira é a de adultos maduros, entre 30 e 49 anos; e, finalmente, a quarta faixa é a dos escravos de meia idade e idosos, com cinquenta anos ou mais.

Gráfico 5

⁴⁴ *Atas do Conselho de Estado* (org. José Honório Rodrigues). Brasília: Senado Federal, 1973-77, vol. 6, p. 173 e ss.

⁴⁵ *Idem*, p. 181.

Distribuição etária - 1846-1874



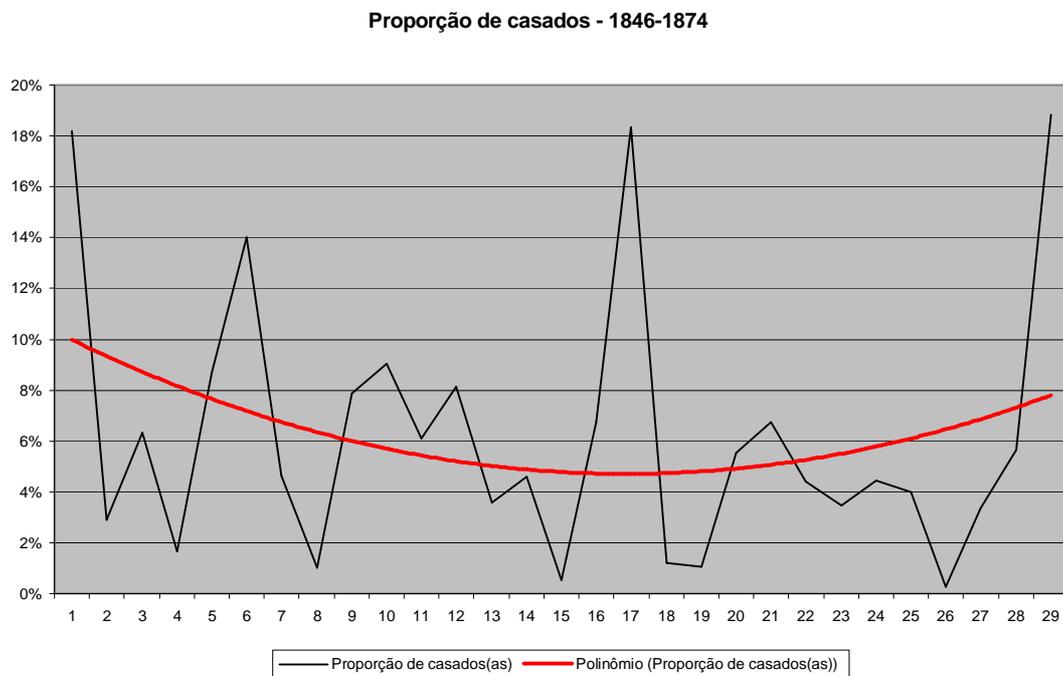
Na análise deste **Gráfico** estaremos utilizando linhas polinomiais para melhor perceber as tendências no tempo de cada uma das faixas etárias definidas. Em primeiro lugar, observemos o ciclo descrito pelos cativos entre 0 a 14 anos de idade, crianças e infantes. Em princípio, seu crescimento seria indício de uma população em rápido processo de crioulização e crescimento vegetativo. Os dados indicam que sua proporção sobre o total era em torno de 25% para o período entre 1846 e 1849, sendo que somente no ano de 1848 sua participação esteve abaixo dos 20%. Entre 1850 e 1859, com uma interrupção biênio 1855/56, as crianças e os infantes apresentaram significativo crescimento, quando, em média, chegaram a representar 33% do total de escravos pesquisados nos inventários. Sua proporção voltou a declinar entre 1860 e 1864, e retomou o crescimento a partir de 1865. Assim, no que tange a proporção de crianças e infantes no conjunto da população analisada, observamos que ela apresentou um crescimento a partir de 1850 até pelo menos 1859, período em que, em média, representou 37% do total de escravos analisados, contra a média de 25% entre 1846 e 1849. Na década de 60, a média foi de 27% e voltou a subir, entre 1870 e 1874, para 30%. Podemos concluir que há um crescimento significativo entre 1850 e 1859 e uma estabilização em torno de 28% de 1860 em diante. No geral, se considerarmos a linha de tendência polinomial para estes dados, veremos que a faixa de idades entre 0 e 14 anos permaneceu praticamente estável entre 1846 e 1874, com ligeira elevação no final do período. Entretanto, enquanto houve crescimento em todas as subcategorias desta faixa até meados dos anos sessenta, a partir de 1866, a proporção de crianças entre 0 a 4 anos de idade tende a declinar enquanto os grupos de 5 a 9 e de 10 a 14 continuaram crescendo.

Em relação ao contingente jovem e adulto, de 15 a 29 anos, vemos que ele predominou claramente até 1850, ano da extinção do tráfico internacional de escravos, quando, em média, representava 40% dos plantéis analisados. Fato que indica que era este o contingente predominantemente importado. A tendência de sua evolução é declinante até 1867, quando começou a apresentar um ligeiro crescimento. Os adultos maduros (entre 30 e 49 anos), que representavam proporções inferiores aos jovens e adultos até 1850, a partir de então alteraram posições com este último grupo, até 1859. De 1860 em diante, eles foram sempre em maior número que os jovens e adultos, com exceção do ano de 1864. Contudo, a partir de 1866, eles apresentaram tendência a declinar.

A combinação de todas estas tendências indica, que a partir do início da década de 60, se iniciou um processo de envelhecimento da população escrava em Vassouras (diminuição do número dos indivíduos entre 0 e 4 anos e aumento no daqueles entre 30 e 49 anos de idade). Fato que parece se confirmar quando consideramos o ocorrido com os escravos de meia idade e idosos (acima de 50 anos de idade). Até 1855, eles representavam, em média, 8,5% dos plantéis, desconsiderado o ano muito discrepante de 1854. Entre 1856 e 1859, sua proporção subiu para 10%. De 1860 a 1867, também com o expurgo do ano muito discrepante de 1864, eles passaram para 14% do total. Deste modo, vemos que sua proporção sobre o total de escravos foi sempre crescente até 1871, com pequena tendência a declinar ou a se estabilizar a partir deste ano.

Este último fato, aliado à ligeira tendência de crescimento da faixa de jovens e adultos (entre 15 e 29 anos) a partir de 1867, pode indicar, no entanto, que a tendência ao envelhecimento da população escrava detectada a partir da metade dos anos 60 poderia estar sendo revertida. Ainda mais se considerarmos que o número de escravos casados registrados nos inventários, que apresentou uma tendência de queda até 1860, se estabilizando então até 1863, passou a subir a partir desta data (ver **Gráfico 6**).

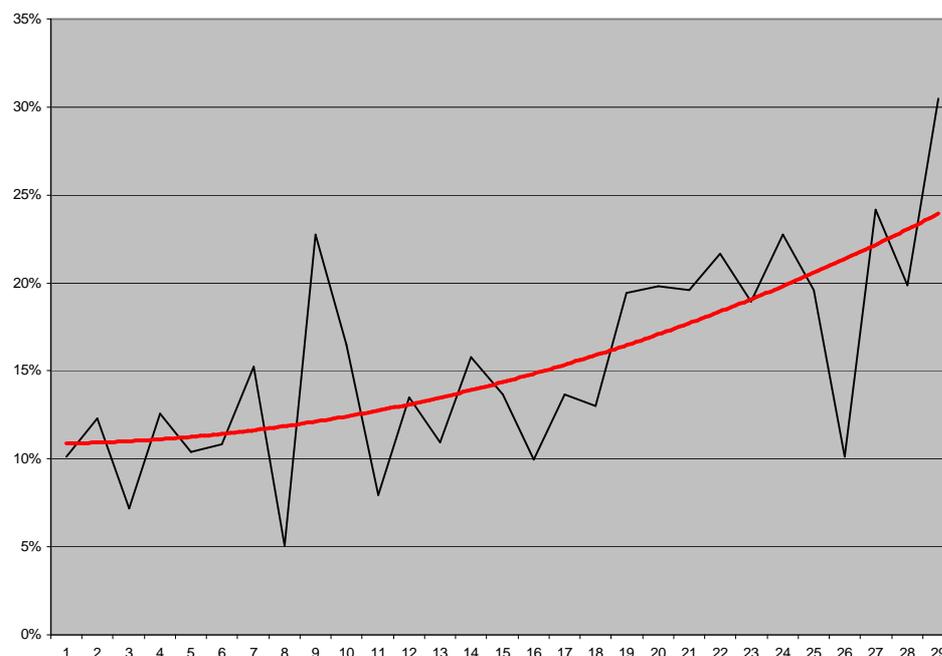
Gráfico 6



Em relação ao número de filhos de escravos presentes nos inventários, ele igualmente apresentou uma tendência constante de crescimento em todo o período em foco. Esta tendência começou a se acelerar a partir do início da década de 50, apresentando novo aumento de ritmo a partir de seu final.

Gráfico 7

Proporção de filhos sobre o total de escravos – 1846-1874



Estes dados parecem indicar que as recomendações de Luiz Peixoto de Lacerda Werneck, em 1855, haviam sido seguidas na região. Com efeito, em seu estudo *Idéias sobre colonização precedidas de uma sucinta exposição de princípios gerais que regem a população*,⁴⁶ o filho do barão de Pati do Alferes havia recomendado que, juntamente com o incentivo à imigração européia e asiática, a carência de braços para a lavoura cafeeira, que se seguira à extinção do tráfico internacional de escravos, fosse enfrentada com a melhoria nas condições de vida dos cativos no sentido que pudessem procriar em maior escala.

Dados relativos à evolução da população escrava para o período posterior de 1873 a 1884 reforçam esta hipótese. De acordo com os dados da Coletoria de Estatística, a população escrava de Vassouras em 1873 era de 21.093 indivíduos. A estes, se acresceram 3.199 escravos procedentes de outras regiões e localidades entre 1873 a 1884. Neste mesmo período, saíram da região 1.704 escravos, faleceram outros 4.052 e foram alforriados, pelas mais diversas modalidades de manumissão, 645 cativos, perfazendo um total de 17.891 indivíduos. No entanto, em 1884, a soma dos cativos e ingênuos (crianças menores de 8 anos) registrados era de 23.072 pessoas. Pode-se supor, deste modo, que, no período em questão, o número total de nascimentos tenha sido de 5.182, superando, assim, aquele de falecimentos (Quadro 1).

Quadro 1

Evolução da população escrava em Vassouras

1873-1884

1) Matriculados em 1873

Homens	11695
Mulheres	9398
Subtotal	21093

2) Entraram -1873-1884

Homens	1885
Mulheres	1314
Subtotal	3199

3) Saíram -1873-1884

Homens	985
--------	-----

⁴⁶ Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1855.

Mulheres	719
Subtotal	1704
4) Faleceram -1873-1884	
Homens	2530
Mulheres	1522
Subtotal	4052
5) Libertados p/F. de Emancipação -1873-1884	
Homens	66
Mulheres	63
Subtotal	129
6) Por liberalidade particular –1873-1884	
Homens	167
Mulheres	327
Subtotal	494
7) Por ato oneroso particular –1873-1884	
Homens	11
Mulheres	11
Subtotal	22
8) Total de escravos em 1884	17891
9) Total de ingênuos em 1884	5182
10) Total de escravos + ingênuos em 1884	23073

Fonte: *O Vassourense*, 27/07/1884
(sobre dados da Coletoria de Estatística)

O crescimento vegetativo da população escrava, em um período de 11 anos (1873/1883), teria sido da ordem de 5,36%, ou de 0,49% em média ao ano. Desta forma, o que fica evidente é que a lei de 28 de setembro de 1871 teve impacto sobre uma região escravista que, mantidas as condições sociais e demográficas engendradas durante a década de 1860, teria plenas condições de se auto-reproduzir de forma estável, sem o aporte externo de mão-de-obra. Ou, levando-se em conta a virtual impossibilidade de um complexo socioeconômico manter-se praticamente estagnado por largo período de tempo, esta região escravista poderia ainda, por longo tempo, manter-se sobre a exploração da mão-de-obra cativa, bastando para tanto que se introduzissem outras formas de trabalho em atividades secundárias e subsidiárias.

Tudo somado, é possível levantarmos a hipótese, ainda necessitando da investigação posterior de novas variáveis, que os anos sessenta, menos que o início de um processo irreversível de declínio da população cativa em Vassouras, representariam um momento de transição nas relações entre senhores e escravos. A dinâmica africana, que dominou estas relações, mesmo adentrada a década de 60, realimentada pela importação de africanos propiciada pelo tráfico inter e intraprovincial, estaria dando lugar a uma dinâmica crioula. Esta nova dinâmica seria marcada por alterações significativas nas tendências demográficas e sociais atuantes no seio da comunidade escrava, tais como, além da maior proporção de escravos crioulos em relação aos africanos: o maior equilíbrio entre os sexos, uma pirâmide etária também mais equilibrada, o aumento no número de famílias e filhos, podendo este último fato indicar uma tendência ao início de um processo de crescimento vegetativo da população.

HOMENS EM MOVIMENTO - SECA E MIGRAÇÃO NO SERTÃO SETENTRIONAL DO BRASIL NO FINAL DO OITOCENTOS⁴⁷

Paulo Cesar Gonçalves⁴⁸

A Seca e a Disponibilidade de Braços

Durante o século XIX, o maior contingente da população brasileira ainda residia no Nordeste, a região que mais contribuía para o crescimento demográfico do país e que, juntamente com Minas Gerais, formava o principal reservatório de mão-de-obra livre e escrava (Brito, 1999). O aumento da população nordestina desde os tempos coloniais e o regime de ocupação da terra provocaram sintomas de pressão demográfica sobre sua posse que se agravaram por ocasião da prolongada estiagem de 1877-1879 (Furtado, 1963, p.158). Esse grande contingente populacional associado a uma economia de subsistência, ao sofrer as conseqüências da seca e sem poder contar com o socorro organizado de seus governantes⁴⁹, inaugurou um movimento migratório em larga escala, que se tornou característico a partir desse período⁵⁰.

O Nordeste passou, então, a perder não apenas escravos, mas braços livres que seriam absorvidos em outras regiões. Nesse quadro, pelo menos durante o quartel final do século XIX, o Ceará foi o principal exportador de população para outras regiões do país⁵¹. A maior parte dessas levas foi encaminhada ao norte, à Amazônia, mas outras áreas, como a zona da mata pernambucana, o recôncavo baiano e a lavoura cafeeira do sul, também se beneficiaram dessa mão-de-obra. Transferência que contou com apoio do Estado, que financiou e organizou de forma precária esse deslocamento, conforme revelam os relatórios ministeriais e provinciais – o principal corpo documental utilizado nesta pesquisa.

Este pequeno artigo procura analisar dados que lançam luz sobre a movimentação dessas populações e como elas foram aproveitadas nas diferentes áreas geográficas e econômicas durante período crucial: a transição do escravismo para o trabalho livre.

A Expressividade das Migrações e o Destino dos Retirantes

⁴⁷ Este artigo apresenta algumas idéias discutidas na dissertação de mestrado *Migração e Mão-de-Obra: Retirantes Cearenses na Economia Cafeeira do Centro-Sul (1877-1901)*, que contou com financiamento da FAPESP e foi defendida em novembro de 2002.

⁴⁸ Doutorando em História Econômica (início: agosto/2003) – Depto. de História/FFLCH da Universidade de São Paulo. Mestre em História Econômica (2002) – Depto. de História/FFLCH da Universidade de São Paulo. Participação, juntamente com colegas da pós-graduação, do grupo de estudos sobre os “Homens Livres Pobres no Brasil, Séculos XVIII e XIX”.

⁴⁹ Sobre a falta de planejamento do Estado para socorrer as vítimas da seca, ver Neves (2000).

⁵⁰ Segundo Facó (1980, pp.29-30): “A emigração em larga escala se inicia com a grande seca de 1877 a 1879, a qual deixou memória em toda a região, até os dias de hoje. Três anos seguidos sem chuvas, sem sementeiras, sem colheitas, os rebanhos morrendo, os homens fugindo para não morrer”.

⁵¹ Os dados censitários do Ceará, relacionados na tabela abaixo, apresentam evidências indiretas da alta taxa de mortalidade e do êxodo populacional durante o período de ocorrência das secas. Nesse intervalo de tempo a população do Ceará teve um crescimento de apenas 17%, a menor taxa em todo o Brasil, somente o Rio Grande do Norte obteve índice semelhante.

População do Ceará em fins do século XIX

Ano	População
1872 (1)	721.686
1877 (2)	816.556
1890 (3)	805.687
1900 (3)	849.127

(1) Recenseamento promovido pelo Império
(2) Estimativa de Tristão de Alencar Araripe
(3) Recenseamentos promovidos pela República

Raimundo Girão (1953, pp.187-8) informa que, desde 1869 até o fim do século, migraram do Ceará 300.902 pessoas, sendo 255.526 para o Amazonas e 45.376 para o sul do país. Essas informações parecem compatíveis quando comparadas às taxas de crescimento da população do Ceará, as mais baixas da região Nordeste, de acordo com os censos de 1872, 1890 e 1900.

A pesquisa sobre as migrações indica que o movimento de cearenses tomou forma já no final de 1877. Ao passar o governo do Ceará a João José Ferreira Aguiar, Caetano Estellita Cavalcante Pessoa informava em seu relatório que:

*“Uma parte diminuta d’esses emigrantes, cedendo ao movimento emigratorio, que se estabeleceu para fóra da provincia, teem se retirado para o Maranhão, Pará e Amazonas e ultimamente para o sul do Imperio, como resolveu o Governo Imperial. Até o ultimo recenseamento, o numero dos emigrantes sahidos para o norte e sul do Imperio orçava por 3.503, sem contar os que se teem retirado por terra, e cujo numero é bastante avultado”.*⁵²

Após três meses, em fevereiro de 1878, os números apresentados por João José Ferreira Aguiar sobre as migrações aumentavam significativamente:

“Assim é que, de cerca de 11:853 pessôas que, dos portos desta cidade, Aracaty, Granja e Acaraú, emigraram para outras provincias, 8.306 procuraram abrigo nas do Amazonas, Pará e Maranhão e 3.547 em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, consultando cada um mui livremente o seu interesse, presente e futuro” .⁵³

Em novembro do mesmo ano, o então presidente do Ceará, José Júlio de Albuquerque Barros descrevia um quadro que, segundo ele, tornaria impossível descartar a migração para outros pontos do Império.

“A população faminta, semi-nua, desvairada, precipita-se do centro para o litoral, como uma torrente, alastrando de cadaveres as estradas; porque chegara a todos os pontos a noticia de que, por falta de transporte, somente se distribuirião socorros nas cidades próximas ao mar. (...)

*O pensamento e o preparativo da emigração, como ultimo recurso para a salvação da vida, preocupavam todas as classes da sociedade”.*⁵⁴

Ao abrir a 25ª Legislatura da Assembléia Provincial do Ceará, em 1º de julho de 1880, o mesmo José Júlio de Albuquerque Barros apresentou um balanço final da partida de cearenses pelo porto de Fortaleza: 23.509 pessoas, sendo 15.166 para o norte e 8.343 para o sul, no período decorrido de abril de 1878 a junho de 1879.⁵⁵

Os relatórios dos presidentes das províncias destinatárias fornecem quadro mais detalhado dessas migrações. No Amazonas, conforme informação do presidente Agelísio Pereira da Silva, desde junho de 1877 começaram a chegar retirantes cearenses, perfazendo, até fevereiro de 1878, um total de 827 homens, mulheres e crianças⁵⁶. Existia clara preocupação em procurar atrair os flagelados através do custeio de passagens nos vapores que se dirigiam àquela província. O objetivo não era apenas introduzir braços para a coleta de produtos naturais, mas, também, a criação de núcleos coloniais necessários ao povoamento e desenvolvimento da agricultura.

Ainda no mesmo ano, o barão de Maracajú dava continuidade à política de implementação de núcleos coloniais, recebendo os cearenses na capital, para depois encaminhá-los ao interior. Seu relatório mostra o que número de migrantes desembarcados nos portos até agosto de 1878 – já somados os 827 relatados pelo seu antecessor – chegou a 4.963. Desse total, um terço foi enviado às colônias criadas pelo

⁵² Relatório do Presidente da Província do Ceará, Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa (1877).

⁵³ Relatório do Presidente da Província do Ceará, João José Ferreira de Aguiar (1878).

⁵⁴ Fala do Presidente da Província do Ceará, José Júlio de Albuquerque Barros (1878).

⁵⁵ Fala do Presidente da Província do Ceara, José Júlio de Albuquerque Barros, (1880).

⁵⁶ Relatório do Presidente da Província do Amazonas, Agelísio Pereira da Silva (1878).

governo⁵⁷. O destino dos outros dois terços não foi especificado, mas as evidências contidas em outros relatórios indicam que eles se dedicaram ao extrativismo florestal:

“Este sacrificio dos cofres provinciais será em pouco tempo indemnizado com o augmento da produção, como já o está sendo a despeza feita com a emigração, pelo notavel augmento da exportação dos productos naturaes, augmento que, como bem sabeis, é devido, em grande parte, aos trabalhadores cearenses que se teem internado pelos rios em que abundam esses productos, empregando-se com actividade na sua extração”. 58

Não foi apenas na lavoura e na coleta de produtos florestais que essa mão-de-obra migrante foi utilizada. Em setembro de 1878, desembarcaram 500 cearenses, contratados por José Paulino Won Hoonholtz, para se juntarem aos trabalhadores americanos e italianos nos serviços da construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré. A experiência, no entanto, não obteve o êxito desejado. Afetados por febres palustres, vários cearenses foram levados à capital da província para tratamento, enquanto aqueles que ficaram, foram abandonados pela empresa construtora da estrada (P. & T. Collins) e pelo contratante⁵⁹.

Com imenso território praticamente despovoado, o Pará apresentava o mesmo problema que o Amazonas. Ali também foi organizado serviço com o intuito de trazer migrantes cearenses que, segundo seu presidente:

“Alem de ação comunitária, atende aos interesses do Pará que precisa de braços que lhe fecundem as terras (...)”. 60

O objetivo era a criação de núcleos coloniais para fixar os migrantes na terra e desenvolver a agricultura. Assim, entraram na província, de março de 1877 a abril de 1878, quase 17 mil retirantes, dos quais pouco mais de 3 mil seguiram para o Amazonas⁶¹. A Colônia Benevides contava, no início de 1878, com cerca de 8 mil cearenses, aos quais foram distribuídos lotes de terras, instrumentos agrícolas, sementes e algum auxílio em dinheiro; já o núcleo de São José apresentava população de 2.205 retirantes⁶².

A Bahia também ofereceu transporte, terras e alimentação aos retirantes cearenses que para lá quisessem migrar⁶³. O objetivo era povoar o sul da província e desenvolver a cultura do café e do cacau. Até o início de 1878, chegaram à Colônia de Jequiriçá 753 migrantes, posteriormente vieram mais 780. Entretanto, como forma de suprir a falta de mão-de-obra, esses trabalhadores também foram contratados por fazendeiros e proprietários de engenhos, conforme relato do presidente da província:

⁵⁷ Fala do Presidente da Província do Amazonas, Barão de Maracajú (1878).

⁵⁸ Relatório do Presidente da Província do Amazonas, Ten. Cel. José Clarindo de Queiroz (1880).

⁵⁹ Ofício do engenheiro fiscal sobre a situação dos cearenses (*doenças e abandono*) anexo à Fala do Presidente da Província do Amazonas, Barão de Maracajú (1879).

⁶⁰ Fala do Presidente da Província do Pará, José Joaquim do Carmo (1878).

⁶¹ Dados do Relatório do Ministério dos Negócios do Império, 1878. Se até abril do mesmo ano entraram nas províncias do norte cerca de 17 mil retirantes, pode-se inferir que, em pouco mais de dois meses, a migração para essas províncias praticamente dobrou, pois segundo Relatório do Presidente do Ceará, João J. Ferreira de Aguiar (1878), haviam partido, até aquele momento, com destino ao Amazonas, Pará e Maranhão, pouco mais de 8 mil pessoas.

⁶² Relatório do Ministério dos Negócios do Império (1878, p.41). De acordo com o Presidente da Província do Pará, José Coelho da Gama e Abreu (1879), a Colônia Benevides já contava com cerca de 9 mil habitantes, enquanto a Colônia São José, com aproximadamente 3,5 mil.

⁶³ A província baiana também sofreu com a seca, porém, os flagelados do sertão migraram para as cidades localizadas às margens do rio São Francisco. Assim, a faixa litorânea, inclusive Salvador, não sofreu com o aumento da população adventícia. Relatório do Ministério dos Negócios do Império (1878, p.117).

*“Acquiescendo ao pedido de diversos lavradores e proprietários que desejavam empregar em suas fazendas e engenhos alguns dos referidos emigrantes, autorizei aquelles a contractar com estes os seus serviços”.*⁶⁴

Três meses mais tarde o novo presidente da Bahia, barão Homem de Mello, também citava esse tipo de contrato:

*“Tendo o governo imperial resolvido que a esses infelizes se concedesse a liberdade de irem para onde lhes approvessem sem os sujeitar ao regimen colonial, alguns se têm contractado com lavradores e proprietários para se utilisarem de seus serviços”.*⁶⁵

A seca também assolou o interior de Pernambuco. Flagelados dirigiam-se para o litoral e a eles se juntavam os retirantes vindos do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba⁶⁶. Em setembro de 1879, ao passar a presidência da província, Adolpho de Barros Cavalcanti de Lacerda escreveu em seu relatório:

*“Quando eu entrei em exercício, nos fins de maio do anno passado, existiam nos alojamentos da cidade, dos suburbios e das comarcas próximas cerca de 70.000 retirantes. Este numero foi recebendo augmento quotidiano com a chegada por terra de novas victimas do flagelo. Os paquetes do Norte vinham sempre carregados de infelizes. Em certa ocasião, de tres delles, entrados quasi ao mesmo tempo, desembarcaram mais de 2.000 pessoas semi-nuas, extenuadas pela miséria e pelas enfermidades”.*⁶⁷

Além da criação de colônias agrícolas⁶⁸, o governo empreendeu várias obras e melhoramentos públicos para aproveitar os serviços desses migrantes⁶⁹. Assim como na Bahia, foram autorizados contratos de serviços entre os retirantes e proprietários de engenho para suprir a falta de mão-de-obra⁷⁰.

*“Convindo, porém, dar maior desenvolvimento a semelhante providencia e ao mesmo tempo proporcionar trabalho aos retirantes validos, autorizei a commissão a celebrar com os proprietários de engenho, mediante as condições que formulei, contractos de serviços dos mesmos retirantes. Ou porque taes condições fossem onerosas aos proprietários, ou porque lhes repugnasse sujeitarem-se á rigorosa fiscalisação imposta, ou finalmente porque os retirantes não lhes parecessem bons trabalhadores, o certo é que poucos foram celebrados; mais ainda assim, por este meio, sahio dos alojamentos da capital crescido numero dos que o enchiam em perfeita ociosidade”.*⁷¹

⁶⁴ Relatório do Presidente da Província da Bahia, Henrique Pereira de Lucena (1878).

⁶⁵ Relatório do Presidente da Província da Bahia, Barão Homem de Mello (1878).

⁶⁶ Relatório do Presidente da Província de Pernambuco, Manoel Clementino Carneiro da Cunha (1877) e Relatório do Presidente da Província de Pernambuco, Francisco de Assis Oliveira Maciel (1878).

⁶⁷ Relatório do Presidente da Província de Pernambuco, Adolpho de Barros Cavalcanti de Lacerda (1879).

⁶⁸ Em 1880, viviam na Colônia Socorro cerca de 3.000 mil pessoas provenientes dos sertões de Pernambuco e das províncias do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Fala do Presidente da Província de Pernambuco, Lourenço Cavalcanti de Albuquerque (1880).

⁶⁹ Relatório do Presidente da Província de Pernambuco, Francisco de Assis Oliveira Maciel (1878). A relação das obras encontra-se no Relatório do Ministério dos Negócios do Império (1879, p.84).

⁷⁰ Eisenberg (1977, p.202) observa que no final da década de 1870, as grandes secas forçaram milhares de sertanejos a buscar trabalho nos canaviais da zona da mata pernambucana. Fato semelhante também ocorreu no Maranhão, onde os migrantes foram utilizados nos serviços em obras públicas e em contratos de parceria com lavradores. Relatório do Presidente da Província do Maranhão, Francisco Corrêa de Sá (1878).

⁷¹ Relatório do Presidente da Província de Pernambuco, Adolpho de Barros Cavalcanti de Lacerda (1878).

Esse fluxo migratório também se apresentou como alternativa de mão-de-obra para a lavoura cafeeira no sul. Com passagens gratuitas, os retirantes desembarcavam na capital do Império, de onde eram encaminhados para outras províncias⁷². Segundo dados do agente da colonização no Rio de Janeiro, entre 1º de janeiro e 30 de setembro de 1878, passaram pela hospedaria 4.293 retirantes⁷³. O Livro de Registros de Colonos de 1878, onde eram assentados os recrutamentos dos migrantes, informa que muitos foram deslocados para o interior da província fluminense, enquanto outros se dirigiram para São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais.⁷⁴

Muitos retirantes chegaram a São Paulo, onde aguardavam – alojados na hospedaria do governo – passagens de trem para as regiões em que a lavoura cafeeira encontrava-se em expansão: Limeira, Rio Claro, Amparo e Guaratinguetá. Famílias de migrantes foram aproveitadas nas fazendas, plantando, tratando e colhendo café⁷⁵.

No Rio de Janeiro, os poucos registros indicam que 189 retirantes (41 famílias) foram contratados para os trabalhos na lavoura nos municípios de Resende, Barra Mansa, São João do Príncipe e Cantagalo, importantes áreas cafeeiras da província. Enquanto alguns proprietários comprometiam-se a pagar uma determinada quantia em dinheiro na época da colheita do café, outros pretendiam estabelecer o regime de parceria⁷⁶.

Por outro lado, com os escravos concentrando-se nas fazendas, a busca por braços para os serviços domésticos nas vilas e cidades intensificava-se. Muitos retirantes foram contratados como substitutos dos serviçais cativos⁷⁷. A flagrante falta de mão-de-obra, entretanto, não se dava apenas nos serviços domésticos. Retirantes solteiros foram recrutados para o trabalho em fábricas de tijolos na Ilha do Governador ou em curtumes. A Companhia Estrada de Ferro Leopoldina empregou cerca de 88 retirantes nas obras da referida ferrovia, pagando-lhes dois mil réis diários⁷⁸.

Na província do Espírito Santo a migração foi bastante representativa. A hospedaria da Corte esteve longe de ser a principal fonte desses trabalhadores para a província capixaba. Na verdade, a grande maioria dos migrantes egressos do norte do Império aportou diretamente em Vitória. Em 1878, comunicado pelo presidente do Conselho de Ministros, Cansansão de Sinimbu, o então chefe de governo do Espírito Santo, Manoel da Silva Mafra, organizou a recepção e criou comissões nas regiões onde os retirantes seriam encaminhados. Assim, quase 5 mil pessoas distribuídas pela província. Importantes regiões cafeeiras – Itapemirim e Vianna – receberam grande parte desse contingente (1.291); Santa Isabel e Santa Leopoldina, colônias oficiais, apenas 68 pessoas. A região de São Matheus, tradicionalmente dedicada à produção e exportação de farinha de mandioca, mas que também produzia café, obteve o maior número de retirantes (1.399).

Migração e Mão-de-Obra

⁷² Os vapores utilizados no transporte também se dirigiram diretamente aos portos paulista e capixaba.

⁷³ *Relatório da Inspeção Geral das Terras e Colonização*, 1878.

⁷⁴ Cerca de 200 pessoas apenas foram remetidas ao juiz de direito de Juiz de Fora, município localizado na Zona da Mata e principal área produtora de café da província, a fim de conseguirem trabalho. Tudo indica, no entanto, que a província recebeu poucos migrantes. Detentora da maior população, tanto escrava, quanto livre, Minas não teve grandes problemas com mão-de-obra, mesmo com o apogeu do desenvolvimento da cafeicultura na década de 1870 (Lanna, 1988, p.35).

⁷⁵ Essas famílias eram recrutadas para trabalhar nas fazendas, juntamente com imigrantes e, possivelmente, com escravos. Sobre a migração de cearenses para São Paulo ver Gonçalves (2002).

⁷⁶ “O Sr. Florentino de Sousa Avides, fazendeiro no município de São João do Príncipe, levando para sua fazenda os cearenses abaixo relacionados se compromete a dar-lhes casa, comida, medico, botica e 60\$000 por mez para a colheita do café e terminada esta, dará um sitio sendo a produção da plantação de cereais para elles e a de café a meias”. *Livro de Registro de Colonos* (1878).

⁷⁷ A tradição escravista ainda dominava o imaginário da sociedade: dentre os registros de pessoas que levavam os migrantes para casa, seis chamam atenção por mencionarem explicitamente que os patrões obrigavam-se “a em caso algum empregar castigos phisicos”. *Livro de Registro de Colonos* (1878).

⁷⁸ *Livro de Registro de Colonos* (1878). A Estrada de Ferro Leopoldina começara a ser construída entre 1874 e 1882. Costa (1998, p.221).

Expropriados de seus meios de vida, restou aos sertanejos a alternativa da migração. A partir desse momento, viabilizou-se o aproveitamento de sua força de trabalho potencial nos diferentes setores da economia nacional, onde foram absorvidos para suprir a demanda por braços. Para tanto, a participação do Estado foi fundamental, inclusive dirigindo essa migração conforme seus interesses⁷⁹.

A elite concebia esses trabalhadores apenas como reserva de mão-de-obra a ser utilizada circunstancialmente. O Sertão servia, então, como viveiro de braços que a seca disponibilizava de tempos em tempos. Não se implementou nenhuma política para proporcionar melhores condições de vida a essas famílias e fixá-las às localidades onde viviam. À época, quando se discutia a construção da nação brasileira, essa população configurou-se em mais um segmento das camadas livres pobres desprezado pelos grupos dominantes.

Os retirantes cearenses constituíram-se, assim, em mais um exemplo da ligação eventual do trabalhador nacional com o sistema produtivo e com utilidade eventual – colonizaram regiões vazias, embrenharam-se nas matas para coletar produtos nativos, complementaram o braço escravo e, posteriormente, até a força de trabalho imigrante.

Historicamente, foi esse o papel reservado às camadas pobres⁸⁰. A semelhança com o tratamento dispensado aos homens livres durante o período colonial chama atenção e é reveladora da situação dessas populações: desqualificação e falta de interesse da elite em criar condições que permitissem sua inserção econômica e social⁸¹.

É preciso assinalar, entretanto, a importância dessas migrações no final do século XIX. No momento em que substituição do trabalho escravo era crucial e a oferta e demanda de mão-de-obra livre estava, em algumas regiões, associada a imigrantes estrangeiros, esse braço nacional, mesmo sob forte preconceito em relação a sua capacidade para o trabalho, foi chamado a participar das atividades econômicas que se delineavam ou daquelas já estabelecidas. Por todo país procurou-se aproveitar a força de trabalho desses homens e mulheres que, juntamente com seus filhos, foram obrigados a deixar sua localidade de origem para não sucumbir à seca.

Referências Bibliográficas

- BRITO, Fausto. *Minas Gerais e Nordeste: perspectivas migratórias dos dois grandes reservatórios de força de trabalho*. ABEP/GT Migração – II Encontro Nacional de Migração, Ouro Preto, 1999, (mimeo).
- COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 3.ed. São Paulo: Unesp, 1998.
- EISENBERG, Peter Louis. *Modernização sem mudança. A indústria açucareira em Pernambuco: 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos*. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.
- GIRÃO, Raimundo. *Pequena história do Ceará*. Fortaleza: A. Batista Fontenelle, 1953.
- GONÇALVES, Paulo Cesar. *Migração e Mão-de-Obra: Retirantes Cearenses na Economia Cafeeira do Centro-Sul (1877-1901)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2002.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A transformação do Trabalho*. Campinas: Unicamp, 1988.
- NEVES, Frederico de Castro. “A seca na história do Ceará”. In SOUZA, Simone de (org.). *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

⁷⁹ Durante a seca de 1888-1889, o então presidente do Ceará, Antonio Caio da Silva Prado, membro da família Prado – um dos mais importantes clãs políticos e econômicos do país, cuja fortuna relacionava-se com o café – foi acusado de tentar dirigir a migração para o sul do Império, correspondendo aos anseios dos cafeicultores paulistas.

⁸⁰ Caio Prado Júnior (1973) problematizou, de forma pioneira – quanto ao período colonial – as possibilidades de inserção momentânea de parte dessa população, a qual denominou de “setor inorgânico”, enfatizando que era convidada a fazer parte da economia organizada conforme os interesses dos grupos dominantes.

⁸¹ Pode-se citar, por exemplo, os desclassificados na região das minas no século XVIII. Laura de Mello e Souza (1986, p.73) registra a utilidade volátil desses trabalhadores: seu emprego nas tarefas suplementares àquelas realizadas pelos escravos ou nas quais o emprego de mão-de-obra cativa era inviável, constituindo-se no que a historiadora denominou de “exército de reserva da escravidão”.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.
SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro – A pobreza mineira no século XIX*. 2.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

O SENHOR DESAGRAVADO: NOTAS SOBRE A RELIGIOSIDADE NO RIO DE JANEIRO DO OITOCENTOS

Anderson José M. de Oliveira
Professor Adjunto da Uerj

1 – O Desacato

Em julho de 1845, a Igreja da Irmandade da Santa Cruz dos Militares passava por algumas reformas que deveriam ser concluídas até setembro para a realização das festividades da associação. No intuito de agilizar as obras, foi contratado um razoável número de operários, estando entre eles o caiador Augusto Frederico Corrêa, de 23 anos de idade, natural dos Açores. Em 29 julho do corrente, quando os operários realizavam serviços de pintura em frente ao altar do Senhor Morto, Augusto teria gesticulado e xingado a imagem, no que teria sido repreendido pelos companheiros de labuta, tendo respondido aos mesmos que aquela imagem não era Deus e sim um pedaço de pau. Transcorrido algum tempo, por volta das 15:00 horas, ouviu-se na igreja um grito que vinha da direção da sacristia. Dirigindo-se ao local, os operários encontraram Augusto caído em frente ao altar de Nossa Senhora das Dores. O caiador retorcia-se em violenta crise de cólicas, perdendo, em seguida, a fala e os movimentos, sendo conduzido pelos companheiros de trabalho para casa (Ewbank, 1976, p. 121-123; Coaracy, 1988, p. 232-233; ISCM⁸²: Pasta 8⁸³; Livro de Atas, 1845, p. 76 a-76b; BN⁸⁴ - *Jornal do Commercio*, 13/08/1845, p. 3).

Os fatos ocorridos tiveram imediata repercussão, levando o provedor da irmandade, Francisco de Paula Vasconcellos, a convocar uma reunião da Mesa Administrativa, onde se deliberou que se comunicasse o acontecido ao Bispo e ao sub-delegado da Freguesia da Candelária. Os principais jornais da cidade também noticiariam o ocorrido. O então Bispo, Dom Manuel do Monte Araújo, ordenou ao Vigário-geral que iniciasse diligências sobre os fatos, já mencionando a necessidade de um desagravo à “Majestade Divina ofendida” (ISCM: Pasta 8; Livro de Atas, 1845, p. 76 a-76b). O ato de Augusto inseria-se numa teia de complexas relações que marcavam a vivência do catolicismo brasileiro desde o período colonial. Laura de Mello e Souza chama a atenção para o fato de a relação de afeto e detração das imagens de santos estarem presentes no cotidiano da população colonial (1986, p. 115-120). Todavia, mesmo os atos de agressão aos santos inseriam-se num contexto de profunda crença, na medida em que tais ofensas eram cometidas quando se acreditava que o santo havia rompido um pacto ou não cumprido a sua parte no mesmo. De qualquer forma, a crença nos santos e no poder das suas representações imagéticas denotava uma importante característica da vivência do catolicismo em meio aos temores das doenças e das forças da natureza, suscitando a necessidade de promover com eles uma relação de intimidade e proximidade (Oliveira, 2002, p. 206).

Parece-me que tais traços persistiam em meio às vivências do catolicismo no Oitocentos. Mesmo em face dos embates da Igreja com o pensamento liberal e o avanço do processo de secularização, que se afirmou na segunda metade do século XIX, a religião colocava-se então como um dos elementos de compreensão da realidade. O próprio interesse dos imperadores na manutenção do direito do Padroado recolocava o papel da Igreja como um importante instrumento de consolidação do poder e manutenção da “ordem” social (Gomes, 1991, p. 82-90). Levando-se em consideração tais colocações, o ato de Augusto foi interpretado como um desacato. O *Jornal do Commercio* referiu-se ao caiador como o “desgraçado”, o *Diário do Rio de Janeiro* o qualificou como o “delinqüente” (13/08/1845, p. 3; 13/08/1845, p. 2). Em um poema publicado no *Jornal do Commercio*, afirmava-se que Augusto pecara contra Deus e contra os homens. O poema foi acompanhado do significativo pseudônimo de a “Voz do Ressentimento” (12/08/1845, p. 3). Pode-se também interpretar o ressentimento em relação a Augusto como uma preocupação com o que seu ato pudesse provocar em termos de despertar a ira divina. Deste modo, as explicações para o seu impulso ofensivo não tardaram a aparecer. Tanto os jornais quanto o próprio Bispo concordaram que o demônio foi o grande arquiteto dos fatos. Todavia, as forças celestes teriam

⁸² Arquivo da Imperial Irmandade da Santa Cruz dos Militares.

⁸³ Documento da Devoção do Senhor Desagravado.

⁸⁴ Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

imediatamente respondido, em reparo ao desrespeito, impondo a Augusto as contorções e a imobilização (Oliveira, 1995, p. 204-205).

Evidentemente outras explicações foram construídas para o ocorrido. O viajante norte-americano Thomas Ewbank, que esteve no Rio de Janeiro, em 1846, afirmou que o mesmo deveria ter sofrido um ataque epilético (1976, p. 121). Provavelmente alguns médicos não partilhavam das conclusões dos jornais e do próprio Bispo, na medida em que o saber médico empreendia forte luta para se afirmar diante daqueles saberes tradicionais que recorriam ao sobrenatural para explicar os fenômenos físicos. Entretanto, como observou Márcio Soares, no Oitocentos persistia a crença de que a doença estava associada ao pecado e ao castigo divino. A saúde ou a ausência da mesma não estavam nas mãos dos homens e sim nas mãos de Deus (Soares, 1999, p. 68-69). Outrossim, toda a gama das doenças nervosas, entre elas a epilepsia, eram vistas como doenças sagradas que poderiam ser provocadas tanto pela intervenção das forças do bem ou das forças do mal (Mott, 1993, p. 53). O que me parece conclusivo neste primeiro momento é que o ato de Augusto teve, por parte dos principais jornais da cidade e do Bispo, uma interpretação que se enquadrava dentro de uma perspectiva coletiva de vivência do catolicismo e que os desdobramentos dos fatos apontavam para o reforço desta compreensão do cotidiano através do recurso e da interferência das forças sobrenaturais, mesmo que vozes contrárias já começassem a questionar tais interpretações.

2 – A Devoção

O ocorrido na Igreja dos Militares mais do que um desacato deu origem a uma nova devoção. Segundo Jean Delumeau, o nascimento de uma devoção pode ser explicado por quatro fatores, a saber: uma forte solidariedade local, uma forte hierarquia social consolidada, distúrbios econômicos após períodos de calamidades e a ação de intermediários culturais, principalmente, o clero (1989, p. 247). Com relação ao que me proponho analisar neste trabalho, destacarei dois fatores: a ação dos intermediários culturais e a questão das calamidades.

Logo após tomar conhecimento dos fatos, Dom Manuel do Monte, em Carta Pastoral, reforçou a importância do culto dos santos e de suas imagens para a religião católica, insistindo na necessidade de uma “reparação pública à Divina Majestade tão gravemente ofendida” (ISCM: Pasta 08). A cerimônia do desagravo foi então marcada para o dia 12 de agosto de 1845, na Igreja dos Militares. Às 10 horas da manhã do dia determinado, o Bispo, em procissão solene com o clero da Freguesia da Candelária, chegou à igreja onde já era esperado por um grande número de fiéis. No consistório, além de outros eclesiásticos, Augusto também o aguardava. Este fora convencido pelo Vigário-geral da necessidade de participar da cerimônia. Esta teve início com a oração diante da imagem do Senhor Morto, seguida da leitura da Pastoral escrita pelo diocesano. Posteriormente, Augusto foi conduzido aos pés do Bispo quando recitou uma confissão geral, sendo absolvido da censura imposta. A cerimônia terminou com o cântico de ladainhas aos santos e a adoração da imagem do Senhor Morto (BN - Jornal do Commercio, 13/08/1845; Diário do Rio de Janeiro, 13/08/1845).

A ação clerical, mediante a realização da cerimônia do desagravo, não tardaria a demonstrar sua eficácia. No dia 5 de setembro de 1845, o provedor da Irmandade da Santa Cruz do Militares comunicou aos membros da mesa que recebera uma papel com a quantia de R\$ 1:250,00. O remetente anônimo desejava, segundo suas próprias palavras, “perpetrar a memória do ato religioso” ocorrido na Igreja da Cruz, em 12 de agosto de 1845. Era seu desejo que aquela quantia fosse transformada em apólices da dívida pública e, com o produto destas, fosse instituída a celebração de uma missa todas as sextas-feiras no altar de N. S. das Dores. A celebração deveria ser denominada Missa do Desagravo, estando exposta, na ocasião, a Imagem do Senhor Morto. A mesa da irmandade foi unânime na aceitação da oferta, mandando anunciar para o dia 25 de setembro do ano corrente o início da Missa do Desagravo. Soube-se, posteriormente, que o fervoroso devoto era o Coronel Manoel José de Castro, membro da irmandade (Oliveira, 1995, p. 208-209). O intento de perpetrar a memória do desagravo foi alcançado. Ao que tudo indica a nova devoção foi recebida com entusiasmo pela população da cidade. Em 1846, Thomas Ewbank teve sua atenção despertada por um significativo movimento na Igreja dos Militares, o qual descreveu da seguinte forma:

De quinze a vinte homens e mulheres e rapazes encontravam-se no interior da Igreja, e a maioria estava diante do altar à esquerda, cujo pano havia

sido removido e no qual se expunha as imagem de Cristo Morto, com a cabeça, as mãos e os pés manchados de sangue. Os devotos beijavam-no. Quando um se erguia, outro se ajoelhava em seguida e dessa forma se sucediam senhoras e cavalheiros, negros e negras. Todos contribuía com alguma coisa para aumentar a pilha de moedas de cobre e notas de mil-réis que se via numa imensa bandeja. É costume dizer que uma senhora não beija uma imagem depois de um negro, vi três que o fizeram. (Ewbank, 1976, p. 121 – grifos meus)

As impressões do viajante foram reforçadas por testemunhos vindos da própria irmandade dos militares. Em 1851, o tesoureiro da instituição afirmava estar embaraçado com as contas da irmandade e as da Devoção do Senhor Desagravado. Relatava que a devoção contava com outras apólices da dívida pública, além daquela original, e outros bens que foram acrescidos. Alertava para o risco de alguém, em função dos fatos, desejar erigir a devoção em confraria, aconselhando que os bens da dita devoção fossem incorporados ao patrimônio da irmandade. A mesa acatou o encaminhamento do tesoureiro, com a lembrança do provedor de que a devoção contribuía com a irmandade não só na parte moral, mas também na economia de cera que a mesma proporcionava à instituição (ISCM: Livro de Atas, 1851, p. 152 a-153b). Em 1857, a devoção do desagravo recebeu o reconhecimento da Santa Sé que concedeu indulgências àqueles que se confessassem e participassem das novenas da devoção. Neste mesmo ano, a festa da devoção passou a ser precedida destas novenas, sendo também incorporada às festas compromissais da irmandade (Oliveira, 1995, p. 214-215).

Explicar o significado desses acontecimentos requer, inicialmente, a compreensão do que representava a devoção ao Senhor Morto para a Igreja e no contexto das vivências do catolicismo brasileiro. O impulso da devoção ao Senhor Morto, no Ocidente, pode ser datado, a partir do século XIV, dentro da valorização do ciclo da Paixão de Cristo. A necessidade de uma religião mais próxima dos anseios dos fiéis vinha se afirmando, pelo menos desde o século XII, refletindo as transformações promovidas pelo crescimento urbano europeu, demarcando uma valorização do mundo e acentuando no plano religioso uma igual valorização da humanidade de Cristo. No contexto dos flagelos promovidas pelas pestes, no século XIV, esta tendência reforçou a devoção ao ciclo da Paixão, vista como uma vitória sobre a morte, sobressaindo neste ciclo a devoção ao Senhor Morto (Vauchez, 1987, p. 27; Vovelle, 2000, p. 126-127). À Época Moderna, a Reforma Católica reafirmaria a importância da devoção ao ciclo da Paixão como base de uma constante reflexão sobre a morte, sendo um dos fundamentos da chamada Pastoral do Medo (Delumeau, 1983, p. 389). Teologicamente, esta insistência tridentina procurava também reafirmar a crença em Cristo e no magistério da Igreja. A vivência do catolicismo no Brasil, desde o período colonial, enxergava nas imagens devocionais de Cristo, inclusive na do Senhor Morto, a existência da graça que garantia a vida e a saúde dos fiéis (Azzi, 1992, p. 7-10).

Esse ponto parece-me fundamental para que se possa entender que, além da preocupação do bispo do Rio de Janeiro em desagravar a imagem, havia no contexto cultural da cidade uma pré-disposição em reconhecer no desagravo um ato de reconciliação com a Majestade Divina. Tal inclinação inseria-se, neste sentido, na persistência de uma concepção toda particular em torno da interferência das instâncias sobrenaturais sobre a vida cotidiana, principalmente, quando se tratava de questões relacionadas às doenças e suas curas. Deste modo, levando-se em consideração o quadro epidêmico que assolou o Rio ao longo do Oitocentos e, fundamentalmente, na temporalidade próxima ao surgimento da devoção em causa, é possível que uma luz seja lançada na compreensão desse fenômeno. Entre 1828 e 1835, assolou a cidade a chamada febre de Macau; a varíola, entre 1834 e 1835; a gripe, em 1835; a febre tifóide, em 1836; o sarampo, entre 1835 e 1836; a febre amarela, entre 1839 e 1840. Esta última reapareceria, em 1850, com maior força, vitimando em torno de 4.000 pessoas. Em 1855, foi a vez da cólera-morbo vitimar em torno de 4.828 pessoas. O ano de 1859 marcou o retorno da varíola que se faria presente novamente em 1865. Entre 1867 e 1868, a cidade foi novamente assolada por uma epidemia de cólera-morbo (Machado, 1978, p. 243-244; Lobo, 1978, p. 257-258; Carvalho, 1990, p. 76).

A morte e a insegurança advinda da mesma eram fenômenos constantes na Corte. O discurso médico secularizado, mesmo se fazendo presente, não era tido como suficiente para explicar sozinho tais flagelos. O recurso às explicações sobrenaturais satisfaziam em grande parte os anseios da população.

Cláudia Rodrigues demonstra que, quando da epidemia de febre amarela de 1850, havia uma concomitância de explicações para o fenômeno. De um lado o discurso médico dividido entre as teorias da infecção e do contágio; do outro lado, as explicações religiosas que detectavam a causa do flagelo na desobediência às injunções do sobrenatural e viam como solução a realização de missas e procissões (1997, p. 41-42). Sidney Chalhoub também identificou esta gama de disputas no tocante a compreensão dos fenômenos epidêmicos, denotando a persistência de uma visão mágica em relação à doença e à cura (1996, p. 136-137).

Um exemplo, que ilustra a questão das explicações religiosas, é narrado por Coaracy. Segundo este, em 1849, deixou de figurar na *Procissão das Cinzas* o andor com a imagem de São Benedito. Alguns irmãos da Ordem Terceira da Penitência teriam dito que *branco não carrega negro nas costas, mesmo que seja Santo*. Com a propagação da epidemia de febre amarela, em 1850, alguns devotos começaram a justificar o flagelo como efeito da cólera do santo desprezado e ofendido. O resultado foi que, no ano seguinte, São Benedito foi, de manto novo e resplendor dourado, reintegrado na procissão (1988, p. 263). Na própria irmandade que abrigava a devoção ao Senhor Desagravado, em 1856, em função da epidemia de cólera, outra manifestação desta religiosidade se fez presente, como se vê no compromisso de outra devoção instituída na igreja da mesma confraria:

A Devoção de Nossa Senhora da Piedade tem por fim o ato de clemência com que a Divina Providência, por intercessão da Santíssima Virgem, fazer cessar o flagelo da peste que acometeu os povos do Brasil em 1855, e comemorou o ato de humanidade que muitas senhoras deram na Igreja da Santa Cruz, pedindo esmolas por socorro dos pobres acometidos na mesma peste (BN - Compromisso da Devoção de Nossa Senhora da Piedade, Rio de Janeiro, 1870, p. 4).

A junção dessas histórias e seus significados permite-me retomar a proposição de Delumeau quanto aos fatores que explicariam o surgimento de novas devoções. Por um lado, fica evidente a preocupação do diocesano do Rio no desagravo à imagem. Com efeito, à Igreja era importante, diante do ocorrido, valer-se do culto aos santos e de suas imagens como forma de afirmar o seu pastoreio diante dos fiéis. Por outro lado, em meio aos embates políticos e ideológicos que começava a enfrentar ao longo do Oitocentos, a instituição não poderia deixar de se manifestar diante de um fato que reafirmava a importância do catolicismo no contexto Corte imperial. O jornal da diocese – *O Apóstolo* –, em 1881, não perderia a oportunidade de se valer da Devoção ao Senhor Desagravado para reforçar sua crítica ao que denominava dos males do progresso material da sociedade que incitava a contrariedade aos assuntos da fé. Afirmava-se no editorial:

A blasfêmia, o impropério, foram, em todos os tempos, arma pronta do ímpio em desespero. Hoje, com o progresso material, essa arma é manejada ainda com mais destreza, qualquer contrariedade basta para a desenvoltura da língua contra Deus, não, não é só a língua que se maneja, a pena e o lápis são hoje instrumentos mais torpes e blasfemadores. (...) Na igreja da Cruz, nessa mesma igreja, onde se perpetua a festa, que hoje ali se celebra, um miserável caiador prorrompeu em blasfêmias horríveis contra a sagrada imagem do Senhor, que estava na igreja. (...) A festa do Senhor do Desagravo, que é hoje celebrada na igreja da Santa Cruz dos Militares, se tem uma origem consternadora, tem igualmente uma parte muito consoladora no desagravo imediato, que se fez à Santa Imagem, e na piedosa devoção com que é venerada pelos fiéis. (...) A Imperial Irmandade da Santa Cruz dos Militares, colocando-se acima dos respeitos humanos, deu uma prova de sua piedade (...). [BN - O Apóstolo, 30/09/1881, p.1]

A piedade imputada à irmandade era vista pela Igreja também como um ato de afirmação do papel da instituição naquela sociedade. Para os fiéis afirmava-se a importância da Igreja não só pelo seu caráter institucional, mas também pelo caráter fundamental do recurso cotidiano aos símbolos sagrados. Neste

sentido, o contexto das calamidades epidêmicas constituía-se numa condição básica para perpetrar a memória do desagravo.

3 - Conclusão

A devoção do desagravo permite que, pelo ângulo da religiosidade, se desvende uma sociedade diante de sua ambivalência. O avanço de um discurso secularizante teve que necessariamente conviver com o tradicionalismo religioso existente na sociedade brasileira do século XIX. O próprio Estado, que foi um dos grandes arautos da modernização da sociedade, não abria mão do regime de união com a Igreja. O conjunto da sociedade, de uma forma geral, ainda era reticente quanto a esta modernização, o que ficava claro na desconfiança em relação aos médicos e seus métodos; e na visão mágica da doença e na força dos métodos tradicionais de atingir a cura.

Como defende Claudia Rodrigues, o próprio processo de secularização não implicou no esvaziamento do papel da religião naquela sociedade, não se podendo confundir tal processo como um ato de “descristianização” como defenderam alguns historiadores (2002, p. 335-336). A própria persistência de um certo tradicionalismo religioso, segundo Martha Abreu, colocou-se como um dos grandes obstáculos a uma agenda reformadora do Império (1999, p. 324-325). Diante destas afirmações, a própria perpetração da memória do desagravo reiterava a ambivalência no interior de uma sociedade que se colocava diante de uma “dupla consciência”⁸⁵, que se expressava por conflitos, mas também por uma convivência cordial entre o religioso e o secular no Rio de Janeiro oitocentista.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Martha. O Império do Divino. RJ/SP: Nova Fronteira/FAPESP, 1999.
- AZZI, Riolando. Do Bom Jesus Sofredor ao Cristo Libertador. Brasília: Rumos, 1992.
- CARVALHO, Delgado de. História do Rio de Janeiro. RJ: Secretaria Municipal de Cultura, 1990.
- CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril. SP: Cia. das Letras, 1996.
- CORACY, Vivaldo. Memórias da Cidade do Rio de Janeiro. BH/SP: Itatiaia/EDUSP, 1988.
- DELUMEAU, Jean. Le péché et la peur. Paris: Fayard, 1983.
- _____. Rassurer e protéger. Paris: Fayard, 1989.
- EWBANK, Thomas. Vida no Brasil. BH/SP: Itatiaia/EDUSP, 1976.
- GOMES, Francisco José Silva. Le Projet de Néo-Chretienité dans le Diocese de Rio de Janeiro de 1869 à 1915. These de Doctorat. Toulouse: Université de Toulouse le Mirail, 1991.
- HALL, Stuart. Da Diáspora: identidades e mediações culturais. BH: Ed. da UFMG, 2003.
- LOBO, Eulália M. Lahmeyer. História do Rio de Janeiro. RJ: IBEMEC, 1978. (2 volumes).
- MACHADO, Roberto e outros. Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. RJ: Graal, 1978.
- MOTT, Luiz. Rosa Egipcíaca: uma santa africana no Brasil. RJ: Bertand do Brasil, 1993.
- OLIVEIRA, Anderson José M. de. Devoção e Caridade: irmandades religiosas no Rio de Janeiro Imperial (1840-1889). Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1995.
- _____. “Os Santos Pretos Carmelitas”: culto dos santos, catequese e devoção negra no Brasil Colonial. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2002.
- RODRIGUES, Claudia. Lugares do Mortos na Cidade dos Vivos. RJ: Secretaria Municipal de Cultura, 1997.
- _____. Nas Fronteiras do Além: o processo de secularização da morte no Rio de Janeiro (século XVIII e XIX). Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2002.
- SOARES, Márcio de Sousa. A doença e a cura: saberes médicos e cultura popular na Corte Imperial. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1999.
- SOUZA, Laura de Mello e. O Diabo e a Terra de Santa Cruz. SP: Cia. das Letras, 1986.
- VAUCHEZ, André. Les laïcs au Moyen Age. Paris: Cerf, 1987.
- VOVELLE, Michel. La mort et l'Occident. Paris: Gallimard, 2000.

⁸⁵ Estou usando este conceito de forma adaptada, já que o seu autor, o sociólogo Stuart Hall, o utiliza de uma forma precisa para compreender o sincretismo expresso nas culturas afro-americanas qualificando-o de uma “dupla consciência” religiosa (Hall, 2003, p. 32).

A EXPERIÊNCIA DO “CANUDINHO” DE LAGES.

Paulo Pinheiro Machado.

Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina.

Mestre em História (1996) e Doutor em História (2001) pela UNICAMP

“Entre-Rios, 29 de Agosto de 1897, as 11 horas da manhã: Depois de dois dias de marcha a pé com chuvas constantes, por brenhas cerradas, caímos esta madrugada sobre principal reduto da numerosa jagunçada. Três horas de fogo. Fomos, à unha, escalando as trincheiras. Morreram alguns, inclusive famigerado maragato Abílio Rosa, temido nos arredores, o qual transformou ajuntamento fanático em acampamento bélico e hostil aos governos republicanos. Muitos feridos. Neste momento, enquanto revisto campo de combate, Capitão Fabrício persegue fugitivos através das furnas sucessivas nas barrancas do caudaloso rio Pelotas. Encontrei cruces, brevíários, bandeiras e outros manipulados das suas bruxarias com 43 ranchos, além de outras casas. Tudo isto ardeu no incêndio por ocasião do ataque. Mulheres e crianças, em quantidade, fugiram espavoridos pela mata. Divisas dos bandidos são de cor branca e encarnada. Seu grito de guerra é: ‘Morrão os Pica-Paus!’ Nosso brado é: “Viva a República!”⁸⁶

Este telegrama do Coronel Bento Porto ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos, narra a atuação da força policial no segundo e derradeiro ataque ao povoado de Entre-Rios. Foi chamado pela imprensa da época de “Canudinho de Lages” em referência ao conflito de Canudos na Bahia, que encontrava-se em pleno andamento. Este oficial era veterano da guerra entre *pica-paus* e *maragatos*, mais conhecida como Revolução Federalista, ocorrida entre 1893 e 1895. ⁸⁷

O Capitão Fabrício citado no telegrama é, Manoel Fabrício Vieira, também *pica-pau* e antigo combatente da campanha contra os federalistas. No início do século XX, Fabrício Vieira radicou-se no vale do rio Iguaçu, onde passou a defender a jurisdição paranaense sobre o território contestado por Santa Catarina. Na Guerra do Contestado (1912-1916) colocou numerosa força de *vaqueanos* civis no combate aos sertanejos “fanáticos”. Em 1923 Fabrício Vieira, mesmo morando há muitos anos no Paraná, levou seus *vaqueanos* a lutar no Rio Grande do Sul ao lado das forças de Assis Brasil contra Borges de Medeiros. Biografias como a de Fabrício e Bento Porto não eram raras no planalto. Havia uma espécie de macro-território de atuação política que compreendia uma longa faixa de terra do Uruguai a região de Sorocaba, eram sendas do comércio das tropas e regiões de manutenção de extensos laços de parentesco e compadrio. ⁸⁸

Os vales dos rios Pelotas e Canoas são regiões ocupadas por estâncias de criação de gado no final do século XVIII e início do XIX. A colonização ocorreu como parte da rota permanente de tropas de muares que, anualmente, saíam do Prata e do Rio Grande do Sul em direção à Feira de Sorocaba, em São Paulo. Desde cedo, portanto, a população local manteve fortes laços comerciais, sociais e culturais ao sul e ao norte.

⁸⁶ Telegrama do Coronel Bento Porto ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Júlio Prates de Castilhos. A Ordem (órgão do Partido Republicano) n.º 204, Jaguarão, 15/09/1897, p. 1. Optamos em atualizar a ortografia dos textos antigos.

⁸⁷ Maragatos são os federalistas ou membros do Partido Republicano Federalista liderado por Gaspar da Silveira Martins, no Rio Grande do Sul e por Eliseu Guilherme da Silva e Abdon Batista, em Santa Catarina. Os *pica-paus*, ou *chimangos*, são membros do Partido Republicano Rio-Grandense, liderado por Júlio de Castilhos. O Partido Republicano Catarinense (*pica-pau*) era liderado por Lauro Müller e Hercílio Luz. Em Santa Catarina, ao contrário dos rio-grandenses, os maragatos usavam a cor branca.

⁸⁸ Esta questão da extensão dos laços de compadrio sobre o longo caminho das tropas é tratada no primeiro capítulo de minha tese “Bugres, tropeiros e birivas”, Machado, 2001.

A divisa entre os dois Estados era local frequentemente utilizado por asilados políticos para abrigo e proteção, tornando sempre presente a possibilidade de invasão rio-grandense para atacar *maragatos* que agiam a partir de Santa Catarina.

A aproximação do federalismo à religiosidade popular no planalto ocorreu durante a própria Revolução Federalista. Frei Rogério Neuhaus, franciscano alemão que atuava em Lages desde 1891, afirma que João Maria passou a condenar a República e a divulgar um discurso apocalíptico com grande receptividade entre os sertanejos. Com frequência a população identificava os federalistas com a monarquia (já que muitos eram antigos políticos do Império).⁸⁹ Uma aproximação de João Maria com os federalistas é relatada por Ângelo Dourado, que acompanhou a coluna de Gumerindo Saraiva. Dourado afirma que, na região dos campos de Palmas, João Maria acompanhou alguns combates, ajudou a tratar rebeldes feridos, mas dizia que não era federalista, porém era “*a favor da justiça e dos que sofrem*” (Dourado, 1977, p. 296.).

A população do planalto via João Maria como um homem santificado. João Maria declarava ser um penitente, não pousava nas casas das pessoas, não comia carne, alimentava-se apenas de verduras e leite. Aconselhava a todos uma vida simples, de respeito às pessoas, animais e plantas (Felipe, 1996, p. 34). Por sua indicação muitas fontes de água foram indicadas para uso, logo se transformaram em “águas santas”. Seu campo de atuação era extenso, há devotos de João Maria desde o centro do Rio Grande do Sul até a região de Sorocaba, em São Paulo (Cabral, 1979, p.35.). João Maria profetizava que o mundo passaria por transformações catastróficas, sendo a República seu primeiro sinal (Stulzer, 1982, p.45).

No início do ano de 1897 um indivíduo chamado São Miguel ou Dom Miguelito apresentou-se em Entre-Rios como parente do monge João Maria, sendo recebido por um morador do local, Francelino Subtil de Oliveira, comerciante e proprietário de engenho de cana. Logo formou-se um ajuntamento de sertanejos, principalmente de doentes, penitentes e indivíduos desgarrados como antigos combatentes da campanha federalista que há poucos anos havia incendiado os campos da região. A imprensa de Lages afirma que a região já era relativamente bem povoada e que muitos moradores do local passaram a viver próximos ao engenho em ranchos construídos precariamente, abandonando seus sítios e pequenas criações.

Pouco tempo após a chegada de Miguelito, o povoado tinha perto de 300 habitantes, morando em cerca de setenta casas. Famílias ingressavam com todos os seus membros adultos, mulheres, crianças e velhos. Consta que neste pequeno povoado praticavam rezas e confessavam-se a Miguelito e Francelino. Como penitência as pessoas deveriam rezar várias vezes ao dia e carregar pedras nas cabeças.⁹⁰ A rocha existente em frente ao engenho de Francelino, que lembra feições humanas, foi considerada uma “santa encantada” que deveria ser “libertada” da pedra. Uma descrição mais detalhada de quem viveu no povoado de Entre-Rios é fornecida à polícia de Lages por João Subtil de Oliveira, apelidado *João Buava*, que era tio e sogro de Francelino:

“... É aí, ainda nos matos na base da serra, a margem do Pelotas que se formou nosso Canudinho, cuja classificação aliás condiz com a natureza do terreno e com o espírito dos novos jagunços.”... aboletou-se a troupe do politiquero São Miguelito a título de residência nobre, construindo os outros grande número de cabanas em torno desse núcleo principal que serve de residência ao chefe Francelino Subtil de Oliveira, e igreja provisória onde cantam-se diariamente ladainhas inesgotáveis. Um pequeno rocio próprio do engenho serve de praça ao poviléo; de resto, matos e capoeiras ao correr das águas, rio e retaguarda, em frente uma única estrada, íngreme e apertada, a direita e a distância um paredão de pedra a prumo, inacessível, onde a saliência das rochas formando ao fundo sombras indecisas dá uns traços aéreos de uma figura humana.” [João

⁸⁹ Importantes referências sobre a participação de federalistas no conflito do Contestado encontramos em Carvalho (1915), Vinhas de Queiroz (1966), Queiroz (1957), Monteiro (1974)

⁹⁰ Estas formas de penitência praticadas em Entre-Rios são confirmadas na entrevista de Antonio Cassul Fernandes e também citadas no artigo de Pelluso Júnior, 1985.

Buava] “declarou que há de fato um piquete jagunço, de ordem de seu genro, que arrebanhava mulas mansas e alguns bois de nosso amigo João Antônio Varella, que os homens ali reunidos usam fita branca no chapéu como insígnia;”...”que conhece todas as pessoas ali reunidas, exceto três homens, que um é conhecido pelo nome de Castelhana e este é o chefe dos piquetes arrebanhadores;”...”que há muito gênero alimentício no acampamento porque os fanáticos para ali conduziram o que tinham deixando completamente abandonadas suas casas e paióis, que o armamento compõe-se de armas vulgares.”⁹¹

O parente de Francelino, além de descrever com detalhes a localização estratégica do povoado, afirmando que conhecia quase todos, chama a atenção para duas questões importantes: a existência de um indivíduo chamado de *Castelhana*, e a fita branca atada aos chapéus como insígnia. Foi extremamente atuante no município de Lages, durante a Guerra do Contestado o chefe federalista local, comandante *Castelhana*, que declarava ser Agustin Perez Saraiva, filho de Gumercindo. Não sabemos se é de fato o mesmo *Castelhana* citado por João Buava. A fita branca era um símbolo dos federalistas catarinenses. É provável que não seja uma coincidência, uma vez que nesta região havia muitos veteranos da passada campanha federalista, que sabiam muito bem o significado desta cor.

É importante registrar que esta região ainda não havia se reabilitado completamente do conflito federalista. Dolorosas seqüelas da luta entre *pica-paus* e *maragatos* ainda latejavam sobre a difícil vida dos lavradores, peões e tropeiros da região. Os deslocamentos de tropas durante a Revolução Federalista, tanto rebeldes como oficiais, eram sustentados com a dilapidação dos recursos da população local: seus alimentos, cavalos, rezes e mulas eram arrebanhados em troca de “requisições” que jamais seriam saldadas, os jovens sertanejos eram recrutados compulsoriamente para completar os piquetes de combate, suas esposas e filhas tinham que ser escondidas do mato para evitar o abuso dos combatentes (Chasteen, 1995).

Queixas sobre a atuação dos sertanejos surgiram das duas margens do rio Pelotas, principalmente sobre roubo de gado. No lado catarinense, fazendeiros pediram medidas ao Superintendente Municipal de Campos Novos.

Em 17 de agosto de 1897 uma primeira volante policial, por guardas municipais de Lages, soldados do Regimento de Segurança de Santa Catarina e reforçada por capangas do Coronéis de Campos Novos, tentou dispersar o povoado de Entre-Rios. Entretanto, os caboclos receberam a força policial com fogo cerrado. Foram abatidos 4 soldados (2 mortos e 2 seriamente feridos) e fizeram recuar a força oficial.

A partir deste incidente a imprensa catarinense passou a divulgar a incrível “notícia” de que o ajuntamento “fanático” de Entre-Rios tinha sido iniciativa de um indivíduo enviado por Antônio Conselheiro. Generalizou-se daí a denominação “Canudinho de Lages”. Na Bahia, vivia-se a expectativa pelo ataque da quarta expedição das forças oficiais (Galvão, 1977). A terceira expedição tinha sido destruída pelos sertanejos em março deste ano, inclusive causando a morte do Coronel Moreira César, veterano da Revolução Federalista, que havia sido representante do governo de Floriano Peixoto em Santa Catarina.

O governador Hercílio Luz combinou com o Presidente do Rio Grande do Sul de realizarem um ataque conjunto ao povoado. Júlio de Castilhos temia um novo levante federalista, que poderia ser iniciado com uma invasão via fronteira uruguaia e, pior, com uma dupla invasão ao sul pelo Uruguai e ao norte, pelo planalto catarinense.

Na manhã do dia 29 de agosto de 1897 o povoado de Entre-Rios foi atacado pela Brigada Militar gaúcha. Nos dias seguintes os policiais gaúchos e catarinenses passaram a caçar os sertanejos fugitivos

⁹¹ Não foi possível localizar no Fórum de Lages o inquérito policial onde foi recolhido o depoimento de João Buava, que aparece transcrito no jornal “Região Serrana”, Lages, 15/08/1897, p. 1.

pelas matas da região e pelas furnas então existentes ao longo dos rios Canoas e Pelotas. Dom Miguelito foi capturado no Rio Grande do Sul, na localidade de Barracão, município de Lagoa Vermelha, acompanhado da filha de Francelino Subtil de Oliveira, e identificado como um soldado desertor da guarnição de Curitiba. Francelino Subtil de Oliveira fugiu pelas matas do vale do Canoas com um grupo de 20 homens, mas apareceu morto em outubro do mesmo ano.

As autoridades sonhavam que com este ataque colocariam fim às crenças dos sertanejos e assegurariam a paz aos proprietários. Uma mistura de sentimentos, que vão da intolerância religiosa ao preconceito de classe, estava presente no balanço final do massacre:

“À louvável presteza desenvolvida pelos governos unidos do nosso Estado e do Rio Grande do Sul devemos a completa dispersão do bando fanático e perverso de Entre-Rios que como uma ameaça a tranqüilidade pública e um polvo à propriedade individual, se arregimentava e crescia à sombra mal velada de manifestações religiosas. O fato do contumaz fanatismo largamente propellido pelas práticas da vulgaridade forasteira de um João Maria de Agostini, mal pode distender as garras de uma terrível ignorância feroz e arrebatadora, perante a vigorosa providência oficial que em tempo realmente abreviadíssimo estancou com um vigoroso golpe definitivo os desenvolvimentos do núcleo de Entre-Rios, onde reinava a promiscuidade animal de envolta com a orgia das paixões.”⁹²

“Bando fanático perverso”, “polvo à propriedade individual”, “núcleo de promiscuidade animal envolta com a orgia das paixões”, a alardeada vitória oficial parece não ter conseguido modificar o pensamento majoritário da população do planalto. O Bispo de Curitiba, Dom José de Camargo Barros, em visita a Campos Novos um ano após a destruição de Entre-Rios afirmava que ali vivia “um povo atrasado, cheio de vícios e muito fanático e seguidor do célebre João Maria”⁹³

A documentação consultada nos arquivos do Rio Grande do Sul permite situar o episódio do Canudinho num contexto mais amplo da política macro-regional, que associava os processos políticos do Estado Oriental ao planalto catarinense. O fim da Guerra Civil no Uruguai, concluída com a vitória dos colorados apoiados pelos federalistas gaúchos exilados, resultava em ampliação do isolamento político do governo de Júlio de Castilhos, que passava por uma série de problemas em seu relacionamento com o Presidente Prudente de Moraes.⁹⁴ Assim, não era de todo absurda a possibilidade de nova invasão federalista a partir da fronteira uruguaia (desguarnecida de unidades do exército deslocadas para Canudos). Havendo conflito aberto no Rio Grande do Sul a União teria condições políticas de promover uma intervenção apeando os *chimangos* do poder local. Neste contexto, Júlio de Castilhos faz questão de apresentar o episódio do Canudinho como mais uma tentativa federalista de criar instabilidade na região. Se ocorresse em outro momento, talvez o povoado de Entre-Rios tivesse uma outra sorte.

Como em Canudos na Bahia, a concentração de pobres e marginalizados sem o patrocínio de qualquer autoridade representante do poder local dos Coronéis, será criminalizada pelos representantes dos dois Estados envolvidos, desqualificando o povoado como *“ajuntamento ilícito”*, que vivia em *“promiscuidade de práticas religiosas”*, acusando os sertanejos de crimes (arrebanhamento de gado) pelos quais nunca foram processados. A rapidez e a violência da ação oficial, neste caso, pode explicar-se tanto por temores políticos, da possibilidade de retomada da campanha federalista, como do agravamento da crise social local, dos temores quanto a possibilidade de *“dilapidação das propriedades”* por parte de uma multidão organizada sem a tutela dos Coronéis.

⁹² Região Serrana, Lages, 12/09/1897, p. 1.

⁹³ Serpa, Élio Cantalício. *Igreja e poder em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1997, p. 144.

⁹⁴ A tese da dupla invasão era frequentemente levantada pelo jornal *“A Federação”* órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense. Preocupações de Castilhos sobre as consequências do fim da guerra civil no Uruguai encontramos na sua correspondência com seu secretário Aurélio Bitencourt, no *“Fundo Aurélio Bitencourt”*, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Apesar da forte repressão ao povoado de Entre-Rios, as forças republicanas não dissiparam as esperanças da população sertaneja em São João Maria, pelo contrário, este culto independente da estrutura do clero oficial, e por ele hostilizado, continuou vigente entre a população trabalhadora do planalto. Em grande medida, há uma confluência crescente de pontos de vista entre antigas lideranças federalistas avulsas e exiladas no planalto e os sertanejos que dispunham-se a abandonar suas casas e pequenas lavouras para viver em torno de algum representante de João Maria.

Referências bibliográficas e fontes:

- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *A campanha do Contestado*. Florianópolis: Lunardelli, 1979.
- CARVALHO, Fernando Setembrino de. *Relatório apresentado ao General José Caetano de Faria, Ministro da Guerra, pelo comandante das forças em operações de guerra no Contestado*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1915.
- CHASTEEN, John Charles. *Heroes on horseback: a life and times of the last gaucho caudillos*. Albuquerque: University of New México Press, 1995.
- DOURADO, Ângelo. *Voluntários do martírio: narrativa da Revolução de 1893*. Reprodução fac-similar da edição de 1896. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1977.
- FELIPE, Euclides José. *O último jagunço: folclore na História da Guerra do Contestado*. Curitiba: Ed. UnC, 1995.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora. A Guerra de Canudos nos jornais 4ª expedição*. São Paulo: Ed. Ática. 2ª ed. 1977.
- GIULIANO, João. *Esboço histórico da organização da polícia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1957.
- LAZZARINI, Sérgio. *História demográfica da Paróquia de São João Batista de Campos Novos (1872-1940)*. Dissertação de Mestrado em História. UFSC, Florianópolis, 1993.
- LEMOES, Zélia de Andrade. *Curitibanos na História do Contestado*. 2ª ed. Curitiba: Imprensa Frei Rogério, 1983.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. *Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912-1916*. Tese de Doutorado em História, UNICAMP, Campinas, 2001.
- MARIANTE, Hélio Moro. *Crônica da Brigada Militar Gaúcha*. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, 1972.
- MEIRINHO, Jali. *República e oligarquias: subsídios para a história catarinense – 1889-1930*. Florianópolis: Insular, 1997.
- MONTEIRO, Douglas Teixeira. *Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado*. São Paulo: Duas Cidades, 1974.
- PELLUSO JR, Victor. “A Santa do Canudinho de Lages”, *Boletim da Comissão Catarinense de Folclore*, n.º 37/38, Florianópolis, dez. 1985.
- PEREIRA, Miguel. *Esboço Histórico da Brigada Militar do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria Americana. Volume II, 1919.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *La Guerre Sainte au Brésil: Le mouvement messianique du Contestado*. Tese de Doutorado apresentada à Ecole Pratique des Hautes Études, Universidade de Paris, 1955. Publicada no Boletim n.º 187, FFCL, Univ. São Paulo, 1957.
- RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar do Estado. *Album Comemorativo do 30.º Aniversário de sua Criação: 1892-1922*. Porto Alegre: Oficinas Graphics da Livraria Americana, 1922. P. [8]
- RUAS, Tabajara e BONES, Elmar. *La cabeza de Gumersindo Saravia*. Montevideo: Copesul/Ed. de la Banda Oriental, 1997.
- SERPA, Élio Cantalício. *Igreja e poder em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1997.
- STULZER, Aurélio. *A guerra dos fanáticos (1912-1916): a contribuição dos Franciscanos*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- THOMÉ, Nilson. *Os Iluminados: personagens e manifestações místicas e messiânicas no Contestado*. Florianópolis: Ed. Insular, 1999.
- VÁRIOS. *Força Pública de Santa Catarina (1835-1935)*. São Paulo: Typographia Cupolo, 1935.

VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. *Messianismo e conflito social: a Guerra Sertaneja do Contestado, 1912-1916*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

Fontes:

No Museu Thiago de Castro (Lages):

- Jornal “Região Serrana” de Lages;
- Jornal “O Lageano” de Lages;

No Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (Porto Alegre):

- Jornal “Correio do Povo”, de Porto Alegre;
- Jornal “A Federação”, de Porto Alegre;
- “Jornal do Comércio”, Rio de Janeiro;
- Jornal “A Ordem”, de Jaguarão;

No Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul:

- Fundo de documentos de Aurélio Bitencourt (secretário de Júlio de Castilhos);

Depoimento Oral:

- Antônio Cassul Fernandes, de Celso Ramos.

Felizmente pouco a pouco os historiadores vêm se afastando de uma postura tradicional que os levou a privilegiar, nos seus trabalhos, as obras literárias ditas “maiores”, escritas por autores de renomes, relegando a um segundo plano as obras consideradas “menores”. Nesse movimento os folhetins têm recebido uma especial atenção em face do crescente reconhecimento de sua importância como parte significativa do estudo da palavra impressa e como força atuante na história. ⁹⁶

Em outubro de 1883, o jornal **Gazeta da Tarde**, de propriedade de José do Patrocínio, ofereceu a seu público leitor uma série de folhetins que recebeu o sugestivo título *Scenas Cômicas* e foi publicada até abril de 1884 ⁹⁷. Esta série, assinada por Francisco Correa Vasques, não trazia, como de praxe, a chancela de um homem de letras, mas sim a de um indivíduo que se encontrava à margem das trajetórias percorridas por uma elite composta por homens “bem nascidos” e “bem educados” ⁹⁸

Mulato, filho natural nascido no interior de uma família de poucas posses, Francisco Correa Vasques e seus dois irmãos – Martinho e Pedro – tiveram acesso restrito à educação formal como, de resto, foi comum a outros homens pobres e livres na sociedade senhorial escravista brasileira. Devido a essas limitações, desde cedo começaram a trabalhar, sendo que Francisco e Martinho construíram carreiras sólidas como atores, particularmente Francisco, que desde 1870 desfrutou de reconhecimento e popularidade entre as platéias fluminenses. ⁹⁹

O teatro foi o espaço no qual “o Vasques, como ficou conhecido Francisco no Rio de Janeiro, atuou com assiduidade desde os 18 anos. A ele dedicou-se tanto como ator quanto como autor, especializando-se na representação e escrita de cenas cômicas, um gênero dramático que aos poucos tornou-se popular nos palcos fluminenses atingindo seu auge na década 1880, ao lado de outros gêneros de teatro musicado que também ganharam grande visibilidade no período. ¹⁰⁰

Nos seus textos dramáticos, Vasques abordou recorrentemente assuntos voltados para questões que envolviam a vida artística do Rio de Janeiro, transformando seu teatro em uma forma de expressão do

⁹⁵ Professora do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina

⁹⁶ Ver para o assunto, dentre outros, CHALHOUN, Sidney e PEREIRA, Leonardo (orgs), **A História Contada: capítulos de história social da literatura**, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998; CANDIDO, Antonio (org), **A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**, Campinas, Unicamp, 1992; CUNHA, Maria Clementina Pereira (org), **Carnavais e outras Frestas: ensaios de história social da cultura**, Campinas, Unicamp, 2002.

⁹⁷ A referida série é composta de 22 textos e a explicação dada para sua publicação foi fornecida pelo proprietário do jornal. Segundo José do Patrocínio, por ter de ausentar-se do Brasil para consultar documentos para finalizar seu romance-folhetim *Pedro, o espanhol*, por precisar submeter-se a um tratamento de saúde e por desejar tomar algumas medidas visando modificar seu jornal, deixava-o sob a tutela de alguns amigos sendo que “a parte amena e a parte literária da gazeta da tarde, acompanhando a redação ao seu mérito, prende a simpatia pública pelos nomes de Cardoso de Menezes e o imortal ator F. C. Vasques e da distinta escritora que atualmente publica o romance *Adélia*”. Do dia 18 de outubro de 1883 até o dia 17 de abril de 1884 a série foi publicada sem regularidade semanal. Não consta do acervo da Biblioteca Nacional o exemplar da **Gazeta da Tarde** que contém o primeiro folhetim da série. No espaço ocupado pelas *Scenas Cômicas*, a partir do dia 5 de abril de 1884, passou a sair o romance-folhetim, *Pedro, o espanhol*. O último dos folhetins saiu na segunda página do jornal e o fato de o autor não se despedir dos leitores sugere que não estaria programada a interrupção da série.

⁹⁸ As expressões “bem nascidos” e “bem educados” são aqui utilizadas com o objetivo de definir um conjunto de homens pertencentes às elites brasileiras da época, muito mais no sentido político do que no sentido restrito da riqueza econômica.

⁹⁹ Sobre a vida de Francisco C. Vasques ver FERREIRA, Procópio, **O ator Vasques**, Rio de Janeiro, INL, s/d; MARZANO, Andrea Barbosa, **Scenas Cômicas: Vasques e o teatro no Rio de Janeiro (1850-1900)**, Dissertação de Mestrado, UFF, 1999; MENCARTELLI, Fernando Antônio, **A Voz e a Partitura: teatro musical, indústria e diversidade cultural (1868-1908)**, Tese de Doutorado, Unicamp, 2003; SILVA, Ermínia, **As múltiplas linguagens na teatralidade circense: Benjamin de Oliveira e o circo-teatro no Brasil**, Tese de Doutorado, Unicamp, 2003 e SOUZA, Silvia Cristina Martins de, **As Noites do Ginásio: teatro e tensões culturais na Corte (1832-1868)**, Campinas, Editora da Unicamp, 2002.

¹⁰⁰ Até onde foi possível confirmar, através de pesquisas no **Correio Mercantil**, **Diário do Rio de Janeiro**, **Jornal do Comércio e na Marmota Fluminense**, Vasques escreveu um total de 63 textos dramáticos dos quais 53 foram cenas cômicas. As cenas cômicas eram geralmente monólogos escritos em prosa (duas das cenas cômicas de Vasques foram escritas para dois atores e outras duas em versos), abordando assuntos do cotidiano a partir da costura de diversos elementos. Dentro dessa “receita” existiam algumas convenções tais como recurso à paródia e à sátira; a presença da música; a participação simbólica das platéias e a preferência por assuntos do cotidiano.

jogo das relações da própria sociedade na qual estava inserido e que lhe serviu de fonte de inspiração. Ao assim proceder, Vasques acabou por estabelecer com seu público uma empatia que lhe permitiu com ele travar um diálogo em que assuntos sérios e histórias engraçadas apareciam imbricados.

Apesar do sucesso que desfrutaram junto às platéias, as cenas cômicas sofreram restrições da crítica ilustrada, que as reputavam uma dramaturgia “menor”, por supostamente voltarem-se apenas para o divertimento ou não ter qualquer compromisso com a idéia de arte ou educação das platéias.

As restrições experimentadas por Vasques à sua dramaturgia estiveram longe de ser excepcionais a outros dramaturgos que lhe foram contemporâneos, na medida em que esta se tornou uma das bandeiras empunhadas por um número cada vez maior de homens de letras que, ao longo do século XIX, alinharam-se em torno de um movimento geral de criação de um teatro nacional, tomando como modelo o realismo recém-importado da França, por eles considerado “alta” dramaturgia. ¹⁰¹

Em um contexto tão pouco receptivo a certos indivíduos, não surpreende que a estréia de Vasques na imprensa periódica tenha sido vista, por alguns, como intromissão num espaço tradicionalmente reservado aos letrados. E tanto Vasques tinha consciência desse fato que fez referência ao assunto no segundo folhetim da série, quando procurou explicar o espanto causado em alguns meios quando se soube ser ele o folhetinista da **Gazeta da Tarde**, e ao explicar o conselho que, na ocasião, recebera de vários amigos que procuraram alertá-lo para o fato de que sua posição no teatro não lhe permitia falar de política, no que retrucou afirmando:

Não se assustem, portanto, os meus camaradas, eu de política [não quero sentir] sequer o cheiro, primeiro porque nunca pude entender esta geringonça e, segundo porque pertenço a um único partido – o público que frequenta os teatros (...) Além disto ainda há uma circunstância que me afasta completamente deste caminho. Nascendo nesta terra, brasileiro de quatro costados, guarda nacional do primeiro batalhão da freguesia do Santíssimo Sacramento (...) durante seis anos, não sou qualificado, não tenho foros de cidadão. ¹⁰²

Apesar de um aparente tom de descompromisso, que seu autor procurava passar, não se iluda o leitor com essas palavras. É sintomático que ele tenha sentido necessidade de explicitar esse propósito de isenção política, o que reforça, por contraste, esta outra dimensão do folhetim reconhecida pelos indivíduos que viveram naquele contexto, algo que bem mais tarde os historiadores passaram a considerar.

Por outro lado, esta fala se torna ainda mais significativa se for levado em consideração que vinha acompanhada de uma ácida crítica à política eleitoral do período. Vasques referia-se, com esta crítica, à Lei Saraiva (1881), que veio acabar com as eleições primárias dos votantes pobres, ao proibir o voto do analfabeto e elevar o censo mínimo, reduzindo drasticamente o leitorado. ¹⁰³

Se esta lei afastou os homens pobres livres do processo eleitoral formal, isto não significa dizer que seus termos não tenham sido alvo de críticas, como podemos apreender através da própria fala do Vasques. Por outro lado, não se pode esquecer que a promulgação da Lei Saraiva coincidiu com fenômenos importantes da formação das classes trabalhadoras livres às vésperas do abolicionismo, bem como com uma fase estratégica da economia do país, que passou por mudanças aceleradas com a penetração de capitais estrangeiros, as primeiras estradas de ferro, as novas fontes de crédito e investimento e, no plano cultural, com a proliferação de empresas voltadas para a diversão pública, notadamente as companhias teatrais.

¹⁰¹ Sobre o realismo ver FARIA, João Roberto, **O Teatro Realista no Brasil (1855-1865)**, São Paulo, Edusp, 1993 e SOUZA, Silvia Cristina Martins de, **As noites de Ginásio: teatro e tensões culturais na corte (1832-1868)**, obra citada.

¹⁰² **Gazeta da Tarde**, 25 de outubro de 1883.

¹⁰³ Ver o assunto DIAS, Maria Odila Leite da Silva, “Sociabilidades sem História: votantes pobres no Império (1824-1881) in FREITAS, Marcos Cezar (org.), **Historiografia Brasileira em Perspectiva**, São Paulo, Contexto, 1998.

Levando em conta tais observações, poder-se-ia dizer que Vasques, assim como já vinha fazendo por três décadas como dramaturgo, ¹⁰⁴ lançou mão dos folhetins como instrumento de intervenção social e política, transformando-os em veículo através do qual buscou atingir um número ampliado de leitores chamando sua atenção para alguns assuntos, dentre eles a realidade cotidiana vivenciada pelos atores dramáticos e as necessidades e obstáculos com as quais se defrontavam.

É sugestiva, neste sentido, a expressão “Cá estou outra vez em cena” utilizada para abrir o segundo folhetim da série, expressão esta que foi tomada de empréstimo para título deste artigo. *Mise-em-scène* constitutiva de uma estratégia jornalística? Jogo de retórica? Acredito que um pouco de tudo isto sem que seja necessariamente apenas isto. Se, por um lado, ela serviu para dar continuidade à série, já que Vasques estreara na semana anterior, por outro ela poderia também ser tomada num outro sentido, qual seja, a de que a imprensa transformava-se, para ele, em um outro palco em que começava a atuar.

O envolvimento de Vasques com questões desta natureza não era, porém, algo novo. Data dos anos 1860 sua primeira investida no sentido de procurar organizar os atores dramáticos para defender seus interesses. Seu nome foi um dos que constou da tentativa de criação do Montepio dos Atores Dramáticos, em 1860, associação que, embora não tenha vingado, tinha por objetivo socorrer artistas desempregados ou doentes, bem como auxiliar suas viúvas e contribuir para seus enterros. ¹⁰⁵

Em 1883, Vasques voltaria a abraçar esta luta, e sua atuação pode ser parcialmente acompanhada através da leitura dos seus folhetins, nos quais defendeu a necessidade da compra de um jazigo perpétuo para os autores dramáticos; de proteção para acidentes de trabalho e de auxílio a doenças. Apenas para que se tenha idéia da extensão dos assuntos desta natureza e da forma utilizada por Vasques para abordá-los, vale mencionar o folhetim do dia 13 de dezembro de 1883. Nele, Vasques condenaria a “indolência” dos próprios atores e a pouca importância que davam a assuntos de seu interesse, a ponto de a Sociedade Protetora dos Artistas Dramáticos, fundada em 1870, ser praticamente desconhecida. ¹⁰⁶ Segundo Vasques, esta atitude de descaso, da qual o desconhecimento da referida sociedade era exemplar, transformava os atores nos verdadeiros culpados por grande parte dos problemas com os quais se defrontavam, tanto que só via um meio de reverter este processo: “É preciso, portanto, que a classe se reúna (...) Temos trabalhado tanto para enobrecer os outros, é justo que façamos alguma coisa em prol de nossa classe”. ¹⁰⁷

A Sociedade Protetora dos Artistas Dramáticos foi fundada em 1870, composta por um número limitado de artistas e de outras categorias profissionais ligadas ao teatro. Tinha por finalidade socorrer seus associados e empregá-los quando estivessem desempregados. A condição para ser associado era ser livre, de bom comportamento e exercer atividades ligadas à arte dramática. Em 1877 esta associação mudou os estatutos e o nome, passando a chamar-se Associação Beneficente dos Artistas Portugueses excluindo, como o nome indica, as representações dramáticas de seus objetivos “por haver a prática demonstrado ser inexecutável tudo que diz respeito a dramático”. ¹⁰⁸ Esta modificação pela qual passou a associação parece vir confirmar a observação feita por Vasques no seu folhetim.

Como dito anteriormente, são em número significativo os folhetins que abordam assuntos desta natureza, ¹⁰⁹ porém apenas um deles – o de 6 de março de 1884 -, será privilegiado neste artigo por ser elucidativo da forma como Vasques assumiu determinada posição na luta para defender os interesses do seu meio profissional, num momento em que o teatro passou a ser visto um negócio lucrativo, tornando-se alvo de altos investimentos. Neste contexto, o palco acabou por transformar-se num campo de diálogos e confrontos culturais entre os diferentes agentes envolvidos com a produção dos espetáculos.

Neste folhetim, Vasques menciona a efetivação daquilo que denominou “contrato monopólio” assinado entre os quatro maiores empresários teatrais da Corte. Segundo ele,

¹⁰⁴ Em 1858, Vasques escreveu e encenou sua primeira cena cômica e daí até sua morte, ocorrida em 1892, escreveu mais 52 textos neste mesmo gênero dramático.

¹⁰⁵ **Jornal do Comércio**, 16 de setembro de 1860.

¹⁰⁶ **Coleção das Leis do Império**, Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, tomo XXX, ano de 1870.

¹⁰⁷ **Gazeta da Tarde**, 13 de dezembro de 1883

¹⁰⁸ **Coleção das Leis do Império**, obra citada, ano de 1871.

¹⁰⁹ Ver, ainda, os folhetins dos dias 27 de novembro de 1883; 17 de dezembro de 1883; 20 de dezembro de 1883; 10 de janeiro de 1884 e 6 de março de 1884.

A 8 de março de 1884, à uma hora da tarde, reuniram-se as potências teatrais: S.M. Jacintíssima I; S.M.Souza Braguíssima I; S.M. Braguíssima I; S.M.. Braguíssima II, para celebrarem entre si um tratado de aliança ofensiva e defensiva.

Os quatro obrigam-se em primeiro lugar a medirem-se na imprensa pela mesma bitola.

Pela sua parte cada um obriga-se: S.M.Jacintíssima a não dizer mais que as peças que sobem as peças sobem à cena como foram nos bufos; S.M. Souza Braguíssima, a não alinhar as ditas sem ponto; S.M. Braguíssima I, a retirar as alusões ao Mandarim; S.M. Braguíssima II, que não vive de cantiga, a continuar na mesma. [grifos no original]¹¹⁰

Neste texto, de tom explicitamente satírico, Vasques dialoga com interlocutores historicamente identificáveis aos quais seus leitores, que acompanhavam as notícias teatrais pelos jornais e/ou assistiam aos espetáculos, nos teatros, não devem ter tido dificuldade de identificar. Vasques remetia-se aos quatro maiores empresários teatrais da Corte do período, a saber, Jacinto Heller, Souza Bastos, Braga Júnior e Dias Braga, os três primeiros diretores de companhias que privilegiavam gêneros do teatro musicado, isto é, operetas, revistas e mágicas, traduzidas ou assinadas por autores da terra. O último deles, “S.M. Braguíssima II” ou Dias Braga, era considerado pela crítica teatral da época, o único dentre os quatro que insistia em privilegiar dramas escritos por autores brasileiros, um gênero dramático considerado “sério” pela crítica. Arthur Azevedo chegou mesmo a referir-se a Dias Braga como “aquele em cujo espírito mais trabalha a idéia de nacionalização do teatro”, pois “por gosto não faria representar uma peça estrangeira”, o que todavia, fazia com que se defrontasse com prejuízos financeiros frequentes, já que o público, na visão deste crítico, preferia o teatro musicado e os repertórios estrangeiros. ¹¹¹

Estes quatro empresários dividiam a cena e disputavam as platéias palmo a palmo, o que muitas vezes os levou a apresentar montagens pouco cuidadas e parcamente ensaiadas ou a utilizarem-se de métodos bem pouco ortodoxos de concorrência, tais como fazer alusões públicas nada lisonjeiras aos espetáculos montados pelos seus concorrentes. Enfim, tudo leva a crer que, naquele contexto e na visão daqueles empresários, qualquer expediente era válido quando a questão dizia respeito a garantir uma fatia de público.

Observe o leitor, ainda, que Vasques publicou este folhetim no dia 6 de março, mas nele menciona que a referida reunião para celebrar a “aliança ofensiva e defensiva” ocorrera no dia 8 de março, o que significa dizer que o folhetim provavelmente foi escrito para ser publicado após a consumação do acordo, o que ocorreu no dia 10 de março. Por outro lado, seu texto deixa claro que os planos destes empresários já eram de conhecimento público antes mesmo de serem efetivados e que Vasques estava bem informado sobre o assunto o que, de resto, não chega a surpreender, sendo ele um dos atores mais famosos época e membro do elenco da empresa de Jacinto Heller desde 1870. Cabe mencionar, ainda, que por ocasião da assinatura do contrato foi lavrada uma escritura pública de obrigação no Juízo Comercial da Segunda Vara do Rio de Janeiro, sem que dele tenha participado Dias Braga, provavelmente porque os maiores concorrentes eram os três outros empresários, cujos repertórios eram similares. ¹¹²

As cláusulas deste contrato dispunham sobre assuntos tais como a não concorrência entre os empresários que o assinaram; a definição de um teto salarial para os atores, particularmente os de renome; a obrigatoriedade de contratos escritos bem como o tempo de vigência dos mesmos. Uma das cláusulas, todavia, tornou-se motivo de muita discussão. Vasques faria menção a ela no seu folhetim ao dizer que, dentre as “diversas versões que circula[v]am pela cidade”, uma afirmava que

(...) estes senhores reuniram-se e formaram entre si um contrato monopólio, por exemplo:

¹¹⁰ *Gazeta da Tarde*, 6 de março de 1884.

¹¹¹ *A Notícia*, 22 de dezembro de 1898.

¹¹² Juízo Comercial da Segunda Vara Civil do Rio de Janeiro, n. 305, caixas 6887 e 6888, Arquivo Nacional.

O artista descontente que se despedir do teatro, não encontrará trabalho; não será recebido por nenhuma das outras três, senão daí a seis meses ou um ano.

Se eu desse crédito a semelhante notícia, palavra de honra que ia já fazer parte do Club dos Libertos de Niterói, e pedir ao meu amigo Clapp para tratar da minha liberdade.

Se isso fosse verdade, já os meus colegas se teriam levantado como um só homem, para derrubarem a realeza monopolista e proclamarem a república teatral; porém a notícia cheira-me a 1 de abril, é pulha e pulha graúda. [grifos no original]¹¹³

Transcrevo, a seguir, a cláusula do “contrato monopólio” na íntegra, para que se possa melhor avaliar a questão:

1. Eles outorgantes obrigam-se a não contratar, admitir ou empregar o artista ou empregado que se tenha despedido de qualquer das empresas. Excetuando-se os casos 9^a) de acordo entre o artista e o empresário (b) de dar-se lapso de um ano da data da despedida. Está entendido que esta cláusula não cogita da reentrada do artista na mesma empresa (c) de ser a despedida por falta de pagamento de seus ordenados por 2 meses consecutivos. Entende-se por empregados os que forem diretamente [contratados] pela empresa ¹¹⁴

A cláusula era, sem dúvida, problemática, pois incidia diretamente sobre a vida de atores acostumados a firmar acordos verbais e a negociar seus vencimentos com ampla margem de liberdade, bem como a desligar-se das empresas a qualquer momento e sem aviso prévio caso o combinado nos acordos não fosse cumprido ou caso recebessem propostas salariais mais atrativas, sem que qualquer penalidade incidisse sobre seus atos. Entende-se, assim, que o caráter “defensivo” da tal aliança levava em conta apenas os interesses dos empresários, colocando os atores em uma situação bem pouco confortável. Fica compreensível, também, os termos empregados por Vasques no seu folhetim, no qual comparava os atores a escravos que precisavam de pessoas que atuassem a seu favor para garantir sua liberdade.

Difícil saber até que ponto as diferentes versões veiculadas antes da assinatura do contrato podem ter contribuído para alimentar um clima de animosidade entre atores e empresários. Certo é que a tentativa de “cartelização” ¹¹⁵ destes empresários, que procuravam impor regras no setor dos teatros, revelava a intenção de controlar uma fatia de mercado em grande crescimento e bastante lucrativa, através da imposição de um “modelo” que pretendia regular as relações de trabalho naquele novo contexto. Ao assim proceder, eles procuravam eliminar antigas práticas que haviam permitido, até aquele momento, que as ações ocorressem dentro de um relativo consenso. Não estranha, portanto, que esta tentativa de mudança encontrasse resistência, tanto por ser considerada desfavorável aos atores quanto por quebrarem um certo equilíbrio anterior. Torna-se inteligível, também a reação de Vasques ao referido acordo, ao mencionar que, caso a versão que circulava fosse verdade, “já os seus colegas se teriam levantado como um só homem para derrubarem a realeza monopolista”. Em outras palavras, nosso folhetinista implicitamente parecia sugerir que, caso tal versão fosse confirmada, só restaria aos atores um alvitre: unir-se para defender seus interesses.

Tais interpretações não parecem despropositadas se levarmos em conta que meses após a assinatura do contrato, Souza Bastos e Braga Júnior pediram que o mesmo fosse cancelado. A resposta dada por Jacinto Heller ao referido pedido revelaria o conflito nele latente: as atrizes Rose Merrys e Hermínia Adelaide, que tinham trabalhado para ele, saíram de sua empresa para serem contratadas pelos outros dois empresários por ordenados superiores aos que constavam do “contrato monopólio”.

¹¹³ **Gazeta da Tarde**, 6 de março de 1884.

¹¹⁴ Idem nota 13

¹¹⁵ O termo é tomado de empréstimo a Fernando Antônio Mencarelli que faz uma análise detalhada do assunto no segundo capítulo da sua Tese de Doutorado intitulada **A Voz e a Partitura**, já citada neste artigo.

O caso teve desdobramentos na justiça e dentre as testemunhas arroladas por Heller estava o ator Adelino Augusto Pereira Guimarães, que mencionou, no seu depoimento, que todas as informações que detinha sobre o ocorrido lhe foram fornecidas por algumas pessoas do meio artístico, dentre elas o ator Vasques. ¹¹⁶

A menção ao nome de Vasques, neste processo, é sugestiva, pois vem não apenas confirmar sua participação em uma rede informal de notícias que circularam sobre o assunto, assim como serve para reforçar nossa hipótese de que Vasques, ao atuar na imprensa periódica, encontrava-se em local apropriado para dar visibilidade a assuntos de interesse de indivíduos que, como ele, exerciam a profissão de ator. Se for levado em consideração, ainda, os outros folhetins em que temas relativos ao cotidiano da vida dos atores foram contemplados, e que a postura do nosso folhetinista tenha sido sempre a de tentar convencer seus colegas no sentido de unir-se para agir em benefício próprio, poderíamos dizer que Vasques conhecia muito bem esta “geringonça” chamada política. Foi a política, enfim, o assunto de fundo destas *Scenas Comicas*, nas quais seu autor demonstrou habilidade para abordar de maneira crítica questões candentes de seu tempo, como já vinha fazendo através de sua dramaturgia, utilizando-se de uma arma que sabia habilmente manejar – o humor.

¹¹⁶ Ação ordinária movida em Processo Civil, ano de 1884, Juízo Comercial da Segunda Vara, n. 305, caixa 6887 e 6888, Arquivo Nacional.

Este texto busca apresentar a pesquisa em andamento *Pedro Nava (1903 - 1984)* - cronista de uma época: biografia, saúde e sociedade. Apresentaremos aspectos gerais sobre o objeto de estudo e o projeto de pesquisa. Temos trabalhado com os escritos e Memórias de Pedro Nava como contribuição aos estudos de História da Ciência e da Saúde desde 2000, apresentando resultados parciais em eventos acadêmicos¹¹⁷, publicado textos¹¹⁸ e assessorado trabalhos sobre o autor¹¹⁹.

O médico e escritor Pedro Nava (1903-1984) publicou seis livros de Memórias: *Baú de ossos* - memórias (1972); *Balão cativo* – memórias ² (1973); *Chão de ferro* – memórias ³ (1976); *Beira - mar* - memórias⁴ (1978); *Galo das trevas* – memórias ⁵ (1981) e *O círio perfeito* - memórias ⁶ (1983) e dois sobre aspectos que envolvem a História da Medicina - *Território de Epidauró* (1947) e *Capítulos de História da Medicina* (1949). Formou-se em 1928, trabalhou na profissão no serviço público até sua aposentadoria em 1968, mantendo o consultório particular até 1982.

Nava na juventude, participou ativamente do movimento Modernista, em sua vertente mineira em Belo Horizonte. Foi considerado promissor talento em artes plásticas e escreveu poemas que, posteriormente, considerou medíocres. Após a formatura dedicou-se prioritariamente à Medicina, exercendo a profissão e escrevendo textos de caráter científico, aproximadamente 350, apresentados em congressos ou publicados em órgãos especializados. A referendação social às atividades médicas de Nava são visíveis em homenagens pelos pares, presidência de bancas examinadoras e de congressos¹²⁰.

¹¹⁷ Pedro Nava em discussão - IX Semana de Letras - Centro de Ensino Superior, Juiz de Fora: 2003; Introdução aos escritos de Pedro Nava - Mestrado em Literatura Brasileira, Centro de Ensino Superior, Juiz de Fora: 2003; O corpo nos escritos de Pedro Nava - I Congresso de Saúde, Gênero e Corpo - Centro Municipal de Saúde Waldyr Franco - Rio de Janeiro: 2003; Escritos de Pedro Nava - contribuição à História da Medicina - 9º Seminário Nacional de Ciência e da Tecnologia e 2º Congresso Luso-Brasileiro de História da Ciência e da Técnica - Sociedade Brasileira de História da Ciência e Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro: 2003; Curso : Literatura e História da Medicina - escritos de Pedro Nava - XIII Encontro Regional de História - ANPUHMG - Belo Horizonte: 2002; Biografia de Pedro Nava (1903-1984) - XIII Encontro Regional de História - ANPUHMG - Belo Horizonte: 2002; Pedro Nava - um modernista - VIII Congresso Internacional - ABRALIC, UFMG, Belo Horizonte: 2002; Psicanálise - Literatura - Modernismo: memórias e escritos de Pedro Nava - V Encontro Clio Psique - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2002; Comunicação Coordenada Benjamin Constant, Pedro Nava e Vital Brazil - Biografia de Pedro Nava - XXI Simpósio Nacional da ANPUH - Universidade Federal Fluminense, Niterói: 2001; Médicos e Medicina brasileira - no Baú de ossos - memórias - I Simpósio de Língua e Literatura - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa -MG : 2000.

¹¹⁸ Contribuição da obra de Pedro Nava para a História da Medicina. In: Verbo de Minas Revista de Cultura - Memórias Mineiras Pedro Nava; publicação do Programa de Pós Graduação do Centro de Ensino Superior, Juiz de Fora: 2001, p. 59-61); Minicurso: A obra de Pedro Nava como contribuição ao estudo da história da medicina brasileira (1890-1940). In: Anais do XIII Encontro Regional de História - ANPUHMG, Clio Edições Eletrônicas - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora: 2002, p. 106 - 125 www.clionet.ufjf.br/clioedel/index.htm ; Comunicação coordenada: ordenação urbana e discurso médico em Juiz de Fora e Belo Horizonte nos séculos XIX e XX. A organização da medicina científica em Juiz de Fora - Baú de ossos - memórias. In: Anais do XIII Encontro Regional de História - ANPUHMG, Clio Edições Eletrônicas - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora: 2002, p.99 - 105 www.clionet.ufjf.br/clioedel/index.hrm

¹¹⁹ Membro da Comissão de Organização dos Eventos Comemorativos do Centenário do Escritor Pedro Nava - junho de 2002 a dezembro de 2003. Secretaria de Cultura da UFJF, Juiz de Fora, 2003; consultoria e orientação acadêmica à produção do vídeo Pedro Nava. Produtora de Multimeios da UFJF, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora: 2002.

¹²⁰ Destacamos em ordem cronológica: 1969-*Professor Emérito da PUC*; 1974- *Presidente de Honra* do X Congresso Brasileiro de Reumatologia; 1975- *Medalha do Estado da Guanabara* por serviços prestados e *Diploma de Honra ao Mérito* da Associação Médica de Minas Gerais pelos 50 anos de vida profissional; 1978-*Membro Emérito* do Colégio Brasileiro de Cirurgiões; 1978- *Médico do Ano*- Associação dos Médicos Escritores e 1983- *Cidadão Honorário* do Município do Rio de Janeiro.

O memorialista teve intensa vida profissional¹²¹. Após a aposentadoria do serviço público começou a redação das Memórias que, segundo consta, pretendia ser, tão somente, um livro que ficaria no âmbito familiar. Incentivado por amigos, publicou *Baú de ossos* – memórias - em 1972. Motivado pelo sucesso de *Baú de ossos* - continuou com a escrita de suas Memórias. Entre 1972-1983 escreveu os seis livros que compõem sua obra memorialística. Escrevia as páginas iniciais do que seria o sétimo livro de Memórias quando se suicidou em 13 de maio de 1984, na cidade do Rio de Janeiro. Dependendo das edições, a obra memorialística soma mais de 2.500 páginas.

Entre os anos de 1972 e 1984 sua obra foi reconhecida pelo meio intelectual e sucesso junto ao público como atestam as sucessivas edições das Memórias. Problemas entre o herdeiro de Nava e a editora Nova Fronteira que, até então, publicara os livros, fizeram com que a obra naveana ficasse sem reedições até o final da década de 90. Em 1999, a Editora Ateliê Cultural iniciou a publicação das Memórias em contrato com o herdeiro. A mesma editora publicou Cadernos 1 e 2 e O bicho urucutum em 1998, Viagem ao Egito, Jordânia e Israel em 2001, são reuniões de colagens, papéis e anotações feitas pelo autor. Em 2003, comemorando o Centenário de nascimento foram feitas homenagens ao autor na Bienal do Livro - Rio de Janeiro, Feira do Livro - Belo Horizonte e a Exposição Navalha do Tempo - Universidade Federal de Juiz de Fora, além de reportagens em revistas e jornais do país e homenagens em diversas Semanas de Letras.

Em *Território de Epidauro* e *Capítulos de História da Medicina* temos textos que possibilitam a identificação do que o autor pensava sobre os diversos aspectos que envolvem a profissão médica. A obra memorialística de Pedro Nava possui características enciclopédicas. Nava ao reconstituir sua trajetória e a de seus familiares traçou um amplo painel da sociedade brasileira. Na reconstituição da vida de seu pai e da sua criou documentos sobre as relações que envolvem a saúde e sociedade brasileira. Auxiliava-se de desenhos, recortes de jornais, anotações de familiares e de questionários para a escrita das Memórias¹²².

As Memórias tratam de aspectos presentes na sociedade brasileira que abrangem fatos e aspectos do século XVIII a 1940. Para a pesquisa foi delimitada a data de 1890 pelo fato de Nava reconstituir no *Baú de ossos* a vida estudantil e profissional de seu pai, o médico José Nava (1876-1911) que se passa nesta década. A segunda data sinaliza o final da década de 30, tratado em *O círio perfeito*. A pesquisa *Pedro Nava (1903-1984) - cronista de uma época: biografia, saúde e sociedade* propõe-se a um recorte destes aspectos na trajetória do médico Pedro Nava. As Memórias fornecem informações sobre Nava, saúde e sociedade até os anos 40. As questões mencionadas para a pesquisa, após este período são possíveis nos arquivos do autor e de instituições onde esteve presente, entrevistas com familiares e contemporâneos, leituras de trabalhos sobre Nava, etc. Apresentaremos nos próximos parágrafos uma síntese das Memórias e dos destaques que faremos de interesse para a pesquisa proposta.

Em *Baú de Ossos* – Memórias 1-(1972) – Nava reconstituiu suas raízes familiares no Maranhão, Ceará e Minas Gerais. Destacamos a reconstituição biográfica do pai do memorialista, José Nava (1876-1911), nascido no Ceará, estudante por um ano na Bahia, onde iniciou os cursos de Farmácia e Medicina, concluídos em 1898 e 1901 no Rio de Janeiro; exercício da Medicina, e atuação do médico José Nava em Juiz de Fora (1903-1908), mudança da família para o Rio em 1909 e morte de José Nava em 1911. O interesse especial para a pesquisa proposta, neste volume, é em relação à formação do pai de Pedro Nava, sua atuação profissional como Sanitarista, na Sociedade de Medicina de Juiz de Fora, e aspectos deste centro urbano que se industrializou no período de 1880-1930.

¹²¹ Destacamos em ordem cronológica: 1933-membro da SMCRJ; 1936-docente de Clínica Médica da Universidade do Brasil; 1941-Diretor do Hospital Carlos Chagas e membro do Conselho Editorial da Revista Médica Municipal; 1945- titular do IBHM; 1951- designado pelo MEC para estudar na Europa a organização de clínicas reumatológicas; 1952-professor da Escola de Aperfeiçoamento da Policlínica Geral; 1954-membro fundador da ABBR; 1956- organizador do Serviço de reumatologia - HSRJ; 1959- catedrático de Reumatologia da Escola Médica da PUC; 1961- membro da ANM, etc..

¹²² Este material encontra-se no Arquivo Museu da Literatura Brasileira - Fundação Casa Rui Barbosa - RJ.

Em *Balão Cativo* – Memórias 2 (1973) anos de infância (1911-1913) do memorialista na casa da avó materna em Juiz de Fora; escola; resquícios escravocratas na sociedade; hábitos urbanos e conflitos sociais, a exemplo: greve; doença e morte da avó onde foram descritas com minúcias as posturas terapêuticas do período; mudança da família para Belo Horizonte; a capital de Minas Gerais nas primeiras décadas do século XX; término do ensino primário no Colégio Anglo-mineiro; as primeiras amizades; dificuldades e preconceitos enfrentados no colégio; ida de Pedro Nava para o Rio, em 1916, para estudar no Colégio Pedro II; o contato com o meio intelectual da capital federal; o cinema; livrarias; contato com a literatura portuguesa e brasileira do período; costumes alimentares e ingresso no internato do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro. A atenção neste volume será dada à formação secundária do autor e destaques aos aspectos políticos e sociais, visíveis em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro.

Chão de ferro – Memórias 3 (1976) – rotina do internato D. Pedro II no período de 1916-1920; a convivência com parentes e amigos da família paterna; férias em Belo Horizonte; epidemia da gripe “Espanhola” no Rio de Janeiro; ecos da primeira guerra mundial; iniciação sexual do adolescente e retorno a Belo Horizonte em 1921; ingresso na Faculdade de Medicina e no serviço público. A pesquisa destaca em *Chão de ferro*- memórias 3- a extensa crônica dos anos dez do século XX no Rio de Janeiro e o início do resgate da trajetória de Nava na Faculdade de Medicina de Belo Horizonte (história do estabelecimento, vestibular, fundadores, etc.) e contatos políticos para conseguir um emprego público; *Beira-mar* – Memórias 4 (1978) – posse de parte da documentação da família que seria queimada pelo avô materno; dificuldades financeiras da família e ingresso da mãe (Diva Jaguaribe) no serviço público como funcionária dos Correios e Telégrafos em Belo Horizonte; dificuldades em conciliar estudos e trabalho; vida social e estudos médicos; fatos do governo Raul Soares; comportamento feminino; comemorações do Centenário da Independência no Rio; terapêuticas do período; prostituição feminina; modernistas mineiros; Tenentes (1924) e repercussão do movimento em Belo Horizonte; surgimento de *A Revista*; ensino médico; formatura em 1927, colação de grau em janeiro de 1928 e nomeação como médico da Secretaria de Saúde Pública de Minas Gerais. Destacamos todo o volume como de interesse para pesquisa. Em *Beira - Mar* -encontramos textos que são documentais sobre o Modernismo (Literatura, Artes Plásticas, Política, etc.) em Minas Gerais e do ensino médico na década de 20. Aqui, Nava reconstituiu o ensino médico na capital mineira: biografia dos professores, bibliografia e programa de cada disciplina, posturas e conflitos médicos do período.

Galo das trevas – Memórias 5 (1981) - Neste volume e no próximo, os assuntos centrais são o exercício da Medicina: comentários e evocações de sua residência no Rio em 1978: morte do sobrinho José Hippolito; codinomes Zegão e Egon; considerações sobre a História da Medicina; reflexões sobre a profissão médica; retomada de sua vida em Belo Horizonte onde se destacam para nossa pesquisa: confronto com o Professor Werneck; amizade com a família Andrada; trabalho para eliminação da epidemia de tifo em Sabará, Brumadinho e Santo Antônio do Monte; trabalho em Juiz de Fora (codinome de Santo Antônio do Desterro); indisposição na cidade com o grupo de médicos da Santa Casa; episódios que envolvem os contatos desastrosos com a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora e alguns parentes da cidade; retorno a Belo Horizonte; início da clínica particular; reencontro com a prostituta Biluca e fatos que assinalam a proximidade da Revolução de 1930.

O círio perfeito – Memórias 6 (1983) – Atuação de Pedro Nava como médico nos acontecimentos relacionados com a Revolução de 1930 em Belo Horizonte; romance com a jovem Lenora, mudança para o Oeste Paulista onde permaneceu nos anos de 1931-1932 como médico em Monte Aprazível e o contato com a Febre Amarela; transferência para o Rio de Janeiro em 1933 e ingresso no Serviço Público no quadro de funcionários admitidos pela Reforma Pedro Ernesto de 1932 como Cirurgião-auxiliar. Em *O círio perfeito* – memórias 6- estão os fatos da vida de Nava que ocorreram até 1937. Para a pesquisa proposta é de interesse todo o volume.

Nos diversos aspectos que envolvem a vida de Pedro Nava (1903-1984) temos a biografia de um médico que vivenciou as questões que envolveram as relações saúde e sociedade brasileira no período. Ressaltamos que Nava pertenceu a uma minoria de médicos brasileiros. Os aspectos biográficos naveanos colocam-no como membro de uma elite médica: atuação nos grandes centros, docência em instituições federais de ensino; cargos públicos por indicação política; membro de associações nacionais e internacionais, etc.

Nossa proposta de trabalho *Pedro Nava (1903-1984) - cronista de uma época*: biografia, saúde e sociedade - busca destacar os fatos sociais e políticos relacionados com a atividade profissional do biografado. Interessam-nos, sobretudo, os estudos e os diversos aspectos que envolveram a vida médica de Nava. O memorialista reconstituiu sua trajetória profissional e a de diversos médicos, fontes para parte da pesquisa. Como fontes primárias temos a leitura das Memórias, dos textos sobre a História da Medicina, entrevistas concedidas, artigos e discursos sobre a vida profissional de Nava. Consultaremos arquivos da Academia Nacional de Medicina, Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, Policlínica do Rio de Janeiro, Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação, Sociedade Brasileira de Reumatologia, Arquivo Ana Nava e Arquivo Museu da Literatura da Fundação Casa de Rui Barbosa. Como fontes secundárias temos textos que tratam das questões Biografia, Saúde e Sociedade.

Por problemas de espaço destacaremos três exemplares de cada área dos estudos mencionados. Este destaque pretende fazer a apresentação de uma amostragem da bibliografia utilizada no Trabalho. Em estudos sobre a escrita de Biografia destacamos as pesquisas de Brito - *Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira* (1995), de Garcia - *Destino ímpar - sobre a formação de Florestan Fernandes* (2002) e Pereira Neto - *Faces de Vital Brasil* (2001). Sobre o processo de modernização da sociedade brasileira no século XX consideramos relevantes os textos de Barros - *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*, Bomeny - *Guardiães da razão: modernistas mineiros* (1994) e Micelli - *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)* (1999). Em pesquisas sobre as relações Medicina e sociedade consideramos importantes os trabalhos de Coelho - *As profissões imperiais - medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930)* (1999), Herschmann - *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30* e Luz - *As instituições médicas do Brasil - instituições e estratégias de hegemonia* (1979).

Referências Bibliográficas

1. Obras de Pedro Nava (ordem de publicação)

- NAVA, Território de Epidauro. Rio de Janeiro: C. Mendes Junior, 1947.
- Capítulos da história da medicina no Brasil. Rio de Janeiro: Brasil Médico Cirúrgico, 1949.
- Baú de ossos – memórias 1. Rio de Janeiro: Editora Sabia, 1972.
- Balão cativo – memórias 2. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.
- Chão de ferro – memórias 3. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.
- Beira – mar – memórias 4. 4ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
- Galo das trevas – memórias 5. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.
- O círio perfeito – memórias 6. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.
- Cadernos 1 e 2. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998.
- Viagem ao Egito, Jordânia e Israel. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998.
- O bicho urucutum. São Paulo: Ateliê Editorial, 1999.

2. Bibliografia citada no texto

- BARROS, S.M.P. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.
- BOMENY, Helena B. *Guardiães da razão: modernistas mineiros*. Rio de Janeiro: UFRJ/Tempo Brasileiro, 1994.
- BRITO, Nara. *Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.
- COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais – medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro (1822 – 1930)*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- GARCIA, Sylvia Gemignani. *Destino ímpar - sobre a formação de Florestan Fernandes*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- HERSCHMANN, Micael – PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (org.). *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20 – 30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

- LUZ, Madel Terezinha. As instituições médicas no Brasil – instituições e estratégias de hegemonia. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- MICELLI, Sergio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1979.
- PEREIRA NETO, A. F. Faces de Vital Brazil. Niterói: 2001. www.prossiga.br/vitalbrazil
- SAYD, J. D. Mediar, medicar, remediar. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

AS MEMÓRIAS MINERALÓGICAS PRODUZIDAS PELO INTENDENTE GERAL DAS MINAS E METAIS DO REINO, O NATURALISTA JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA (1801 – 1819)

Alex Gonçalves Varela

Historiador, Mestre em Geociências Aplicadas ao Ensino e Doutorando em Geociências Aplicadas ao Ensino - DGAE - Instituto de Geociências da UNICAMP alex@ige.unicamp.br

Os estudos no campo da História das Ciências no contexto do império colonial português entre o final do século XVIII e início do XIX encontra em José Bonifácio de Andrada e Silva um campo apropriado e perspectivas fecundas de trabalho. Isso porque, em primeiro lugar, sua presença na bibliografia especializada se faz, de forma quase que consensual, principalmente em torno de sua identificação como o “Patriarca da Independência”, o que, grosso modo, corresponde ao primado concedido ao seu perfil de estadista e parlamentar. São análises portanto que enfatizam o viés político de sua trajetória histórica, deixando de incorporar sua dimensão de naturalista.

No entanto, José Bonifácio notabilizou-se não apenas como homem público mas também como um estudioso e pesquisador do mundo natural. Ele participou de viagens científicas, foi sócio de inúmeras sociedades científicas européias, publicou diversas memórias no âmbito da história natural e administrou espaços governamentais portugueses ligados diretamente à mineração e à agricultura. Portanto, em que pese a densidade da bibliografia a seu respeito, há lacunas que estimulam a reflexão em novas direções.

O objetivo deste trabalho é resgatar o perfil de naturalista do personagem citado durante o período em que viveu em Portugal, destacando as suas atividades no âmbito da Intendência Geral das Minas e Metais do Reino, tendo como premissa fundamental o fato de que o seu perfil de filósofo natural e homem público não pode ser estudado de forma separada, uma vez que se cruza e entrelaça, pois esse era o perfil que caracterizava o homem da Ilustração.

* * *

As Memórias científicas produzidas por José Bonifácio estão relacionadas à um momento bastante específico das relações entre Portugal e Brasil no final do século XVIII e início do XIX. As transformações provocadas pela Revolução Industrial e pela Revolução Francesa e a conseqüente crise do Antigo Sistema Colonial tornou obrigatório a necessidade de se promover reformas profundas. Essas reformas, em Portugal e na Espanha, visavam superar a defasagem econômica e científico-cultural frente a países como a Inglaterra, a França, entre outros. Para os homens que estavam a frente do Estado português, era imperioso superar essa defasagem frente às potências européias se Portugal quisesse manter sob o seu domínio todo o seu Império ultramarino, sobretudo o Brasil.

As reformas promovidas pelo Estado português tiveram o seu início no governo de D. José I, com o seu todo-poderoso ministro o Marquês de Pombal, e foram reforçadas no governo de D. Maria I, mais especificamente por meio do principal “homem da viradeira”, o ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Ao seu lado foram cooptados toda uma série de estudiosos, das mais diversas partes do Império ultramarino. Ganhou destaque os naturalistas da Academia Real das Ciências de Lisboa, instituição científica portuguesa que orientou as pesquisas com o intuito de reconhecer e explorar as “produções naturais” do Reino e de todo o seu império português. Essa articulação entre o Estado e as instituições científicas também ocorreu por meio da Universidade de Coimbra, que ajudou a difundir as “luzes da razão e do progresso” pela nação lusa.

Entre os naturalistas da Academia Real das Ciências de Lisboa que foram cooptados pelo Estado português para desempenhar papel ativo nessa política de reformas encontra-se José Bonifácio de Andrada e Silva. Nascido em Santos em 1763, era filho de D. Maria Bárbara da Silva e Bonifácio José de Andrada. Seu pai era um alto funcionário da Coroa, embora também tivesse outras atividades como o

comércio, e possuía a segunda maior fortuna de Santos. Tinha outros irmãos, dentre os quais destacaram-se as figuras de Martim Francisco e Antônio Carlos.

A instrução primária foi dada pela própria família, destacando-se nessa tarefa os seus tios padres, uma vez que as escolas primárias de Santos não tinham um ensino de tão boa qualidade. Juntamente com os seus dois irmãos supracitados, José Bonifácio foi para São Paulo, com o intuito de receber uma formação que extrapolasse aquela recebida no âmbito familiar. Naquela cidade, frequentou o curso preparatório mantido por Frei Manuel da Ressurreição, o que lhe possibilitou os primeiros contatos com a cultura clássica. Também frequentou aulas de gramática, retórica e filosofia, matérias indispensáveis para quem pensava ir estudar em Coimbra. (Souza, 1957)

Em 1780, viajou para Portugal, matriculando-se na Universidade de Coimbra nos cursos de Direito Canônico e Filosofia Natural. Naquele espaço, ele e os seus dois irmãos, todos membros da elite colonial, juntaram-se às elites cultas da metrópole que ali estudavam, onde juntos leriam as mesmas obras e receberiam a mesma formação. (Nizza da Silva, 1999)

José Bonifácio ingressou na Faculdade de Filosofia. Ela foi criada no conjunto das reformas pombalinas com o objetivo de ensinar as Ciências Naturais e as Ciências Físico-Químicas, tendo a duração de quatro anos. Não havia nenhum curso preparatório, e, sobressaíam os compêndios de Antonio Genovese, Carl von Linné, Muskaembroeck, e a *História Natural* de Plínio.

Durante o período em que esteve na Universidade, José Bonifácio recebeu uma ampla formação. Na Faculdade de Direito, cursou as cadeiras de Direito Natural, História do Direito Civil Romano e Português, Elementos de Direito Romano, Elementos de Direito Canônico, Direito Civil Pátrio e Jurisprudência. Por sua vez, na Faculdade de Filosofia, cursou as cadeiras de História Natural, Física Experimental, Química Teórica e Prática. E, na Faculdade Matemática, frequentou o curso de Geometria.

No período em que estudou em Coimbra, ele pôde observar o desleixo com a aplicação das medidas reformistas empreendidas por Pombal. Esse fato o levou a escrever no ano de 1785, juntamente com Francisco de Melo Franco, outro português natural do Brasil que ali estudava, um poema satírico intitulado *No Reino da Estupidez*, onde mestres e cursos receberam pesadas críticas.

Foi, portanto, nesse espaço institucional, de onde a reforma pombalina não conseguira varrer de uma vez só os modelos tradicionais, que José Bonifácio recebeu o título de Bacharel em Filosofia e Leis no dia 16 de julho de 1787, embora seu diploma só lhe fosse concedido em julho do ano seguinte. Em função da sua titulação, optaremos por denominá-lo como um filósofo natural. Isso porque a palavra cientista ainda não havia sido usada neste momento, evitando assim os anacronismos históricos. (Barnes, 1987) Além disso, cabe registrar que foi como filósofo que ele próprio se auto-definiu em uma de suas notas:

Eu não sou partidista da mitosofia ou da teosofia. Sou filósofo, isto é, constante indagador da verdadeira e útil sabedoria. Deixo aos Platônicos velhos e novos o seu Autoagathon; e procuro somente conhecer os homens, e as coisas pelo lado do seu uso prático para deles adquirir o conhecimento útil. (IHGB L. 192 Pasta 59)

Além de ter assinalado essas duas características que caracterizam o moderno pensamento científico, o pragmatismo e o utilitarismo, José Bonifácio não mencionou uma terceira atitude que vai estar também presente em suas ações como estudioso, e que complementa aquelas duas citadas, reforçando assim a modernidade do seu pensamento: a atitude de identificar e classificar os elementos do mundo da natureza, sobretudo, os minerais.

Cabe registrar que seguiremos a análise de Ferrone (1997) sobre o estudioso das ciências do século XVIII para analisarmos a atuação de José Bonifácio de Andrada e Silva. Da mesma forma que os estudiosos que viviam nas sociedades do *Ancien Régime*, a carreira de José Bonifácio como filósofo foi caracterizada por encerrar-se completamente na fidelidade a uma espécie de dupla identidade.

Primeiro, observa-se a sua adesão ao modelo do homem de ciência organicamente ligado ao Estado, que aceitava inteiramente a lógica e os valores de uma sociedade hierarquizada, estabelecida, organizada por ordens, classes, e corpos diferenciados pelas dignidades, honras, onipresença do privilégio

e categorias. O Estado atribuía ao estudioso das ciências honras e privilégios, conforme o costume e a lógica do Ancien Régime, privilégios que iam desde uma isenção parcial dos rendimentos à dispensa do serviço militar, à enorme possibilidade de ser levado à presença do rei, ao recebimento de bolsas de estudo, participação no cerimonial da corte e nas manifestações públicas. O compromisso com o monarca e com o sistema de organização da vida intelectual assente no patronage permitia aliás, desenvolver a fundo as potencialidades do método científico e aumentar o número dos protagonistas em virtude dos financiamentos, das pensões, dos privilégios alargados pelo soberano. O homem de ciência do século XVIII, no contexto do antigo regime, era basicamente um funcionário do Estado, cujas atividades eram financiadas pelos monarcas, revelando assim o pacto tácito com o poder.

Por outro lado, observa-se na prática científica do filósofo estudado a adesão e difusão do enciclopedismo, a ideologia científica do progresso, o utilitarismo e o pragmatismo, assim como a vontade e o desejo de classificar os elementos do mundo natural, traços que caracterizam o moderno pensamento científico. Ademais registremos o fato de ser membro da “República das Letras”, com os seus valores cosmopolitas, uma vez que participou ativamente de inúmeras sociedades científicas e publicou os trabalhos de suas pesquisas que seguiam o método moderno da observação e da experimentação. Portanto, características típicas dos homens da Ilustração do século XVIII, e, assim, inserido no *clima de opinião* típico do movimento Ilustrado setecentista.

Após receber o grau de bacharel, conseguiu entrar para a Academia Real das Ciências, sendo logo agraciado com uma pensão real para participar de uma “viagem filosófica” por diversos países da Europa Central e do Norte com o intuito de obter os modernos conhecimentos mineralógicos. Essa viagem complementou a formação recebida em Coimbra e especializou as atividades profissionais do personagem tornando-se, como ele próprio afirmava, um “metalurgista de profissão”.

Ao retornar a Portugal, José Bonifácio centrou as suas atividades de pesquisa científica no âmbito da Academia Real. Neste espaço, realizou diversos estudos sobre as “produções naturais” da colônia e do Reino, que deram origem à importantes Memórias científicas. Todo esse seu empenho como estudioso, juntamente com o investimento feito pelo governo para a complementação da sua formação e profissionalização no âmbito das atividades mineiras, levou D. Rodrigo de Sousa Coutinho, um dos mais importantes “homens da viradeira”, a arregimentá-lo para ocupar um cargo de extrema importância: a direção da Intendência das Minas do Reino, órgão que monopolizava a exploração mineira, sendo que junto deveriam ser administradas as matas e bosques. (Diniz, 1941)

A partir deste momento, os seus estudos científicos passaram a ter que dividir o tempo com os cargos estatais, sobretudo aqueles relativos à esfera administrativa portuguesa. Em outras palavras, o perfil de filósofo natural e o de homem público passaram a caminhar lado a lado na história de vida do personagem, não podendo ser dissociados. Não são duas carreiras diferentes ou sucessivas, mas durante toda a sua vida em Portugal, ele levou simultaneamente uma vida de funcionário do Reino e de naturalista. Ele é um típico representante dos laços estreitos que se criaram durante o reformismo ilustrado português mariano e joanino entre os sábios e o governo.

Essa cooptação dos naturalistas pelo Estado permite observar a valorização daqueles que detinham o conhecimento científico e técnico, sobretudo para dar o seu parecer sobre os mais variados assuntos econômicos/administrativos. Em síntese, isso demonstra o reconhecimento do poder da ciência pelo Estado. (Matos, 1998)

José Bonifácio foi nomeado Intendente Geral das Minas e Metais do Reino pela Carta Régia de 18/05/1801. Por sua vez, o Alvará de 30/01/1802 definiu a competência do Intendente e a sua respectiva área de atuação. Além da administração das minas, também ficava encarregado da administração dos bosques e matas, uma vez que a resolução do problema do abastecimento dos combustíveis necessários para o uso doméstico e para o funcionamento das indústrias siderúrgicas passava por uma exploração mais eficaz e intensiva das matérias vegetais e minerais do país. E, lembremos, que o abastecimento das minas de carvão em Portugal era insuficiente ou inexistente. (Matos, 1999)

No âmbito da Intendência, Bonifácio realizou inúmeros trabalhos de pesquisa e lavra de minerais, como o ouro, a prata, o ferro, o carvão, entre outros. Eles ocuparam as páginas de importantes Memórias produzidas pelo filósofo e apresentadas à Academia Real das Ciências de Lisboa. Nelas, o autor relatou as

suas atividades práticas de mineração nas regiões onde pesquisava, descrevendo pormenorizadamente os minerais encontrados e a sua localização. A Intendência das Minas constituía-se como um espaço de produção científica em Portugal, que ao lado da Academia de Ciências, exerciam um papel central na difusão dos modernos conhecimentos científicos pela sociedade portuguesa.

Por meio das suas memórias científicas e pelos relatórios e cartas enviadas aos homens do governo, José Bonifácio ajudou a criar e a sustentar uma *rede de informação*¹²³ que permitiu ao Estado burocrático do período da “Viradeira” conhecer de forma mais aprofundada e precisa todo o território português, ou seja, reconhecer os limites físicos dessa soberania, bem como as potencialidades econômicas do território administrado. Todas as informações fornecidas pelo naturalista e recebidas pelos dirigentes do Estado deveriam contribuir para o conhecimento global do espaço luso.

O conjunto de informações presentes nas memórias do naturalista José Bonifácio não se destinavam a fins meramente administrativos, nem alimentariam uma ciência especulativa ou teórica. O saber científico tinha um caráter eminentemente prático, pois a ciência que ele praticava tinha como fim ser útil. As descrições e amostras de produtos, sobretudo os minerais, que foram recolhidos durante as suas viagens de campo por diversos pontos do território português destinavam-se não só à inventariação, catalogação e classificação das espécies ou ao reconhecimento das potencialidades naturais, como deveriam contribuir para o desenvolvimento econômico do Reino, para o incremento das indústrias, manufaturas e do comércio, entre outros fatores.

O conjunto de informações científicas contidas nas Memórias de Bonifácio estavam todas baseadas na observação e na experimentação. O conhecimento científico, para ele, tinha que ser prático e experimental. A ciência que o entusiasmava era aquela que tinha como função resolver problemas práticos. A essa característica juntava-se o fato de sempre fazer análises prospectivas em seus estudos e propor a necessidade de utilizar os recursos naturais de forma planejada e racional, pois eles continham grandes potencialidades econômicas para o Estado português. Dessa forma, pode-se afirmar que o conhecimento científico estava integrado a um programa que, desenvolvido em uma instituição sob a tutela da Coroa portuguesa – a Academia Real das Ciências -, tinha repercussões na ciência, na economia e na política.

A maior parte das memórias científicas de Bonifácio está centrada nos estudos sobre a mineralogia, o que já aponta para uma especialização da atividade científica do personagem. As Memórias se referiam a trabalhos práticos concretos, descritos nos menores detalhes. Elas explicitavam como essa política portuguesa de aproveitamento racional dos recursos naturais, sobretudo os minerais, foi efetiva e posta em prática pela Intendência das Minas, órgão estatal dirigido por José Bonifácio. As memórias mineralógicas constituíram-se em verdadeiros estudos analíticos das potencialidades minerais do país, através de exames cuidadosos de detalhes, de trabalhos de campo, de mapeamentos acoplados às informações históricas obtidas tanto de documentos de arquivos como de ruínas arqueológicas - que muitas vezes datavam da ocupação romana do território português ou dos antigos reinados – outras do conhecimento empírico acumulado pelos lavradores, “rústicos” do local, ou seja, a política da Intendência parecia priorizar as regiões de algum modo já conhecidas sob possibilidades de potencialidades minerais a serem checadas, confirmadas, e exploradas racionalmente.

A quantidade de minerais identificados por José Bonifácio em seu trabalho na Intendência vinha ao encontro de uma política estatal que tinha como objetivo a produção mineral. Em função disso, ele examinou as ocorrências de diversos minerais, como o ouro, o chumbo, o ferro, a prata, entre outros.

Quanto à prática científica de José Bonifácio, observamos que no campo da mineralogia, ele seguia o *common sense* desta ciência no período do final do século XVIII e início do século XIX. (Laudan, 1987) Era consenso entre os estudiosos da crosta terrestre, que ela era formada por: terras, areias, pedras, minerais, sais e substâncias betuminosas. Essas classes de minerais poderiam ser diferenciadas uma das outras por suas reações ao fogo ou à água, ou, então, na medida em que os minerais haviam sido fluidos e solidificaram-se por retirada de água ou de calor. Esse conjunto de questões constituía o *common sense* da mineralogia no século XVIII.

¹²³ Sobre o processo de criação e sustentação dessa *rede de informação* ver com maiores detalhes o texto de: Domínguez. (2000).

A sua metodologia de trabalho caracterizava-se pelo fato do autor preocupar-se em descrever, identificar e classificar os materiais minerais em seu local de ocorrência, dando ao seu trabalho um caráter geográfico, onde o trabalho de campo adquirira papel essencial. A preocupação com a localização dos metais era uma prática presente na tradição mineralógica do final do século XVIII. (Hamm, 1997)

Uma outra característica da sua prática científica foi a ênfase do naturalista na observação das regularidades permanentes, integrando-se a uma tradição de estudos que tinha em Buffon, Louis Burguet, Nicolas Desmarest, Horace Benedict de Saussure, Jean-André Deluc, seus grandes representantes. (Taylor, 1988) O interesse em estudar e identificar as regularidades refletia o empirismo habitual da época, assim como o desejo de fazer generalizações, de se criar leis no domínio da geologia. Os autores supracitados estavam preocupados em estudar os grandes traços dos continentes e dos mares, a altura, localização, orientação e a espessura das montanhas, o movimento das águas dos mares dos rios, a disposição das camadas estratigráficas, os minerais presentes em tais camadas, entre outras regularidades. Cabe ressaltar ainda que nos trabalhos daqueles autores imperava o estudo das regularidades estáticas entendidas como conseqüências de processo e não com as causas, a explicação de como um determinado fato ocorreu.

José Bonifácio enfatizou em seus estudos as regularidades estáticas, buscando sempre apontar o local das minas, fazer a descrição do terreno, quais os materiais que o formavam, a quantidades de minerais, como estavam contidos nas camadas estratigráficas, a sua cor, forma, o tamanho, peso e dureza, se estavam em profundidade ou superfície. Essas foram as principais regularidades observadas pelo filósofo em suas dissertações.

Quanto às reflexões teóricas sobre a formação da crosta terrestre, essas quase não tiveram espaço em suas Memórias. O que mais lhe interessava era saber a potencialidade econômica dos minerais, para assim ajudar a resolver os graves problemas econômicos que Portugal enfrentava naquele momento.

Como outros estudiosos da mesma geração, citando, por exemplo, José Vieira Couto¹²⁴, José Bonifácio foi um naturalista que se caracterizava por ser eclético e pragmático. O ecletismo e o pragmatismo eram características do pensamento Ilustrado do século XVIII, uma vez que o próprio Voltaire afirmava *meu amigo, sempre fui eclético*. E, assim também agia Bonifácio, que bebia em todas as fontes e tirava delas sempre o melhor, deixando de lado aquilo que não considerava de utilidade imediata. Um exemplo claro desse ecletismo era a utilização pelo autor de diferentes sistemas de classificação dos minerais, como o de Carl von Linneu, o de Johaann Gottschalk Wallerius e o de Abraham Gottlob Werner. A recorrência a diversos sistemas era necessária para que ele pudesse conhecer e identificar os produtos minerais úteis aos interesses da Coroa portuguesa.

Esse naturalista português natural do Brasil trabalhou intensamente para a Coroa portuguesa atraído pela idéia de construção de um Império luso-brasileiro. O fato de ter sido cooptado pelo discurso imperial fez com que, em nenhum momento, em seus escritos científicos, o autor pensasse em independência e separação. Fez críticas à coroa, sobretudo ao monopólio comercial.¹²⁵ Via a defasagem de Brasil e Portugal em relação ao mundo moderno, sobretudo à Franca, Inglaterra, Holanda e Itália, e queria começar reformando Portugal. Lembremos que inúmeras foram as suas atividades em Portugal, destacando os cargos político-administrativos que ali ocupou como também a amizade que tinha com D. Rodrigo e o Duque de Lafões.

José Bonifácio de Andrada e Silva, naturalista ligado aos interesses do Estado, despreendeu um grande esforço para contribuir para o processo de institucionalização das ciências naturais em Portugal, ao atuar em instituições de pesquisa e universitárias. Suas Memórias científicas foram o exemplo maior dessa contribuição. Por outro lado, tentou modernizar a administração das minas e das matas e bosques, buscando tornar a Intendência uma empresa competitiva e capaz de funcionar como aquelas presentes em regiões da Saxônia, Freiberg, França, Itália, entre outras. Tudo isso foi feito tendo sempre em mente ser o “mais humilde e fiel súdito português”. (Varela, 2001)

¹²⁴ Ver a dissertação de mestrado sobre José Vieira Couto de Silva (1999).

¹²⁵ Ver a *Memória Sobre a Pesca das Baleias* (1790) produzida por José Bonifácio na Academia Real das Ciências de Lisboa.

Referências Bibliográficas

Manuscritos de José Bonifácio de Andrada e Silva:

Notas Filosóficas, algumas em francês. S/D., S/L. Loc.: IHGB L. 192 Pasta 59.

Artigos, Livros e Teses:

BARNES, B. *Sobre ciência.* Barcelona: Ed. Labor, 1987.

DINIZ, Pedro Joyce. *Subsídios para a história da Montanística.* Lisboa: Ministério da Economia / Direção Geral de Minas e Serviços Geológicos, 1941.

DOMÍNGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império Português em finais de setecentos. *Ler História*, 39 (2000), pp. 19-34.

FERRONE, Vincenzo. O homem de ciência. In: Volvelle, Michel (org.). *O homem do iluminismo.* Lisboa: Ed. Presença, 1997.

HAMM, E. P. Hamm. Knowledge from underground: Leibniz mines the enlightenment. *Earth Sciences History*. New York, v. 16, n. 2, 1997.

LAUDAN, Rachel. *From mineralogy to geology: the foundations of a science, 1650-1830.* Chicago: The Univ. of Chicago Press, 1987.

MATOS, Ana Maria Cardos de. A ciência ao serviço da reforma do Estado: a química em Portugal no final do século XVIII-início do século XIX. In: Ana Luísa Janeira et alii (eds.). *Divórcio entre cabeças em mãos? Laboratório de química em Portugal (1772-1955).* Lisboa: Livraria Escolar Editora, 1998.

_____. *Ciência, tecnologia e desenvolvimento industrial no Portugal oitocentista.* Lisboa: Estampa, 1998.

NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. *A cultura luso-brasileira: da reforma da Universidade à Independência do Brasil.* Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

SILVA, Clarete Paranhos da. *O desvendar do grande livro da natureza: as práticas geocientíficas no Brasil colonial vistas por meio de um estudo da obra mineralógica e geológica do cientista brasileiro José Vieira Couto, 1789-1805.* Campinas: UNICAMP/DGAE/IG (Dissertação de Mestrado), 1999.

SOUZA, Otávio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil: José Bonifácio de Andrada e Silva.* Vol. I. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1957.

TAYLOR, Kenneth L.. Les lois naturelles dans la géologie du XVIII éme siècle: recherches préliminaires. *Travaux du comite François d'histoire de la geologie.* Paris: Troisieme serie, t. II, 1988.

VARELA, Alex Gonçalves. “*Juro-lhe pela honra de bom vassalo e bom português*”: *Filósofo natural e homem público – uma análise das memórias científicas do Ilustrado José Bonifácio de Andrada e Silva (1780-1819).* Campinas, SP: DGAE/IG/UNICAMP (Dissertação de Mestrado), 2001.

Rodolpho Theophilo e José do Patrocínio percorreram trajetórias semelhantes na tentativa de compreensão do fenômeno da seca de 1877-1880 e da decorrente migração dos trabalhadores: produziram anotações detalhadas, frutos de observações diretas em Fortaleza, que resultaram em romances, *A Fome e Os Retirantes*, escritos no “calor da hora”, em 1890 e 1879, respectivamente (Teófilo, 1979 e Patrocínio, 1973). Mas não foram somente os veículos utilizados para a expressão dessas impressões – de viagem, no caso de Patrocínio – que coincidem (com nítida supremacia da literatura sobre a história ou o jornalismo). As notas do farmacêutico Theophilo, que o ajudavam a compor os personagens e as situações, são compiladas posteriormente e publicadas em livro de “história” (Theophilo, 1922); as reflexões do abolicionista Patrocínio são publicadas no jornal carioca *Gazeta de Notícias* (GN), entre junho e setembro de 1878. ¹²⁶ Tomadas individualmente ou vistas em conjunto, constituem-se em material fundamental para a percepção do universo mental que organizava o pensamento letrado brasileiro naquele momento de transição, quando, ao mesmo tempo, a crise dos valores tradicionais do Império se combinava a uma crise econômica e social sem precedentes, que se abateu especialmente sobre a província do Ceará. ¹²⁷

A ênfase na corrupção e na decadência moral caracteriza o trabalho de ambos os intelectuais, sintonizados como estavam com as preocupações gerais, também expressas nos jornais da Corte e da Província, diante do aumento desenfreado da prostituição e do “desregramento” dos costumes nos centros urbanos. De certa forma, esses problemas podem ser inseridos na temática geral da *degradação moral*, que reúne uma percepção crítica com relação aos valores em crise no período de formação do Estado Nacional brasileiro.

Os romances, especialmente, traduzem um esforço para captar o grau de resistência e garantia dos valores morais, escorados na vida civilizada e ocidentalizada, diante de uma situação-limite que coloca diante de toda a população – e não só os pobres! – a tragédia da incapacidade humana em subsistir a uma calamidade natural de grande extensão e capacidade destrutiva. A seca – vista por eles como um fenômeno exterior à estrutura social e que se abate sobre ela – ocasiona, no limite, a perda dos referenciais culturais que, afinal, diferenciam os homens dos animais. A procura desesperada pela sobrevivência física neutralizaria, por assim dizer, as capacidades humanas de reflexão e afetividade, de solidariedade e demonstração de sentimentos, colocando em risco as formações culturais baseadas nestas qualidades. Assim, literária ou jornalisticamente, os intelectuais delimitam os problemas a serem enfrentados e configuram, no mesmo movimento, um campo de “dizibilidades”, no interior do qual, necessariamente, tais problemas devem ser pensados.

* Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, Doutor em História Social (UFF), com estágio pós-doutoral na UNICAMP, e autor de *A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000

¹²⁶ O jornalista carioca, ao mesmo tempo, enviou para o semanário *O Besouro* algumas fotografias tiradas por J. Corrêa, adornadas com pequenas quadras que destacavam aspectos dos retratados; duas delas também foram publicadas no livro de Theophilo. Este hebdomadário, originalmente humorístico e satírico, pede licença a seus leitores para falar da seca, e “abre um parenthesis aos seus zumbidos alegres, a sua jovialidade innata, para pedir um pouco de atenção para semelhante facto”. As fotos originais (14) pertencem ao acervo da Fundação Biblioteca Nacional. Cf. Andrade e Logatto, 1994; Barbosa, 2002.

¹²⁷ As dimensões e as novas circunstâncias em que a seca de 1877-1880 ocorreu assustam não só os observadores contemporâneos quanto os pesquisadores de hoje. A escala da fome e da miséria ainda permanece incalculável. Fortaleza, uma cidade de cerca de 23 mil habitantes, chegou a receber 140 mil retirantes famintos. Cf. NEVES, Frederico de Castro. “A Lei de Terras e a Lei da Vida: transformações no mundo rural do Ceará no século XIX.” *Estudos de História*, Franca-SP, v. 8, n. 2, 2001, p.37-58; e “A ‘Capital de um Pavoroso Reino’: Fortaleza e a seca de 1877.” *Tempo*, Niterói-RJ, v. 5, n. 9, jul 2000, p.93-111; THEOPHILO, Rodolpho. *História da Secca do Ceará (1877-1880)*. Rio de Janeiro, Imprensa Inglesa, 1922.

A família – fundamento básico desses referenciais culturais, estruturados a partir de uma sociedade agrária, aristocrática e patriarcal – seria, portanto, o primeiro ponto a ser atingido. Em primeiro lugar, a fragilidade dos valores morais diante da força natural da fome é percebida como uma ameaça à vida civilizada. O médico Liberato de Castro Carreira, em artigos publicados no *Jornal do Commercio* (JC, 09.01 e 30.04.1878), percebe a dissolução dos vínculos familiares quando a morte, “acompanhada dos horrores da fome”, dá lugar “às desgraçadas scenas do abandono dos pais aos filhos, e destes a aquelles” – “o pai, o filho, o esposo, o irmão, o amigo não reflectem, os laços de sua adhesão quebrão-se na presença do horrendo fantasma”. Desta forma, a proximidade da morte pela fome coloca os homens em situação de uma luta primária em que “os sentimentos de humanidade se concentram na necessidade de salvar a vida”, subordinando as normas sociais e os valores morais que constituem a base da experiência social. Para Rodolpho Theophilo (1922, p.269.), “na multidão nivelada pela miseria, perdia-se a família”. No contexto de um universo mental marcado por valores alicerçados nas relações pessoais e na reciprocidade das trocas inter ou intra familiares, esses comentários – de caráter eminentemente social – expressam ou indicam um vínculo intelectual e político que se legitima através da afirmação desses mesmos valores básicos. Os laços fundamentais da família, ameaçados pela premência da fome, aparecem em toda a sua fragilidade, desde sempre oculta pela força estrutural do paternalismo e dos laços simbólicos do Império.

Essa preocupação permanecerá, de diferentes maneiras, na reflexão dos intelectuais nos anos seguintes, especialmente Thomaz Pompeu Sobrinho (1917, p.25. 1953, p.55.), para quem “o instinto de conservação é ordinariamente mais forte que qualquer outro” e que, portanto, “a necessidade íntima de viver embota os sentimentos mais delicados e altruísticos”. Para ele, “não é somente o corpo que se consome, minado pela desnutrição forçada que leva à extrema inanição, à morte; mas, também, a alma se degrada”. Está em curso, portanto, a narrativa de um processo de degradação de valores básicos e fundamentais, originada de diferentes pontos de enunciação, seja na literatura, no jornalismo ou na ciência, que enfoca uma humanidade em risco diante de forças profundas da natureza, materializadas no “instinto de conservação”, mantido sob controle pela força da cultura ou da civilização. A própria descrição minuciosa e repetitiva das cenas de degradação física e moral – roubo, prostituição, criminalidade, ferocidade e antropofagia –, partilhada por praticamente todos os observadores, literatos e comentaristas, indica essa íntima e angustiante reflexão.

Em segundo lugar, as diferenciações entre a “harmonia” no campo e as “desavenças” da cidade aparecem na forma de uma idealização da vida familiar, em que a preservação da honra feminina é um ponto fundamental, que se soma a uma idealização “cabocla” do próprio mundo sertanejo (Alencar, 1967; Barbosa, 2000). Assim, o “primitivo meio social” propicia que as famílias vivam “bem organizadas e felizes”, em “plena harmonia com o sistema social local” (Sobrinho, 1953, p.54.). As mulheres são “santificadas por uma vida simples” (GN, 23.07.1878) e os homens “nada conhecem da vida de uma cidade que só por seu aspecto e bulício os enche de espanto e de indecisão” (JC, 08.05.1878). Desta forma, o contraste entre a experiência rural do trabalhador retirante e a experiência da migração para os centros urbanos, nas condições específicas em que isso aconteceu, organiza a percepção da degradação e da perversão como resultados da desorganização da vida tradicional nas fazendas, estruturada sob a “direção” política e cultural dos senhores de terras. O conflito e a insatisfação são introduzidos na vida dos trabalhadores pobres pela via da seca, da fome e, principalmente, do abandono de um mundo conhecido e afetuoso, que, apesar de “simples” e “primitivo”, é “feliz” e “harmonioso”. Não se trata, portanto, de uma possibilidade de ruptura em função da exacerbação das desigualdades sociais, da exploração econômica ou da opressão política, mas em função de um fenômeno imponderável da natureza. Desenvolve-se, assim, a percepção de que “todas estas scenas de lamentosa anormalidade desdobradas pelos caminhos na promiscuidade extenuadora do infortúnio, tiveram como complemento o abandono da terra natal, e a emigração para outros climas, outros costumes, outra educação” e que “era dever público velar pela sorte d’aquelles que sahindo do meio de costumes simples foram inopinadamente arremessados em uma capital, que absorveu já todos os vícios do mundo” (O Besouro, 04.05.1878, p.37). O progresso, embora seja necessário e até inevitável, ¹²⁸ conduz ao desenvolvimento de conflitos sociais

¹²⁸ Patrocínio afirma pertencer “a uma escola filosófica despreocupada dos efêmeros interesses do presente porque tem um interesse máximo – a renovação fundamental do futuro”, baseada “na tranqüilidade de leis precisas que dia por dia

que têm por base interesses contraditórios anteriormente inexistentes. Os dois romances tematizam a “retirada”, ou seja, as migrações de famílias inteiras em direção à cidade, enfrentando, no trajeto, um universo de decadência e miséria, em que os valores sertanejos vão, aos poucos, sendo destruídos, até que são inteiramente degradados pela vida desregrada de uma cidade em caos. Na visão senhorial do mundo, tais contrastes apareciam como a desorganização de uma ordem social conhecida, vista como natural e equilibrada, cujas diferenças podiam ser vistas como igualmente naturais.

Em terceiro lugar, o “desbriamento” dos homens revela-se também no descuido para com a “honra das famílias”, permitindo a degradação dos costumes tradicionais de proteção à mulher. Patrocínio observa que “mães, pais, maridos, os venerandos atalhias da pureza da família, colocados em tão dura alternativa e sem forças para reagirem, cedem à transação ignóbil da honra pela vida”. Em Fortaleza, as “filhas dos sertões” enfrentam uma realidade nova e desafiadora, e “a libidinagem abastada pôs-se logo ao encalce das suas grinaldas e propôs-lhes o terrível dilema: rendei-vos ou contai com a morte” (GN, 23.07.1878). Na Corte, entre os emigrados que lotavam as hospedarias, o “zelo santo dos deuses lares” foi extinto e a “os mais castos sentimentos” foram profanados, “sem o protesto ao menos da parte dos deshonrados” (*O Besouro*, 04.05.1878, p.38). A defesa do “recato familiar”, uma obrigação definida tanto pela Igreja Católica quanto pelas normas paternalistas, era igualmente afrouxada pela fome e pela miséria. Após venderem todos os seus bens e tentarem todas as formas de sobreviver, os trabalhadores pobres, alquebrados pela fome e pelo infortúnio, descuidam dos valores que, na visão senhorial, se acham depositários e permitem o “sacrifício dos sentimentos mais respeitáveis”. De certa forma, a situação original de *agregados* já os predispõe a esse desleixo, ¹²⁹ pois, segundo Patrocínio, “a maioria dos retirantes, ainda semi-selvagens, prefere mercadejar com a honra das famílias a cometer um furto”. A “semi-selvageria”, identificada pelo jornalista, pode estar indicando uma crítica à prevalência de valores tradicionais segundo os quais a ofensa ao proprietário (o furto) talvez seja uma transgressão mais grave do que a “venda das esposas”. De qualquer maneira, ele enfatiza que são os “próprios esposos, pais e irmãos” os que “propõem a transação ignominiosa” (GN, 15.08.1878), realçando assim o “desbriamento” desses homens que comercializam a honra das mulheres de suas famílias. A denúncia desse “crime” parecia-lhe uma tarefa fundamental, a que se dedica intensamente no jornalismo e na literatura.

“O leilão da honra tornou-se um fato comezinho entre os desgraçados. Os maridos, os irmãos, os pais acossados pela fome entregavam esposas, irmãs e filhas à libertinagem a mais desenfreada, para dela tirarem a subsistência. A prostituição, esta nódoa que outrora não se lavava nunca mais aos olhos do povo sertanejo, tornou-se uma coisa comezinha, a respeito da qual não se discutia.” (Patrocínio, 1973, p.256-7.)

No entanto, ao desleixo dos retirantes correspondia a “libidinagem” de pessoas poderosas, não só em Fortaleza, mas também na Corte. Os “desalmados sedutores” percorriam os abarracamentos e as hospedarias, onde “pactuavam com mães corrompidas e desalmadas, comprando-lhes friamente a honra das filhas”. Theophilo também não economiza adjetivos para qualificar tanto os “compradores” quanto os “vendedores”, nessa “transação ignominiosa”: uns, aproveitando-se da situação geral de rebaixamento das defesas morais, eram “devorados da sensualidade brutal dos jumentos” porque “a consciência embotando-se n’estes réprobos sociais havia deixado apenas um sacco de pus com dentes, á semelhanças das nojentas aranhas caranguejeiras dos trópicos”; outras, “que a natureza desgraçadamente fizera mães”, são “vis e asquerosas mulheres”, que produzem “feridas moraes” que enegrecem para sempre a “physionomia do velho sertanejo” (Theophilo, 1922, p.389.). De certa forma, os setores sociais “novos” ou recentemente incorporados à paisagem social local, empenhados na reforma modernizadora da sociedade cearense,

assenhoreiam-se da concepção universal, e como que por um fenômeno de endosmose vai penetrando todas as classes” (GN, 30.08.1878).

¹²⁹ *O Jornal do Commercio* (09.01.1878), coincidentemente em meio a uma série de matérias sobre os retirantes do “norte”, assinala que o agregado é um “elemento quase bárbaro, que reclama ser civilizado pelo trabalho e encaminhado para novos hábitos e costumes, afim de constituir forças activas e creadoras, em vez de ser uma inutilidade, ou antes um tropeço ao progresso econômico do paiz”.

parecem igualmente empenhados na destruição de uma moralidade básica, ancorada na família e na localidade. Os comissários, os comerciantes recém enriquecidos, os jovens bacharéis em busca de divertimento urbano e outros agentes sociais “modernos” são identificados com os “sedutores” e corruptores, que destroem valores morais e laços familiares trazidos pelos sertanejos arruinados. A configuração sociológica do comissário Arruda, personagem de *A Fome*, concentra todas essas críticas, apresentando, na trama, um arrivista aproveitador, corrupto e depravado, que se vale de sua posição privilegiada para seduzir as meninas e enriquecer ilicitamente, desviando verbas destinadas aos socorros públicos.

A própria estratégia narrativa utilizada pelos romancistas aqui mencionados atesta a importância desse tema para a percepção que elaboram sobre os trabalhadores retirantes.

Eulália, personagem central de *Os Retirantes*, perde o pai e envolve-se com um padre corrupto e sedutor, degradando-se progressivamente ao longo da trama, na tentativa de sobreviver e sustentar a tia e a irmã. Apesar de, em seus pensamentos, manter acesa a chama dos rígidos valores morais cultivados na família sertaneja abastada de onde veio, não consegue evitar o envolvimento com a prostituição e as doenças que dela decorrem, morrendo dolorosa e desmoralizadamente ao fim de um calvário de sofrimentos. Irena, sua muito amiga, educada nos mesmos valores, mantém-se sempre junto ao pai, que, embora doente e cego, enfraquecido e incapaz, a protege, apenas com sua presença, dos perigos da sedução que a espreitam em cada situação. À morte do pai se sucede imediatamente o reencontro com a antiga e inesquecida paixão (coincidentemente, um membro da poderosa família Feitosa), garantindo, assim, a permanência da proteção masculina. Amparada por fragmentos da família, Irena é retribuída, no romance, por um casamento seguro e um futuro garantido, no seio de uma família sólida, tradicional e abastada.

Theophilo, por sua vez, introduz um certo “corte de classe” na narrativa literária de *A Fome*, ao diferenciar as trajetórias de Carolina e Vitorina. A primeira, uma “flor loura, branca e de olhos azuis”, filha do coronel Manuel de Freitas, “descendente de uma das mais antigas e importantes famílias do alto sertão”, é educada com base nos rígidos valores sertanejos e mantém-se com seus pais ao longo de toda a trama. Mesmo reduzida à miséria pela seca, junto com a sua família, resiste heroicamente aos assédios freqüentes do comissário Arruda, confiante em sua moralidade assegurada pelos pais e pelo namorado, que haveria de substituí-los quando casarem. A cabocla Vitorina, contudo, filha de retirantes pobres, perde toda a família no trajeto para a capital, e vê-se sozinha em meio a um abarracamento de indigentes famintos. Ameaçada de ter sua “dieta” cortada, e depois de ser alcoolizada, entregou-se “sem resistência” ao mesmo comissário Arruda. Pela manhã, “saiu incorporada às prostitutas”: “uma noite de crápula bastou para crestar aquela flor de quatorze anos”. Os padrões da desigualdade social, aqui, se reproduzem na economia da sedução.

Talvez seja possível indicar a generalização de uma visão naturalizada dos papéis sexuais, predominante em muitos intelectuais de finais do século XIX, que subordina e infantiliza a mulher. Para o mesmo Theophilo (1922, p.270.), por exemplo, “a natureza, sobrecarregando-a de tributos mais pesados que os do homem, quiz attenuar-os, dando-lhe a vida pacífica do lar”. Talvez seja possível também identificar algumas inclinações racistas na obra deste intelectual cearense, já que o conhecido comissário Arruda e a retirante Vitorina são mestiços, que se degradam, enquanto Carolina e sua família descendem de europeus brancos, e resistem brava e vitoriosamente aos assédios da imoralidade que acompanha a miséria.

Mas, certamente, é possível identificar nessas fontes uma preocupação com os trabalhadores que vai além da defesa da propriedade, ou da formação de uma força de trabalho, mas indica um receio diante da ameaça da dissolução moral da sociedade, em um momento em que diversas transformações ocorriam e um ambiente geral de incertezas acometia as reflexões letradas. O tempo da crise, da seca, traz à tona as possibilidades de ruptura desse tecido social já desgastado. Sendo assim, “socorrer o povo nas calamidades não é só arrancar-o da morte, é também preservar a moral social dos profundos golpes que os egoísmos facinoras costumam desfechar-lhe então”. Nestas circunstâncias, “o retirante que symbolisava uma calamidade, passou a ser o emigrado, que symbolisa uma iniquidade”. Cresce, portanto, entre intelectuais e políticos do final do século XIX, a percepção de que “não basta trancar a bocca dos

túmulos, é mister também impedir que se satisfaça a voracidade dos prostíbulo” (O Besouro, 04.05.1878, p.38).

Referências Bibliográficas:

- ALENCAR, José de. *O Sertanejo*. São Paulo: José Olympio, 1967 (1ª edição 1875).
- ANDRADE, Joaquim M. F. e LOGATTO, Rosângela. “Imagens da seca de 1877-78 no Ceará: uma contribuição para o conhecimento das origens do fotojornalismo na imprensa brasileira.” *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: v. 114, p.71-83, 1994.
- BARBOSA, Ivone C. *Sertão: Um Lugar Incomum. O sertão do Ceará na literatura do século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- BARBOSA, Marta E. J. “Imprensa e Fotografia: imagens de pobreza no Ceará entre final do século XIX e início do século XX.” *Projeto História*. São Paulo: (24), p.421-430, jun. 2002.
- NEVES, Frederico de Castro. “A Lei de Terras e a Lei da Vida: transformações no mundo rural do Ceará no século XIX.” *Estudos de História*. Franca-SP: v. 8, n. 2, p.37-58, 2001.
- NEVES, Frederico de Castro. “A ‘Capital de um Pavoroso Reino’: Fortaleza e a seca de 1877.” *Tempo*. Niterói-RJ: v. 5, n. 9, p.93-111, jul. 2000.
- PATROCÍNIO, José do. *Os Retirantes*. 2 v. São Paulo: Editora Três, 1973 (1ª edição 1879).
- SOBRINHO, Thomaz Pompeu. *História das Secas (século XX)*. Fortaleza: Ed. Batista Fontenelle, 1953.
- SOBRINHO, Thomaz Pompeu. *O Problema das Seccas*. Ceará: Typo-lithographia Gadelha, 1917.
- TEÓFILO, Rodolfo. *A Fome; Violação*. Rio de Janeiro: José Olympio; Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1979 (1ª edição 1890).
- THEOPHILO, Rodolpho. *História da Secca do Ceará (1877-1880)*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922.

O periodismo brasileiro do início do século passado, quer seja como revista, quer seja como jornal, tinha suas raízes firmemente assentadas sobre formas de expressão originadas ainda no final do Império. Nas primeiras décadas da República, especialmente até 1910 ou 1915, ainda era possível encontrar periódicos com *layout* e temáticas fortemente influenciados pelo ideário do século XIX.

Parece ter sido somente na década de 10 que aqui se definiram mais claramente as características básicas do gênero *revista*. Para Ana Luiza Martins, por volta de 1910 eram comuns, nas revistas que circulavam em São Paulo, seções dedicadas ao esporte, à crônica, a eventos sociais, à moda, ao teatro, ao cinema e à poesia. Essas publicações eram abertas pelo que a autora chama de “*artigo de fundo*”, que podia apresentar-se como crônica ou, mais explicitamente, como editorial (Martins, 2001: 151). Sobre a organização formal da *revista*, esclarece ainda:

“No interior da revista, dois aspectos demandam consideração: os gêneros literários adotados e as seções que a compunham. Instâncias aparentemente distintas, conjugavam-se na seqüência da publicação, impedindo análise discriminada de cada uma delas; sobretudo nas revistas ilustradas, de gama temática variada, com toda sorte de experimentos de gêneros e escolas literárias, seções que se alternavam em função de público, das estratégias de venda, das exigências do momento. Uma distinção, contudo, (...) [é] inevitável. Enquanto os gêneros marcavam a modalidade de conteúdo e forma do texto, isto é, crônicas, artigos, contos, poesias, folhetins etc., as seções sistematizavam seu conteúdo, rubricando sua proposta, ou seja, seção de literatura, de humor, de esporte, etc.” ¹³² (Martins, 2001: 148)

Sendo esta a conformação básica da revista no Brasil, ao menos a partir da década de 10, não é de se estranhar que a imprensa imigrantista reproduzisse esse modelo. É importante destacar que a maior parte dos periódicos que se enquadravam neste *nicho* se apresentavam no formato de jornal, especialmente nos primeiros anos da República¹³³. É possível afirmar, portanto, que foi somente a partir do momento em que começou a existir uma classe média já solidamente estabelecida no seio das colônias estrangeiras que, naquilo que diz respeito à imprensa, começou a existir também uma maior sofisticação editorial, com o surgimento de várias revistas dedicadas a este público.

Especialmente no caso da colônia portuguesa estabelecida no Rio de Janeiro, se torna claro este condicionamento. Enquanto as últimas décadas do século XIX assistiram, na cidade, à circulação de jornais como a *Gazeta Lusitana*, que trazia em seu subtítulo o dístico “Órgão do povo português residente no Brasil”, a *Tribuna do Comercio*, que se auto-intitulava “Órgão da Colônia Portuguesa no Brazil”, ou o *Diário Português*, todos explicitamente voltados para o atendimento dos interesses dos imigrantes lusos¹³⁴ - até então, em sua grande maioria, camponeses e trabalhadores urbanos de baixa renda e quase

¹³⁰ Este texto representa parte dos resultados da Tese de Doutorado em Sociologia defendida em 25 de julho de 2003 perante o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, sob o título **Saudades d'além mar: um estudo sobre a imigração portuguesa no Rio de Janeiro através da revista Lusitania (1929-1934)**.

¹³¹ Historiadora, Mestre e Doutora em Sociologia pelo PPGS-UFPB. Coordenadora Geral de Pós-Graduação e Pesquisa do IESP - Instituto de Educação Superior da Paraíba (João Pessoa - PB). E-Mail: <cms-oliveira@uol.com.br>.

¹³² Grifo da autora.

¹³³ Não se pode esquecer que o preço de venda de um jornal, ainda hoje, é bem mais acessível do que o de uma revista. Se nos reportarmos à conjuntura do início da República no Brasil, esta disparidade se torna bem mais significativa. Portanto, em sua maior parte, a imprensa imigrantista do início do século XX se voltava justamente para os leitores de menor renda dentro das colônias estrangeiras que se formavam, então, no Brasil.

¹³⁴ A respeito da *Gazeta Lusitana*, ver Silva (1991).

nenhuma qualificação profissional -, foi apenas a partir da década de 10 do século passado que surgiram publicações voltadas para a classe média da colônia, já no formato de revista¹³⁵.

No que se refere às questões técnicas, o cenário propício ao surgimento de revistas de maior qualidade gráfica vinha se construindo no país desde meados do oitocentos. Inegavelmente, a instalação da família real portuguesa foi o ponto inicial deste processo, que tomou corpo com a Independência e, já às portas do século XX, com a República.

Claramente foi no Segundo Império, sob a égide da cultura francesa que tanto influenciava D. Pedro II, que se avolumaram investimentos no setor gráfico e em áreas conexas, como a fabricação de papel. Vários tipógrafos franceses instalaram-se na Corte, quer seja como representantes de editoras francesas, quer seja como empreendedores isolados. Em São Paulo registra-se movimento semelhante ao ocorrido no Rio de Janeiro: de cerca de 20 tipografias na década de 1850 chega-se a um número de 290 nos últimos dez anos do século XIX (Gonçalves, 1995).

O que interessa, de modo especial, é o fato de que, em relação ao parque gráfico brasileiro, a presença estrangeira parece ter sido determinante em sua formação e em seu crescimento, primeiro como nicho de profissionais atuando para um pequeno grupo de leitores brasileiros, que não se constituíam propriamente num grande mercado consumidor, haja vista a alta taxa de analfabetismo de então, aliada ao acesso restrito à educação em geral. Num segundo momento, a partir da crescente chegada de imigrantes, estes profissionais gráficos, assim como os intelectuais estrangeiros, começaram a segmentar o então efervescente - mas pouco profissional - mercado das publicações jornalísticas e noticiosas no país, passando a atender à demanda de cada grupo.

Nelson Werneck Sodré, em seu História da imprensa no Brasil, registra o surgimento de periódicos imigrantistas já no final do século XIX:

“A imprensa diversificava, principalmente em São Paulo: a 2 de julho de 1893, aparecia ‘Fanfulla’, semanário domingueiro, dirigido por Viatlino Rotellini, depois transformado em diário, órgão italiano; a 2 de junho de 1897, aparecia a ‘Deutscher Zeitung’, semanário dirigido por W. Lehfeld, transformado em diário, a partir de 1o de junho de 1900, já dirigido Rodolfo Troppmair, órgão da colônia alemã.” (Sodré, 1983: 265)

Antes disso, contudo, até mesmo grupos pequenos, como o dos alemães no Rio de Janeiro, em meados do século XIX, já publicavam seus periódicos, continuando a fazê-lo até o período getulista:

“Os primeiros jornais editados em alemão, destinados à comunidade germânica da cidade do Rio de Janeiro, foram o Der Deutsche Einwanderer (bissemanário) e o Der Deutsche Beobachter, ambos surgidos em 1853, e que tiveram curta duração. Só depois de 20 anos começou a ser editado o semanário Allgemeine Deutsche Zeitung für Brasilien, que circulou de 1875 a 1889. O Deutsches Tageblatt, diário, foi publicado de 1915 a 1917, encerrando suas atividades durante a crise resultante da declaração do estado de guerra com a Alemanha. O último jornal surgiu após a 1ª Guerra Mundial, em 1921, com o nome de Deutsche Rio Zeitung e perdurou até a campanha de nacionalização do Estado Novo.” (Seyferth, 2000: 17)

¹³⁵ Exemplos de periódicos publicados no Rio de Janeiro, já no século XX, e voltados para a colônia luso-carioca: as revistas **Portugal Ilustrado**, **Portugal** e o **Almanaque Português** e, também, jornais como o **Diário Português**, o **Lusitano** e o **Jornal Português**. Na década de 20, destacava-se o jornal **Pátria Portuguesa**, publicado pelos mesmos editores da revista **Lusitania**. No final do Império e início da República, ainda circulavam na cidade a **Gazeta Lusitana**, o **Campeão Lusitano**, o **Correio Português**, um novo jornal com o nome de **Diário Português** e uma série de títulos efêmeros. Detalhe interessante sobre este universo é o fato de que outros periódicos cariocas, apesar de pertencerem a brasileiros ou terem sido fundados por brasileiros, tinham forte influência lusa, quer seja por empregarem jornalistas de origem portuguesa, quer seja por seus proprietários possuírem laços de parentesco com portugueses. Dentre esses se destaca o jornal **O Paiz**, fundado por brasileiros, mas que a partir dos primeiros anos do século XX passou a ter o empresário português João de Sousa Laje como diretor (Sodré, 1983: 284). Os registros de publicações semelhantes em São Paulo são mais esparsos, mas também existiram: em 1897 circulava na cidade o **Echo Portuguez**; em 1905, **O Gaiato**; em 1908, **A Bandeira Portuguesa** e a **Revista Portugal e Brasil**; já em 1929 registra-se também a existência da **Revista Portuguesa** (Demartini, 2002).

Já Angelo Trento, ao estudar a imigração italiana no país, destaca justamente a onipresença deste tipo de periódico - o imigrantista - no universo italiano de São Paulo e do Brasil:

“(...) em 1907, só nas bancas de São Paulo encontravam-se cinco diários - ‘Fanfulla’, ‘La Tribuna Italiana’, ‘Il Secolo’, ‘Avanti!’ e ‘Corriere d’Italia’ - e uma dezena de semanários. Levando em consideração [a colônia italiana em] todo o Brasil, registramos a presença de 43 publicações em 1909 (contra as 28 da Argentina), 30 em 1925 e 1927 (quatro das quais diários), e 31 em 1941. Só os Estados Unidos podiam ostentar um número maior de periódicos.” (Trento, 1989: 184)

Do mesmo modo, Jeffrey Lesser, ao analisar a imigração não-européia para o Brasil (leia-se aí nipônica, chinesa e sírio-libanesa), destaca a importância deste tipo de periódico. Especialmente entre os nipônicos, a partir da década de 10 do século passado, começaram a ser publicados jornais em português e japonês, voltados para os imigrantes que começavam nova vida nos Estados de São Paulo e Paraná. Jornais como o **Gakusei**¹³⁶, publicado pela Liga Estudantina Nipo-Brasileira, em São Paulo, na década de 30, tinham um objetivo explícito de integração dos imigrantes e seus descendentes no país, através da criação de uma nova identidade, negociada com a cultura local. Lesser destaca que seus editores, estudantes da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, tinham a clara consciência da diferença entre etnicidade e nacionalidade, propondo a construção de uma nova *identidade*, consoante com o discurso da elite brasileira de então: a dos nipo-brasileiros, com raízes fincadas na herança japonesa, mas partícipe da identidade brasileira¹³⁷ (Lesser, 2001: 221-226).

Também entre os imigrantes do Oriente Médio dispersos pelo Brasil houve uma forte disseminação da imprensa imigrantista. Na década de 10 do século XX chegaram a circular 14 periódicos diferentes, editados em árabe, no país (Lesser, 2001: 103). Seu papel, quase sempre, era ambivalente, pois utilizavam o árabe para manter os laços culturais com os países de origem, mas cotidianamente dedicavam-se também a ensinar aos recém-chegados como viver e trabalhar nas novas terras¹³⁸:

“(...) Enquanto o uso do árabe ajudava a manter a cultura pré-migratória, os artigos sobre como negociar a vida no novo ambiente (fornecendo orientação sobre como conseguir empregos e moradias) contribuíam para a aculturação dos imigrantes do Oriente Médio.” (Lesser, 2001: 103)

Lusitania no universo da imprensa imigrantista brasileira

Lusitania se inseria num nicho editorial que tinha características similares em quase todas as colônias de imigrantes estrangeiros que se instalaram no Brasil. Salvo particularidades conjunturais de cada um desses grupos, a imprensa imigrantista em nosso país quase sempre se pautou pelo estímulo à manutenção da *identidade* e dos laços culturais e afetivos que remetiam à terra de origem. Já em fevereiro de 1897 o jornal **L’Indipendente**, voltado para a colônia italiana em São Paulo, afirmava esta vocação dos periódicos destinados aos imigrantes:

“Resta ver se é tarefa dos jornais coloniais, a 5 ou 6 mil milhas de distância, seguir a política de Roma ou Viena, quando uma tarefa maior, mais lógica e mais humanitária, nos impõe trilhar outro caminho. O jornal colonial tem que ser o fio condutor do espírito vivo da nacionalidade, deve ser o porta-voz do amor da pátria por seus filhos distantes (...), deve ser o único meio para invocar ajuda, transmitir as boas e as más notícias; deve tomar a palavra, quando de direito, pela respeitabilidade coletiva; deve ser o exemplo de sabedoria e de sadio pensar no meio das suscetibilidades

¹³⁶ Em japonês, “estudante”.

¹³⁷ Existiram outros periódicos vinculados à colônia japonesa no Brasil. Jeffrey Lesser identificou alguns de maior relevância: o **Shukan Nambei** (“Semanaário Sul-Americano”) e o **Nippak Shinbun** (“Notícias Nipo-Brasileiras”), ambos fundados já em 1916; o **Shukan Nambei** e o **Brasil Jiho** (“Revista do Brasil”), fundados em 1924; e o **Gakuyu**, contemporâneo do **Gakusei** (Lesser, 2001: 167-169, 221-226).

¹³⁸ O **Al-Faiáh**, primeiro jornal em língua árabe publicado no Brasil, foi fundado em 1895, na cidade de Campinas, interior do Estado de São Paulo. O número de periódicos árabes no Brasil teria chegado a um total de 95 jornais e revistas, até 1933 (Lesser, 2001: 142).

vaidosas que costumam nascer nas Colônias (...). Nossos esforços (...) deveriam convergir para o sagrado objetivo de melhorar a educação e as faculdades intelectuais de dois terços de nossa colônia.” (Citado em Trento, 1989: 186-187)

Percebe-se, neste texto do final do século XIX, que à função de revivificador das raízes deixadas no além-mar deviam se agregar outras no periódico imigrantista, como as de órgão assistencialista, de defensor da respeitabilidade, de formação moral, de divulgador cultural, de fórum de debates e, o que parece não ter sido a tônica da totalidade dos jornais e revistas imigrantistas que circularam no Brasil, de denúncia e repúdio às desigualdades sociais existentes na própria colônia.

Torna-se significativa, no início do século XX, uma crescente concentração de capitais na imprensa, motivada pela própria conjuntura histórica e econômico-financeira da época. O Encilhamento havia quebrado muitos empreendedores, as principais cidades cresciam e, como não podia deixar de ser, a imprensa devia se adaptar a esta nova realidade. É ainda Nelson Werneck Sodré que registra o início do século XX como momento que marca o desaparecimento do empreendimento jornalístico isolado, em contraposição ao surgimento da grande imprensa:

“Os pequenos jornais, de estrutura simples, as folhas tipográficas, cedem lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício de sua função. (...) O jornal como empreendimento individual, como aventura isolada, desaparece, nas grandes cidades.” (1983: 275)

Ora, os jornais imigrantistas eram, essencialmente, empreendimentos individuais, no sentido proposto por Sodré: apesar de servirem de local de fala para boa parcela das colônias estrangeiras instaladas no país, normalmente sua estrutura empresarial se assentava sobre o diletantismo de poucos ou mesmo de apenas um empreendedor. Não raro, o proprietário do periódico era também colunista, repórter, redator, tipógrafo, contato comercial e, em algumas situações, até mesmo gazeteiro. O detalhe é que esta característica, no Brasil de começos da República, era comum à maior parte dos periódicos editados no país. A virada do século, contudo, fez com que, cada vez mais, essas características fossem paulatinamente circunscritas ao universo da imprensa imigrantista, que continuaria alheia ao advento da grande imprensa no país por um significativo período.

Creio que a partir desse momento, os primeiros anos do século XX, cristalizou-se uma nova perspectiva para a imprensa imigrantista no país. Ou ela adaptava-se à nova conjuntura, a da grande imprensa, ou buscava outras formas de expressão para continuar existindo e subsistindo. É certo que parte dos jornais de colônias estrangeiras deixou de existir. É certo também que alguns se vincularam a causas político-partidárias e fortaleceram-se em nichos mais amplos. Exemplo disso é o jornal *Avanti!*, hoje muito mais associado, por historiadores, aos ideais anarco-sindicalistas do operariado paulista do que ao universo dos imigrantes italianos naquela cidade. Por outro lado, continuaram a surgir e a morrer inúmeros jornalecos e pasquins imigrantistas, de pequena representatividade e vida efêmera. De que modo se resolveu esse impasse? De que maneira alguns empreendedores conseguiram fazer com que suas publicações continuassem existindo e, mais importante, continuassem encontrando eco entre os imigrantes, reproduzindo discursos e repercutindo idéias? A meu ver, a solução veio com a sofisticação de algumas dessas publicações, que passaram a se destinar não mais ao imigrante pobre, operário ou biscateiro, marginalizado, mas sim à classe média surgida no seio das colônias estrangeiras.

Analisando especificamente o universo luso-carioca, essa transição torna-se emblemática. Se nas duas últimas décadas do século XIX jornais como *Gazeta Luzitana*, *O Boa Noite*, *Tribuna do Commercio*, *Os Portugueses do Brazil*, *Correio Luso-Brasileiro*, *Gazeta da Manhan* (“órgão luso-brasileiro”), *O Portuguez* (“órgão da colônia portugueza”), *Tribuna Portugueza* (“órgão dos interesses portuguezes”), *Campeão Lusitano* e *Correio Português* circulavam pelas ruas da cidade regularmente¹³⁹, com a virada do século vê-se a sobrevivência de poucos periódicos no formato jornal, dentre eles *O Lusitano*, *Jornal Português*, *Pátria Portugueza* e *Diário Português*, sendo que este último, depois de deixar de circular nos

¹³⁹ A maior parte destes periódicos tem exemplares ou mesmo coleções completas disponíveis para consulta no acervo de obras raras da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

anos 10, seria relançado pelos mesmo editores de Lusitania, já com o nome de Diário Português, na década de 30. No lugar dos jornais - ou atreladas a eles - surgiram revistas semanais, quinzenais ou mesmo mensais, dentre as quais se destacavam Portugal Ilustrado, Portugal, Almanaque Português e Lusitania.

Nesse contexto, fica claro que Lusitania não representa a totalidade da colônia luso-carioca. Ela convivia com outros periódicos, também destinados aos imigrantes lusos residentes na cidade do Rio de Janeiro. No entanto, o fato de ela ter tido uma circulação regular e ininterrupta por quase seis anos, numa época caracteristicamente marcada pela efemeridade das publicações do gênero revista - como bem destaca Angela de Castro Gomes (1999) ao analisar as revistas modernistas publicadas na cidade - a coloca numa posição privilegiada como fonte de pesquisa. Assim, Lusitania pode ser tomada como exemplo de parte da tipologia dos discursos veiculados para e pela colônia luso-carioca e, mais ainda, como uma dentre as várias formas de afirmação da identidade lusa que surgiram na cidade do Rio de Janeiro do final da Primeira República.

Lusitania e o antilusitanismo carioca

Alguns pesquisadores têm se dedicado, nos últimos anos, à tentativa de esclarecer um pouco mais o que representou, no final do século XIX e início do século passado, a grande campanha antilusitana perpetrada por intelectuais, jornalistas e políticos proeminentes do Rio de Janeiro. Apenas o ranço contra o ex-colonizador não basta para explicar uma série de artigos, discursos e, até mesmo, o declarado engajamento de um conceituado jornal da cidade na lusofobia que se instalou ali nos primeiros anos da República¹⁴⁰.

O que representou esse antilusitanismo, cristalizado exemplarmente no jornal carioca O Jacobino, na última década do século XIX? Para Nelson Werneck Sodré, tratava-se de um periódico de “exaltada orientação florianista” (1983: 264) que declaradamente perseguia e ridicularizava, de modo humilhante e preconceituoso, os imigrantes portugueses na cidade:

“Sua especialidade era a lusofobia; não só a praticava pela divulgação de anedotas com que achincalhava os portugueses e eram repetidas pelos cafés, rodas de rua, salões e até nos palcos que representavam revistas como pela publicação de notícias como estas: ‘A patriótica febre amarela matou, pelo correr da semana, 110 portugueses’; ‘O português Antônio Manuel da Silva ficou, sábado último, com a perna esquerda esmigalhada pela roda de um bonde das Laranjeiras. Pobre roda!’ ” (Sodré, 1983: 264)



Fig. 1 - Primeira página do jornal carioca O Jacobino, em sua edição de 13 de outubro de 1894. Note-se o grande espaço ocupado por uma charge ridicularizando os imigrantes lusos, em três momentos de sua vida no Brasil: no alto, um jovem português ao chegar à cidade, com trajés típicos da aldeia, poucos pertences e um perfil quase anoréxico; no centro, o mesmo imigrante anos mais tarde, já como

¹⁴⁰ A esse respeito, ver especialmente ‘Cabras’ e ‘Pés-de-Chumbo’: os rolos do tempo - o antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930), dissertação de Mestrado em História defendida em 1987, na Universidade Federal Fluminense, por Gladys Sabina Ribeiro.

dono de armazém e muitos quilos mais pesado, explorando os brasileiros; abaixo, ainda o mesmo “pé-de-chumbo”, no auge de sua prosperidade carioca, de fraque e cartola, enriquecido às custas de sua sovínice e ganância.

Pode causar espanto o fato de que a postura lusófoba de O Jacobino tenha continuado existindo na cidade, até pelo menos o final dos anos 30 do século passado. O jornalista Luiz Edmundo, em seu O Rio de Janeiro do meu tempo, continuava a disparar o mesmo tipo de ataque contra os imigrantes lusos, “denunciando” seu controle tanto sobre o comércio como sobre a imprensa carioca:

“A grei (...) é o honrado comércio desta praça (como ele habitualmente se proclama), comunidade poderosa, onde os filhos da terra surgem, apenas, em minoria lastimável (...). A maioria dos jornais, a bem dizer, é deles, os nababos da terra. Nos contratos para explorar os prelos da cidade, no entanto, nem sempre o nome de tais senhores aparece. O fato é que, diretamente ou indiretamente, todos lhes pertencem. São deles as oficinas de impressão e ainda os imóveis onde as mesmas se instalam e funcionam, as cartas de fiança ou outras garantias para instalação e funcionamento das empresas, deles o crédito para a compra da tinta e do papel, finalmente, deles o anúnciozinho, embora muito mal pago, porém representando a vida e a prosperidade da gazeta. Os títulos de propriedade dessas empresas gráficas que surgem com firmas brasileiras, ou os lugares de direção atribuídos a patrícios nossos, nada valem. Bem pesquisado, bem esquadrinhado, no fundo do negócio está sempre, com o seu prédio, o seu material ou o seu anúncio, o inefável comendador, grau trinta e tantos da Maçonaria, irmão remido ou benfeitor da Ordem Terceira da Penitência, do Carmo ou de S. Francisco, um homenzinho de testa curta, as sobranceiras em caramanchão, os bigodes de volta, mostrando os pesos de ouro sobre a pança lauta, uma corrente de relógio enorme e com um medalhão forrado de violentíssimos brilhantes. É o destino da terra: depois da tirania do capitão-mor, o guante¹⁴¹ ‘amável’ do comendador... Nas redações desta imprensa alienígena, os brasileiros foram sempre fantoches.” (Costa, 1938, vol. III: 1055-1056)

Não surpreende, portanto, que ainda no final da década de 20, época do surgimento de Lusitania, outro periódico imigrantista luso-carioca se dispusesse a responder a esse antilusitanismo ou, ao menos, mostrar o valor dos imigrantes portugueses para o progresso do Rio de Janeiro e do Brasil. A revista Portugal Ilustrado (que trazia o subtítulo “Revista Mensal de Propaganda Portuguesa e Intercâmbio Luso-Brasileiro”), em sua primeira edição, traz um conciso editorial, onde destaca seu papel de aproximação entre portugueses e brasileiros:

“Pela Pátria

Este é o lema de ‘Portugal Ilustrado’. Continuando o programa da revista ‘Portugal’, cuja suspensão há oito meses serviu para evidenciar a necessidade moral, intelectual e patriótica da sua existência, ‘Portugal Ilustrado’ prosseguirá sem desvios nem hesitações a obra de aproximação de todos os portugueses e a da cultura sã e desassomburada de uma real aproximação luso-brasileira.” ¹⁴²

Comparando-se este texto com o primeiro editorial de Lusitania evidenciam-se as semelhanças nas propostas das duas publicações, o que reforça meu entendimento de que existia, na imprensa imigrantista luso-carioca do final da Primeira República, a necessidade de afirmação da identidade da colônia como

¹⁴¹ No sentido literal, luva de ferro utilizada por cavaleiros medievais, como complemento de suas armaduras; em sentido figurado, autoridade despótica, acostumada a agir com “mão-de-ferro”.

¹⁴² Portugal Ilustrado, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, set./ 1928. Citado em Silva (1992: 122-123).

contraponto ao antilusitanismo latente na cidade. Joaquim Campos, redator-chefe de Lusitania, afirmava naquela ocasião:

“Estamos em um momento excepcional da vida. O mundo moderno é o turbilhão do sentimento, do prazer, da ambição, do amor. A onda furiosa do progresso avassala, exalta e transforma tudo, erigindo um conflito tremendo entre o bem e o mal, ameaçando a vida das sociedades e a integridade das nações. (...) É nesta época que aparece Lusitania, para falar aos portugueses do Brasil, para unir cada vez mais os dois povos, pelo espírito e pelo coração. Integrada na sua Era, com o sentimento novo das coisas, querendo sentir as sensações e os anseios da luta, ella será uma revista moderna, sem preconceitos passadistas, vestida de accordo com o seu tempo, orientada no sentido da perfeição e da grandeza. O Brasil, paiz novo, doirado de sol e de esperança, é uma nação em pleno desenvolvimento, progressista e audaz, onde a intelligencia tem crepitações de entusiasmo. Lusitania saberá comprehender esse ambiente e incorporar-se ao scenario mental em que vae apparecer e existir, com a volupia da eternidade.

O nosso programma? Está traçado pelo titulo. Lusitania diz tudo. Lusitania é a batalha da Patria, desde os tempos mais remotos até aos nossos dias. (...)

(...) Revista de aproximação luso-brasileira, de aproximação entre todos os portugueses, não terá outra politica que não seja a da Patria. Pairará acima dos homens e dos partidos para ‘amar Portugal sobre todas as coisas e ao Brasil como a nós mesmos’. Nós seremos os soldados dessa idéa, lutadores sem vaidade, sinceros, com a alma illuminada pela doçura da recordação, peitos abertos a todas as vicissitudes e a todos os enthusiasmos. E nada queremos em proveito proprio, para desejarmos tudo, todo o bem á nossa linda terra!”¹⁴³

Em outros termos, próximos aos de Portugal Ilustrado, Lusitania também se batia contra O Jacobino, mesmo mais de trinta anos depois do fim do jornal lusófono. Lusitania buscava destacar o empreendedorismo dos imigrantes lusos no Rio e em outras cidades do Brasil e desmistificar o estereótipo do mutruco. Utilizaria outras estratégias, mais sutis, ao invés de bater-se frontalmente contra o antilusitanismo, numa ação velada, não objetivamente contraposta ao preconceito pois, no lugar de declaradamente rebater as injúrias, ao contrário de enredar-se num crescendo de ataques e contra-ataques em suas páginas, Lusitania buscava enaltecer a cultura lusa, os feitos heróicos, o vasto império, as festas em datas comemorativas, os aniversários e casamentos, as efemérides, as visitas de representantes do Governo de Portugal ao Brasil e a outros países da América Latina, os fatos relevantes das colônias portuguesas em África, ou seja, ao referir-se positivamente aos imigrantes e seu universo tentava fazer com que, de fato, as imagens impressas no imaginário brasileiro acerca do imigrante luso fossem reconstruídas em novos moldes.

Neste contexto, segundo Maria Beatriz Nizza da Silva (1992: 124), existia, na colônia portuguesa, o desejo de desligar o imigrante português da dupla imagem do comerciante enriquecido por meios ilícitos ou pouco dignos e do pobre trabalhador analfabeto, salientando a presença de uma elite intelectual. Elite essa que forjou e divulgou conceitos como “raça”, “patriotismo” e “união”, auxiliada, sem dúvida, por eventos como a Primeira Guerra Mundial e também pelos próprios acontecimentos ocorridos em Portugal:

“A longa lista de periódicos publicados pela e para a colônia portuguesa no Brasil revela sempre o desejo de defender o desejo dos portugueses, quer publicando notícias para eles relevantes, quer defendendo-os dos ataques dos jacobinos, quer simplesmente fazendo a publicidade de seus empreendimentos comerciais ou industriais, como ocorreu nos primeiros

¹⁴³ Lusitania, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, 01 fev. 1929, p. 5.

números da 'Revista Portuguesa', publicada no Rio de Janeiro em 1915." (Silva, 1992: 115)

Lusitania como espaço de convivência social

Lusitania pode ser vista apenas como uma reação dos imigrantes ao antilusitanismo que se exacerbava no Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XX, mas tal raciocínio não seria por demais simplório? Não existiriam outros valores a motivar sua existência e sobrevivência por longos quase seis anos, num mercado editorial marcado pela efemeridade dos empreendimentos editoriais¹⁴⁴?

O elogio ao 'bom empreendedor'

Bronco, ignorante, pé-de-chumbo¹⁴⁵: era essa a imagem estereotipada que se tinha do imigrante lusitano no Rio de Janeiro da Primeira República (Chalhoub, 1986: 36; Ribeiro, 1990), fosse ele um trabalhador do cais do porto, um operário da construção civil - ocupações predominantes entre os imigrantes de baixa renda - ou um próspero empresário ou comerciante, exceção que aos poucos foi se tornando comum na cidade.

No entanto, não era esse o tipo de representação presente nas páginas de Lusitania. O que pode ser visto ali é o elogio ao bom empreendedor: comunicados sobre inaugurações de firmas e/ou suas filiais, variados e bem sucedidos negócios encabeçados por patrícios lusos. O layout era quase sempre o mesmo, com o nome do estabelecimento em letras destacadas, uma foto do evento seguida de breve legenda e um ou dois parágrafos dando maiores informações sobre o fato:

"Armazem e Bar Elite

Realizou-se, há dias, a inauguração dêste estabelecimento, á rua Lopes Trovão, 54, em Icaraí, Niterói, de propriedade do nosso compatriota Sr. Ovídio Reis, a quem muito deve aquêlo bairro elegante da vizinha cidade.

Ao acto inaugural estiveram presentes vários convidados, aos quais foi oferecido dôces, chopps e vinho do Porto. O nosso companheiro Barros Junior saudou o arrojado e honesto comerciante, pondo em relêvo a sua crescente actividade em pról do progresso do lindo bairro niteroiense, onde já possui o maior armazem, á rua Alvares de Azevedo, 55, denominado 'Armazem União'." 146



Fig. 2 - Inauguração do Armazém e Bar Elite. Foto publicada no n. 75 de Lusitania, em 01 de março de 1932. Legenda original: "O Sr. Ovídio Reis, em companhia de sua esposa e vários convidados, na inauguração do Armazem e Bar Elite".

A preocupação com a dignificação do trabalho e também da honestidade existente entre os membros da colônia e, por extensão, a divulgação dessas qualidades foi a tônica de praticamente todas as

¹⁴⁴ Sobre a efemeridade das revistas cariocas nas décadas de 20 e 30 do século passado, ver Gomes (1999).

¹⁴⁵ Segundo o **Dicionário Aurélio eletrônico - século XXI** (Ferreira, 1999) o termo "pé-de-chumbo" era utilizado para definir um "indivíduo grosseiro; uma pessoa que não progride na vida, apesar de tudo lhe ser favorável; um zé-ninguém". Era apenas uma dentre as muitas alcunhas dadas pelos brasileiros do início do século passado aos imigrantes portugueses, à qual se somavam várias outras, extremamente depreciativas e jocosas.

¹⁴⁶ **Lusitania**, Rio de Janeiro, n. 75, 01 mar. 1932, p. 11. Grifo meu.

matérias deste gênero publicadas em Lusitania. Mesmo quando o objetivo parecia ser apenas o registro de uma data de aniversário, transparece esse cuidado por parte dos redatores:

“Dr. Sabino Theodoro

Passa no dia 21 do corrente o aniversário natalício do nosso ilustre patricio Dr. Sabino Theodoro, director da Escola de Medicina e Cirurgia e do Hospital Hahnemanniano, figura de alto relêvo na nossa colônia e na sociedade carioca, onde desfruta lugar proeminente.” ¹⁴⁷

Lusitania como espaço de convivência social e política

Outros tipos de efemérides e eventos também eram registrados nas páginas de Lusitania, tal como aniversários de jovens casadoiras e enlacs matrimoniais, quando se destacava uma outra característica da revista: a profusa utilização de fotografias, que muitas vezes chegavam a preencher páginas inteiras, sempre secundadas por legendas explicativas lisonjeiras:



Fig. 3 - Foto publicada na edição n. 77 de **Lusitania**, em 01 de abril de 1932. Legenda original: *“Virgínia Soares Nunes, filha do nosso patricio António Soares Nunes, chefe da firma Nunes, Martins & Cia., e cujo aniversário natalício passou a 23 de Março”*.



Fig. 4 - Foto publicada na edição n. 80 de **Lusitania**, em 16 de maio de 1932. Legenda original: *“EM NITERÓI - Realizou-se o casamento do Sr. José de Sousa com a Srta. Feliciano Alves Cruz, que se vêem na presente gravura”*.

Mas a convivência da colônia não se fazia só em inaugurações comerciais, aniversários - de figuras de alto relevo ou jovens raparigas - e casamentos. Inúmeros outros tipos de celebrações eram registrados nas páginas elegantemente diagramadas de Lusitania. Bailes de Carnaval, eleições para a Rainha da Colônia, jogos de futebol, disputas de atletismo e remo, competições de natação, festas religiosas, comemorações escolares, representações teatrais e palestras acadêmicas eram profusamente retratados em fotografias anônimas, assim como comemorações semelhantes àquelas dos luso-cariocas, realizadas nas colônias portuguesas espalhadas pelo Brasil e pelo Mundo, e as tradições folclóricas de Portugal.

Algumas seções eram fixas, aparecendo em todos os números ou se revezando nas edições quinzenais: “O Sport no Rio”; “O Sport em Portugal”; “Pelo Mundo”; “Mundanismo”; “Terras do Brasil”; “Nas Sociedades Recreativas”; “Tem Graça e Não Ofende”; “Escritores de Hoje”; “Imagens de Portugal”; “Monumentos de Portugal”; “Contos da História de Portugal”; “Datas Históricas”; “Teatro Português no Brasil”; “O que a Lusitania viu em Lisbôa”; “Portugal no Estrangeiro”; “Terras da Nossa Terra”; “O Império Colonial Português”.

Também o aspecto político estava presente nas páginas da revista. Comunicavam-se as ações do governo republicano de Portugal - quase sempre com um tom ácido - e se exaltava os ideais monárquicos ligando-os às tradições mais significativas da Nação Lusa.

Declaração sintomática das simpatias nutridas por seus editores, o pesar pela morte do último herdeiro do trono português marca o fim da possibilidade de um retorno à monarquia. Especialmente nas

¹⁴⁷ **Lusitania**, Rio de Janeiro, n. 76, 16 mar. 1932, p. 2. Grifo meu.

edições imediatamente posteriores ao falecimento de D. Manuel ¹⁴⁸ fica mais clara a antipatia da revista para com a República.

“D. Manuel de Bragança

A morte de D. Manuel de Bragança, ex-Rei de Portugal, ocorrida súbitamente na Inglaterra, produziu grande pesar no nosso país e no seio da colônia portuguesa desta capital e dos Estados.

[...] Vivendo fóra da Pátria, longe do cenário político em que republicanos e monarquistas por vezes contendiam, não alimentava á sua volta nenhuma agitação partidária nem exercia, no alto e vastíssimo círculo das suas relações, influência contrária á consecução dos problemas políticos que a República defendia nos conclaves internacionais. Antes os auxiliava, como dissemos - esquecido, nessas horas, de que era um Rei destronado, para se lembrar de que, ácima de tudo, era um português, a quem competia zelar pelo bem da Pátria.

[...] Curvemo-nos todos, portanto, deante da fatalidade, e choremos a sua morte, a morte do último Rei de Portugal, a morte de um patriota devotado e sincero. Os homens não valem pelos partidos a que pertencem: valem pelos seus actos, pelo character, pela inteligência e pela cultura!”¹⁴⁹

Mas Lusitania ainda continuaria a circular por mais dois anos e meio. Seu último número, o 118, foi editado em dezembro de 1934. Nos seus quase seis anos de vida a revista consolidou uma linguagem e um imaginário próprios da classe dirigente da colônia, e esse universo fornece uma melhor compreensão do que significava ser diferente, do que representava ser estrangeiro, do que foi ser imigrante português no Brasil dos anos 20 e 30 do século passado e, também, de quais eram os mecanismos utilizados para a construção de uma identidade portuguesa no Brasil, desde o início da República até hoje, além de mostrar mais claramente o que penso que foi, na verdade, uma contradição interna à colônia portuguesa no Rio de Janeiro.

Tomo por contradição o fato de que, apesar de a colônia portuguesa no Rio de Janeiro ser formada, em sua grande maioria, por imigrantes de baixa renda, o seletto grupo de empresários e profissionais liberais que fazia de Lusitania e de revistas similares seu meio de expressão preferencial passou a utilizar, em diversos momentos, o discurso das camadas dirigentes do Brasil, quase que esquecendo a realidade que a maior parte dos patrícios enfrentavam na cidade, ou seja, o trabalho árduo e mal remunerado, o antilusitanismo e as precárias condições de sobrevivência.

Em resumo, a criação de uma identidade portuguesa no Brasil passava também pelo estabelecimento de uma classe dirigente dentro da própria colônia, que, assim como a classe dirigente brasileira, fazia vistas grossas às reais condições de existência dos trabalhadores de baixa renda dentro de seu grupo: ao utilizar um meio de expressão editorial como a revista Lusitania, passavam a utilizar também parte do capital cultural e a reproduzir parte do habitus de seus congêneres brasileiros, agregando-os ao capital simbólico e cultural da mãe-pátria portuguesa (ver Bourdieu, 1983; 1989; 1992; 1996).

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Tradução de Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. 3. ed. Tradução de Sergio Miceli, Silvia de Almeida Prado, Sonia Miceli e Wilson Campos Vieira. São Paulo: Perspectiva, 1992 [1974].

¹⁴⁸ Refiro-me ao n. 84, de 16 jul. 1932, e ao n. 85, de 01 ago. 1932.

¹⁴⁹ *Lusitania*, Rio de Janeiro, n. 84, 16 jul. 1932, p. 3.

- _____. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. Tradução de Sergio Miceli, Mary Amazonas L. de Barros, Afrânio Catani, Denice B. Catani, Paula Montero e José Carlos Durand. São Paulo: EDUSP, 1996.
- CHALHOUB, Sydney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- COSTA, Luiz Edmundo. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. 3 vols. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.
- DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. *Imigração e educação: os portugueses em São Paulo no início do século XX*. XV World Congress of Sociology. Brisbane, Australia, jul./ 2002. Trabalho não publicado.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda (ed.). *Dicionário Aurélio eletrônico - século XXI*. Versão 3.0. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- GOMES, Angela de Castro. *Essa gente do Rio...: modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- GONÇALVES, Janice. *Música na cidade de São Paulo (1850-1900): o circuito da partitura*. São Paulo: FFLCH-USP, 1995 (Dissertação de Mestrado em História).
- LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. Tradução de Patrícia de Queiroz C. Zimbres. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.
- MARTINS, Ana Luíza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempo de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: EDUSP/ Fapesp/ Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *'Cabras' e 'Pés-de-Chumbo': os rolos do tempo, o antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930)*. Niterói: UFF, 1987 (Dissertação de Mestrado em História).
- _____. *Mata galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1990 (Col. "Tudo é História", vol. 129).
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Documentos para a história da imigração portuguesa no Brasil (1850-1938)*. Rio de Janeiro: Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras/ Nórdica, 1992.
- SILVA, Maria Manuela Ramos de Sousa. *Ambição e horror à farda ou a saga dos imigrantes portugueses no Brasil segundo a Gazeta Lusitana (1883/ 1889)*. 3 vols. São Paulo: FFLCH-USP, 1991 (Tese de Doutorado em História Social).
- SEYFERTH, Giralda. *A imigração alemã no Rio de Janeiro*. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000, p. 11-43.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel/ Istituto Italiano di Cultura di San Paolo/ Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1989.

Fontes das Ilustrações

Figura 1

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A guerra aos portugueses no Rio de Janeiro no final do século XIX*. Revista Oceanos. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, n. 44, out.-dez./ 2000. Disponível em: <http://www.cncdp.pt/oceanos/oceanos_44/5/5.htm>. Acesso em: 01 abr. 2002.

Figura 2

Lusitania, Rio de Janeiro, n. 75, 01 mar. 1932, p. 11.

Figura 3

Lusitania, Rio de Janeiro, n. 77, 01 abr. 1932, p. 2.

Figura 4

Lusitania, Rio de Janeiro, n. 80, 16 mai. 1932, p. 2.

Revista Consultada

Lusitania - Revista ilustrada de aproximação luso-brasileira e de propaganda de Portugal. Rio de Janeiro: C. Cruz & Cia., fev.1929 / dez.1934, quinzenal, n. 1/ 118, 5 bobinas de microfilme.

I- Um colonizador sem colônias

Em dezembro de 1934, Fernando Pessoa publica *Mensagem*. No primeiro poema de “O mar português”, dedicado ao infante D. Henrique, existem dois versos que particularmente aqui nos interessam: “Cumpriu-se o Mar, e o Império se desfez / Senhor, falta cumprir-se Portugal!” (Pessoa: 1983, 16).

Supor que o império se desfez é imaginar que Portugal, no momento em que o livro foi publicado, não era mais um império, ou seja, não tinha colônias. E, de fato, em vários aspectos, não as tinha. Expliquemos melhor o que aqui queremos apontar.

Eduardo Lourenço, em *O labirinto da Saudade* considera que, durante a experiência colonial portuguesa, o Brasil, a Índia no início, e a África no final, criaram um espaço compensatório na imaginação dos portugueses: do século XVI ao XX estas regiões foram somadas simbolicamente ao pequeno território que sempre foi Portugal, e criaram uma imaginária grande nação, o que permitiu aos lusos não lidar com a sua própria pequenez.

Podemos considerar essa uma boa hipótese para explicar a ambígua e complexa relação de Portugal com o restante da Europa durante quase cinco séculos. Boaventura Santos, por sinal, indicou que durante esse longo período “Portugal era centro em relação às suas colônias e a periferia em relação à Inglaterra. (...) pode dizer-se que (...) foi um país simultaneamente colonizador e colonizado.” (Santos, 1997 ,p. 58). Um país simultaneamente, europeu, americano, africano e asiático. Como apontou Lourenço, o corpo dessa nação foi construído a partir da imaginada junção de todas essas partes. Devemos porém acrescentar que seu coração, pelo menos durante os séculos XVII e XVIII, foi a sua parte americana. A cana de açúcar primeiro, o ouro depois, o pacto colonial sempre, estes foram os elementos essenciais para a sobrevivência de Portugal e de seu império. Império que, como apontaria Pessoa, se desfez.

Podemos considerar que o início desse desfazer-se ocorreu com a invasão das tropas francesas e a atabalhoada fuga da corte para o Brasil. Desde a transformação do Rio de Janeiro em centro do governo português, em 1808, até a independência brasileira, em 1822, estamos diante de um processo que retirará do império o seu coração americano. Por outro lado, como já notou Oliveira Marques, apenas no século XX seriam criadas condições econômicas que justificariam a ocupação colonial da África portuguesa. Não podemos por isso considerar, durante o século XIX, os territórios portugueses nesse continente, nem tampouco os existentes na Ásia, como verdadeiros espaços coloniais, como Angola e Moçambique o seriam mais tarde.

Assim, de 1808 até aproximadamente 1926, momento do golpe que terminou com a primeira república portuguesa, Portugal foi uma metrópole sem colônias. Só quando as sementes do Estado Novo são lançadas, o país efetivamente assume um novo destino imperial, e será capaz de cobrir o seu pequeno corpo europeu com uma nova pele africana. Portugal poderá novamente evitar a dura tarefa de pensar a sua pequenez, e adiará, mais uma vez, a construção de uma resposta para a sua condição de pequena faixa de terra entre a Europa e o Atlântico. Não é casual, por isso, que seja analisando a produção literária, seja pensando sobre a situação política, como o fazem respectivamente Eduardo Lourenço e Joel Serrão, exista uma grande unidade que iria da revolução liberal de 1820 ao início do Salazarismo, ou da obra de Almeida Garrett à de Fernando Pessoa. Nos dois casos estaríamos diante de facetas que permanecem ao longo de todo o longo século XIX português.

Essa situação de uma metrópole sem colônias, de um pequeno pedaço de terra sem função, está na origem dos principais movimentos políticos e culturais desse período. Lourenço já apontou que o símbolo-resumo desse século foi a violenta reação popular contra a aceitação, pelo então jovem rei D. Carlos I, dos termos existentes no Ultimato inglês de 1890: nesse momento o sonho de um novo Brasil em África, que seria construído pela posse de um grande território africano que fosse do Atlântico ao Índico, foi abruptamente destruído. Por causa dessa situação sem escapatórias aparentes, o par esperança/desalento é uma boa chave para entendermos a vida de muitos artistas e intelectuais do período. Muitos

foram os que tentaram acabar com a pequenez nacional, propondo formas para que Portugal voltasse a ser uma grande nação, e pudesse redescobrir, como no passado, um grandioso destino. As propostas foram diversas, as idéias do que seria um grande país também. Todas falhadas. Quando, ao longo do século, sucessivas gerações viram que seus esforços foram em vão, que todas as suas tentativas foram destruídas, amargamente concluíram que o país permanecia inalterado, que a luta fora em vão. Certamente o exemplo de Alexandre Herculano, cuja biografia se adequou perfeitamente a esse molde, foi fundamental para as gerações seguintes. Como notou José Augusto França, é difícil estabelecer em que momento esse escritor parou de acreditar no liberalismo em Portugal, que ele havia ajudado a implantar, lutando, com suas armas e com sua pena, contra as forças de D. Miguel. Ele se desapontou com o Setembrismo em 1836, depois com o governo de Costa Cabral em 1842 e, finalmente, com o rumo político seguido pela Regeneração, para a qual ele havia elaborado sérias reformas nacionais em 1851. Ele depositou a sua última esperança em Pedro V. Quando, porém, o jovem rei morre em 1861, Herculano deixa de acreditar em qualquer possibilidade de mudança. Já em 1859, usando o dinheiro que havia recebido com os direitos autorais de seus livros, o escritor havia comprado uma Quinta em Vale de Lobos, em Santarém. Em 1867 ele se transfere definitivamente para a sua propriedade e passa a viver como um agricultor, transformando a casa de Vale dos Lobos numa espécie de santuário laico, que simbolizava o fracasso do liberalismo em Portugal, e lá vivendo até a sua morte em 1877.

Muitos outros intelectuais seguiram ou tentaram seguir os passos de Herculano, quando viram seus esforços malogrados. Antero de Quental, a mais emblemática figura da geração de 70, antes de seu suicídio, viveu uma espécie de exílio em Vila do Conde, de onde apenas uma vez, após o Ultimato Inglês, saiu para atuar politicamente na Liga Patriótica do Norte. Oliveira Martins, também, após a sua fracassada experiência como ministro em 1892, planejou se retirar para o campo, longe das batalhas políticas, sonho que só não conseguiu realizar devido à sua morte prematura. E já no século XX, Teixeira de Pascoaes, após os primeiros anos da República, período em que foi o líder do movimento saudosista, talvez a última tentativa simbólica coletiva de regenerar o país ainda com raízes oitocentistas, se retirou para a sua propriedade em Amarante, onde viveu até a sua morte, em 1952.

Todos esses, e muitos outros que poderíamos aqui acrescentar, tiveram o ardente desejo de restaurar um país que sempre parecia muito próximo da dissolução. E todos, cedo ou tarde, concluíram que as suas tentativas foram em vão, que o país permanecia inalterado. Essa situação – que tem a sua origem com Almeida Garrett e Alexandre Herculano, membros da primeira geração liberal, e que termina com as messiânicas respostas de Teixeira de Pascoaes e Fernando Pessoa, membros da primeira e provavelmente única geração da curta e turbulenta Primeira República portuguesa – tem como pano de fundo, já o dissemos, a desvalia de uma metrópole sem colônias, de uma pequena nação que não pôde se imaginar fazendo parte do mundo ocidental sem ter outras peles com que recobrir os seus ossos. Não é de estranhar que no início do século passado Miguel de Unamuno tenha considerado esse país como uma nação de suicidas, talvez uma nação suicida. De fato, muitos intelectuais e artistas haviam se matado durante o período que vai do fim do século XIX ao início do XX: Camilo Castelo Branco, Antero de Quental, Manuel Laranjeira, Trindade Coelho e Soares dos Reis, apenas para citarmos os exemplos mais proeminentes. Talvez eles fossem apenas o sintoma de uma nação que, como o legendário D. Sebastião, desejasse desaparecer no oceano, para também ela se transformar em lenda. Não podemos esquecer que Oliveira Martins, em sua trágica História de Portugal, afirmou:

Acabavam ao mesmo tempo, com a pátria portuguesa, os dois homens - Camões, D. Sebastião - que nas agonias dela tinham encarnado em si, e numa quimera, o plano de ressurreição. Nesse túmulo que encerrava, com os cadáveres do poeta e do rei, o da Nação, havia dois epitáfios: um foi o sonho sebastianista; o outro foi, é, o poema d'Os Lusíadas. A pátria fugira da terra para a região aérea da poesia e dos mitos. (Martins, s.d., p.57)

II- Figurações do Brasil

A questão de como uma metrópole sem colônias poderia sobreviver não poderia estar ausente das obras dos dois mais importantes romancistas do século, Camilo Castelo Branco e Eça de Queirós.

Os *brasileiros* são, nos livros de Camilo, uma pequena multidão. Eram, no Portugal do período, assim qualificados, como o sabemos, não só os homens nascidos no Brasil, mas principalmente os portugueses que, tendo vindo para o Brasil trabalhar e ganhar fortuna, haviam retornado a seu país. Esse tipo de retornado, nos romances camilianos, é freqüentemente uma pessoa um pouco vil que usa o seu dinheiro para comprar uma esposa – em geral uma bela jovem, que normalmente já estaria apaixonada por um jovem pobre, de que a Ângela de *Os brilhantes do brasileiro* é um ótimo exemplo– ou, mais prosaicamente, para comprar as terras de nobres arruinados. A presença freqüente desse tipo mostra que Portugal – em especial o norte do país, a região mais habitual das novelas camilianas – não pode viver sem o Brasil. Pouco importa que ele já fosse um país independente: a economia da velha metrópole precisava, como um parasita, do sangue de sua ex-colônia. Em relação a essa necessidade algumas imagens camilianas são particularmente felizes. Em *Coração, Cabeça e Estômago*, por exemplo, publicado em 1862, o dinheiro brasileiro aparece como condição essencial para a reconstrução, com o máximo de opulência, de arruinados solares portugueses, mostrando, assim, o quanto o Brasil é indispensável para a reconstrução da nação portuguesa. Imagem similar aparece, por exemplo, na narrativa *O filho natural* (1876), uma das oito *Novelas do Minho*. Álvaro, o filho natural de um visconde, emigra para o Rio de Janeiro aos 12 anos, para trabalhar com outro *brasileiro*. Quando, sete anos depois, retorna rico para Portugal, salva seu arruinado pai, adquirindo as propriedades que ele havia hipotecado, e que estava prestes a perder. Aqui, mais uma vez, podemos ver, de outra forma, o dinheiro brasileiro simbolicamente restaurando um país em ruínas.

Em outra novela do mesmo livro, *O cego de Landim*, é notável a facilidade com que os personagens se deslocam de Portugal para o Brasil, e vice-versa. O protagonista, um falsário, vive, como vários outros personagens, entre os dois países, agindo como se não houvesse um oceano a separá-los. Landim e outras cidades do norte de Portugal, como Famalicão e mesmo o Porto, parecem estar mais próximas do Rio de Janeiro que de Lisboa. E muitos personagens, como o protagonista, ganham dinheiro no Brasil para ir gastá-lo em Portugal. Até para uma vida criminoso a América parece ser um espaço essencial para essa velha e cansada metrópole.

Essas três obras, de diferentes formas, mostram que Portugal, cerca de meio século depois da independência do Brasil, não consegue se ver sem criar um novo tipo de ligação com a parte perdida de seu corpo multicontinental. Muitos outros exemplos semelhantes poderiam ser aqui somados. Mas existe um livro de Camilo que pode nos permitir ver uma outra resposta simbólica para o problema português: *A queda dum anjo* (1864). Esse livro narra o suposto amor entre um rico português, Calisto, e uma pobre e bela brasileira, Ifigênia. Calisto era um homem casado, que vivia em uma pequena aldeia na província, possuindo os valores, a indumentária e os hábitos de um português do século XVI ou XVII. Ele é eleito deputado, e vai para Lisboa. Na capital começa a metamorfose do protagonista, e no meio desse processo ele conhece Ifigênia, a bela viúva brasileira de um general português, que havia saído do Brasil, para tentar obter apoio dos familiares de seu honrado e pobre marido. Após conhecê-la, e transformar-se secretamente em seu amante, o deputado termina sua metamorfose em uma viagem que com ela faz para a França, após a qual passam publicamente a morar juntos. A ligação adúltera, sem culpa, entre Calisto e Ifigênia, pode ser pensada como uma metáfora de uma possível relação entre Portugal e Brasil. Calisto, que não tinha tido filhos com sua esposa legítima, termina o livro vivendo em Lisboa com Ifigênia e com seus dois filhos naturais, pensando e se vestindo como um europeu, e esperando a morte de sua esposa legítima para poder legitimar a prole. Nesse livro, diferentemente de vários outros de Camilo, o Brasil parece ser um país pobre e interesseiro, mas essencial para fertilizar uma raça velha e ainda rica, mas sem descendentes. Só assim seriam criadas condições para transformar esse anacrônico e provinciano Portugal em um país verdadeiramente europeu. O desejo, expresso sete anos depois na famosa conferência *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*, escrita por Antero de Quental, de que Portugal voltasse a fazer parte da Europa culta, tem nesse livro uma interessante solução: apenas reatando, em novas perspectivas, a relação com o Brasil é que Portugal seria capaz de voltar a fazer parte da Europa.

Curiosamente, essa visão não está longe daquela que aparecerá em *Os Maias* (1888) de Eça de Queirós. Nesse livro o Brasil é essencial para a sobrevivência da família que dá nome à obra. Inicialmente com Maria de Monforte, a filha de um negreiro que ficou rico graças ao tráfico de escravos para Brasil, Havana e Nova Orleans. Maria foi capaz de cativar Pedro, o frágil e religioso filho único de Afonso da

Maia, e dar uma descendência para essa velha família. Ela, mais viril que seu marido, seguiu as mudanças de seu coração, e alguns anos depois fugiu com um jovem italiano, levando consigo a filha. O filho, Carlos, ficou com Pedro que, infeliz e impotente, se matou. Anos mais tarde ocorrerá o incesto entre Carlos Eduardo e sua irmã, incesto que é, provavelmente, uma alegoria do impasse em que se encontrava o Portugal do período. A irmã, Maria Eduarda, é um camaleão de muitas faces: primeiro acharam que havia morrido ainda criança, depois apareceu em Portugal como a suposta esposa brasileira, de fato amante, do comerciante brasileiro Castro Gomes. Ela se transformará, em seguida, na amante de seu irmão e, quando o seu passado for finalmente descoberto, será oficialmente a neta de Afonso da Maia. No final da narrativa, em uma nova metamorfose, Maria Eduarda estará prestes a se transformar, com o seu casamento, em Madame de Trelain, uma senhora francesa.

Afonso da Maia supôs que o sangue da raça havia degenerado com Maria de Monforte, a filha de um negreiro. Mas foi justamente o ramo feminino da família que teve descendência. No fim da narrativa Carlos é um homem solteiro e sem filhos, e a família Maia irá continuar com um outro nome, Trelain, e com a filha natural de Maria Eduarda, Rosa. O lado feminino da família, bastardo, menos nobre, com evidentes relações com a ex-colônia, pôde continuar e deixar descendência. O masculino, que cresceu em quintas e casas senhoriais, está fadado ao desaparecimento. Se, como vários críticos apontaram, *Os Maias* é a biografia da casa portuguesa, é a biografia de um desmoronamento. A casa, como o velho Afonso, não foi capaz de sobreviver. Em seu lugar aparece uma nova residência, menos pura e nobre, com as mãos sujas dos negreiros e o falar carregado dos brasileiros. Foi essa casa impura, e não a outra, que foi capaz de sobreviver. E – como aconteceu com Calisto e acontece aqui com Maria Eduarda – foi capaz de fazer parte da Europa culta, sendo, ao mesmo tempo, portuguesa e francesa, vivendo na Europa e fora do continente, no centro e em muitas periferias.

Essas breves indicações, em que sintetizo algumas reflexões que venho fazendo ao longo dos últimos dois anos¹⁵⁰, mostram que o Brasil continua a ocupar, ao longo de todo o século XIX, um papel central dentro do imaginário português. Com cicatrizes e com suturas a literatura portuguesa tentou fazer renascer um país que havia morrido, imaginando uma nova comunidade portuguesa, em que os antigos laços pudessem ser refeitos de outras formas. Esse sonho, que de certa forma começa com Herculano e Garrett, e termina com Pascoaes e Pessoa, tem nos dois maiores romancistas portugueses do século XIX um campo ainda fértil para descobertas. Nós, aqui, apenas tentamos apontar algumas rotas nesse enorme território ainda por explorar.

Referências Bibliográficas:

- CASTELO BRANCO, Camilo. *A queda dum anjo*. Porto: Anagrama, s.d.
- CASTELO BRANCO, Camilo. *As novelas do Minho*. Lisboa: Europa-América, s.d.
- CASTELO BRANCO, Camilo. *Coração cabeça e estômago*. Lisboa: Europa-América, s.d.
- CASTELO BRANCO, Camilo. *Os brilhantes do brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 1966.
- FRANÇA, José-Augusto. *O romantismo em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1975-1977
- LOURENÇO, Eduardo. *O labirinto da saudade*. Lisboa: Dom Quixote, 1978.
- MARQUES, Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Palas, 1986. 3º volume.
- MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Europa-América, s.d. 2º. volume
- QUEIRÓS, Eça de. *Os Maias*. Oporto: Lello & Irmão, 1945.
- SANTOS, Boaventura. *Pela mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento, 1997.
- UNAMUNO, Miguel de. *Escritos de Unamuno sobre Portugal*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.
- SERRÃO, Joel. *Do sebastianismo ao socialismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.

¹⁵⁰ Os principais textos em que apresentei essas idéias foram o capítulo de livro OLIVEIRA, Paulo Motta Mulheres navegantes na apagada e vil tristeza do Portugal oitocentista. In: Marli Fantini Scarpelli; Eduardo de Assis Duarte (Org.). Poéticas da diversidade. Belo Horizonte, 2002, p. 259-268, o artigo OLIVEIRA, Paulo Motta Peles americanas em corpo europeu: o Brasil na literatura portuguesa oitocentista. Convergência Lusíada, Rio de Janeiro, v. 19, p. 364-376, 2002 e o ensaio, publicado em CD-ROM, OLIVEIRA, Paulo Motta Mediações atlânticas: o brasileiro no mundo lusófono oitocentista. Anais VIII Congresso Internacional da ABRALIC. Belo Horizonte : ABRALIC, 2002.

CIRCULAÇÃO DE LIVROS E IDÉIAS EM PORTUGAL NO CONTEXTO DA CRIAÇÃO DA REAL BIBLIOTECA DA CORTE*

Gizlene Neder
Professora do Depart^o de História da UFF

Este trabalho enfoca o processo de circulação de idéias e livros, na virada do século XVIII para o XIX. Estamos interessados em mapear as situações de apropriação cultural *vis-à-vis* a identificação do percurso do ideário iluminista no campo jurídico.

Trabalhamos a relação do pensamento e da cultura jurídica no mundo luso-brasileiro face aos centros de produção de idéias europeus mais significativos (Itália, França e Holanda), levando em conta a existência de um vasto processo de circulação de idéias em fins do século XVIII, que acompanhou a circulação de pessoas, mercadorias e etc.. De modo que a origem das idéias (ou seja, o lugar das idéias), a autenticidade e o mimetismo são temas que definem a pauta desta discussão.

Em termos metodológicos, abordamos, combinadamente, a história das idéias e da cultura política (e jurídica), circunscrevendo nossa atenção no contexto histórico de criação da Real Biblioteca da Corte, em Lisboa, que será vista a partir dos catálogos elaborados pelo primeiro bibliotecário-mor, António Ribeiro dos Santos. Através dos livros e temas anotados pelo por Ribeiro do Santos nestes catálogos, buscamos situar o processo de produção e circulação de idéias e livros, permitindo a análise acerca das trocas entre autores e obras.

Na coleção de manuscritos de António Ribeiro dos Santos, que estão sob a guarda da Seção de Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa, encontra-se um conjunto de informações preciosas nos vários catálogos de livros e periódicos pertencentes ao acervo da Real Biblioteca da Corte. Como primeiro bibliotecário-mor, encarregado pela coroa para organizar uma biblioteca pública na corte portuguesa, António Ribeiro dos Santos preparou os catálogos de próprio punho e também mandou fazer cópias. É possível distinguir a letra do Autor das dos demais copistas. Em alguns deles, encontramos várias observações de Ribeiro Santos sobre os livros. Importa destacar, sobretudo, a seleção dos livros escolhidos para a Real Biblioteca da Corte, tarefa que o intelectual e jurista se dedicou com minudente atenção.

Quanto ao conteúdo, observa-se um leque temático variado, embora haja uma prevalência de livros de Humanidades; afinal, a área predileta do Autor. Assim que Literatura (portuguesa e estrangeira), Filologia, Poesia, Botânica, Agricultura, Mineralogia, Artes, Artes Liberais, Economia e História (de Portugal e de outros países), figuram ao lado de Medicina e Cirurgia, Física, Química, etc..

Faremos um comentário geral sobre os catálogos e sobre as principais obras, tendo em vista a busca de indícios e pistas que denotem a circulação de idéias (livros e autores) iluministas europeus na virada do século XVIII para o XIX. Cabe, entretanto, sublinhar que há uma relação bastante grande de títulos em latim; sobretudo na área de História e Direito. Como é sabido, para a Real Biblioteca da Corte foram encaminhados os livros da Real Mesa Censória. Podemos supor que tais obras fizessem parte deste fundo bibliográfico inicial¹⁵¹.

O “Catálogo de Livros Escolhidos da História de França” contém 19 títulos em latim, sendo 6 (seis) do século XVI e 13 (treze) do século XVII; há 11(onze) títulos em francês, todos do século XVII, copiados numa folha anexa; a letra não é mais do mesmo copista, mas (tudo leva a crer pela comparação com outros manuscritos) a do próprio António Ribeiro dos Santos. Este catálogo contém um grande número de folhas em branco, contendo no alto a anotação dos títulos, onde podemos identificar a intenção do Bibliotecário-mor numa futura aquisição. Os títulos contemplam: cidades e províncias da França;

* Este artigo insere-se em projeto integrado de pesquisa intitulado Poder, Idéias Jurídicas e Autoridade na Família: História, Direito e Ideologia em Portugal e no Brasil. Contou com o patrocínio do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Brasil). Recebeu Bolsa de Investigação da Biblioteca Nacional de Lisboa/Fundação Luso-Brasileira para o Desenvolvimento do Mundo de Língua Portuguesa.

¹⁵¹ SANTOS, António Ribeiro dos. s/d. Catálogos da Real Biblioteca da Corte, COD. 4622, Tomo 40 (manuscritos) - Seção de Reservados da BNL.

“História Particular dos Reis de França, legado das diversas realezas”. Isto leva-nos a indagar acerca de uma especial atenção de Ribeiro dos Santos pela França, que já havia realizado uma Revolução que impactou a Europa; ou, quem sabe, o cuidado de um bibliotecário-mor encarregado pela coroa de criar a primeira biblioteca pública do reino, intelectual de grande porte e amante de livros; afinal, estamos falando de um professor da Universidade de Coimbra, para quem a questão do conhecimento não era indiferente. Não poderia, portanto, àquela altura, ignorar a França e o surto editorial francês das últimas décadas do século XVIII (um período importante de afirmação do Iluminismo) (Darnton, 1995, pp. 13-39). Ao mesmo tempo, a circulação de idéias, livros e pessoas na Europa no último quartel setecentista era já fato bastante comum na vida cultural de então. Estamos, pois, considerando estas duas hipóteses: de um lado, os aspectos individuais relacionados ao perfil intelectual de António Ribeiro dos Santos possibilitava uma abertura para com os ventos da modernidade; de outro lado, o processo histórico mais geral de passagem à modernidade com a afirmação e a expansão do ideário iluminista possuía uma dinâmica vigorosa e penetrou na formação histórico-ideológica portuguesas.

Na totalidade dos catálogos pesquisados, encontramos um grande esforço classificatório em moldes enciclopédicos, que podemos creditar ao Bibliotecário-mor. Isto vale para a relação dos livros existentes e catalogados, quanto para os que ainda seriam adquiridos. Isto porque estão anotados no alto de páginas os títulos, sem que qualquer obra seja referida. Nas folhas em branco e com título encontramos uma classificação temática: Geografia, Botânica, etc.; e regional, por exemplo, História da França (obras gerais) e, depois, Alsácia, Gasconha, Bretanha, etc.; ou História da Itália (obras gerais) e, depois, Toscana, Nápoles, Sicília, Sardenha, etc.. Os catálogos não vão além das obras gerais. Entretanto, interpretamos a anotação dos títulos - ou subtítulos - como um esforço classificatório, como dissemos, inspirado numa visão enciclopedista do conhecimento, que, sem dúvida, havia tocado a sensibilidade de António Ribeiro dos Santos.

O catálogo mais interessante para a observação da circulação de livros, autores e idéias na virada do século XVIII para o XIX, é, entretanto, aquele designado como “Livros dos pedidos que tem João Baptista Reis, sendo mercador de Livros” ¹⁵². Encadernados junto a outros catálogos num mesmo tomo, é possível identificar uma procedência individual deste catálogo. Das folhas 7 a 87 do tomo em foco, pode-se notar a presença de uma bloco homogêneo de dois cadernos, onde encontramos o mesmo papel e a mesma letra; aliás, nota-se também a costura dos dois cadernos. Algumas observações sobre determinados livros são também preciosas. Um tanto de observações foram feitas em português, mas a maioria está em francês. Aparentemente foram feitas pelo livreiro. Com certeza, não é nenhuma das letras encontradas nos outros catálogos.

Os pedidos feitos ao mercador de livros João Baptista Reis compõem uma lista variada e extensa de temas, livros e autores. Inúmeros clássicos estão referidos: Aristóteles, Tito Lívio, Tácito, Sócrates e Camões.

O item mais significativo é o intitulado “Livros franceses polêmicos”; são um total de 33 livros e, entre eles, estão elencados filósofos gregos e romanos clássicos, além de várias obras em latim e francês de autores pouco conhecidos: Aristóteles, Heródoto, Trucídides e Horácio. Entre os “livros franceses polêmicos” encontra-se, ainda, um “Dictionnaire historique, ou Mémoires Critiques et Littéraires”, de Prosper Marchand (2 tomos, Haye, 1758) e está anotado em francês “Ouvrage estimé”. Sobre o caráter “polêmico” das obras referidas, cabe indagar sobre quem era polêmico àquela altura? As obras ou a França, melhor dizendo, a Revolução Francesa? A julgar pela lista oferecida para análise, o epíteto de “livros franceses polêmicos”, com vários autores clássicos da literatura greco-romana, nos sugere uma grande dose de fantasia acerca do lugar de procedência dos livros - a França revolucionária.

Antonio Ribeiro dos Santos organizou, como bibliotecário-mor da Real Biblioteca da Corte, um catálogo específico para o Direito (de maior interesse temático para nossa pesquisa sobre circulação de idéias e da cultura jurídica iluminista), intitulado “Bibliographia de legislação portuguesa” ¹⁵³. Este catálogo contém uma parte intitulada “Miscelanea” e outra, “Bibliographia de legislação portuguesa”, onde está arrolada toda a legislação portuguesa identificada por Antonio Ribeiro, desde as

¹⁵² SANTOS, António Ribeiro dos. s/d. Catálogos da Real Biblioteca da Corte, COD, 4630, Tomo 48 (manuscritos) - Seção de Reservados da BNL.

¹⁵³ SANTOS, António Ribeiro dos. s/d. Catálogos da Real Biblioteca da Corte, COD. 4628, Tomo 46 (manuscritos) - Seção de Reservados BNL.

Cortes de Lamego, as Concórdias Impressas (desde 1223, D. Sancho II), a Patente de D. Philippe I de Portugal e os Códigos Impressos, Leis e Ordenações. Finalmente, a partir da folha 113, Antonio Ribeiro anotou “Estes borrões de apontamentos que cá achei entre minhas papeladas, servirão de alguma coisa para os trabalhos do código”. Trata-se de uma anotação de próprio punho do Autor, seguida de 28 autores designados como “escritores sobre a jurisprudencia criminal”. Entre eles: Felipe Marco Renazzi (“Tratado dos Delictos”) e M. de Voltaire (“Prix de la Justice et de la Humanité”). Mais ainda, sobre penas e prisão, Antonio Ribeiro faz um esboço de código penal. Trata-se literalmente de um rascunho (“borroes” no dizer do Autor) mas que revela sua intenção, ou melhor dizendo, seu desejo de codificar, pelo menos, uma tentativa, talvez, de oferecer uma alternativa ao projeto de código criminal de Pascoal de Melo Freire, pois bem ao final das anotações encontramos várias contas para estipular tempo de pena de prisão. Suas restrições ao projeto de código de direito público são bem conhecidas e o debate suscitado entre os dois juristas neste particular foram bastante trabalhadas. Podemos especular, a partir desta documentação, acerca de uma discordância também em relação ao projeto de código criminal, pois Ribeiro dos Santos manifestou uma intenção de que os apontamentos que achou em sua papelada serviriam para os trabalhos do código.

Consideramos estas anotações finais de António Ribeiro de Santos muito importantes, pois este esforço em mitigar as penas e prevê-las através de uma medida de tempo, no sentido moderno, capitalista, não se encontra no projeto de código criminal intentado por D. Maria I, encomendado a Pascoal José de Mello Freire. Antonio Ribeiro faz uma anotação que menciona Toscana, o primeiro país a adotar um código criminal moderno.

Há, entre os historiadores do direito portugueses, uma grande preocupação de ressaltar o pioneirismo de Pascoal José de Melo Freire neste projeto de código criminal ultimado em 1786, que se tivesse sido aprovado, antecederia o de Toscana. Esta discussão é feita por António Manuel Hespanha (Hespanha, 1993, pp. 287-320), que também resalta o pioneirismo do projeto de Pascoal de Melo Freire. Para Hespanha, a não aprovação do projeto de código criminal do período marino deve-se à incompatibilidade entre a forma moderna de disposição do projeto (separação e classificação entre crime, delito e penas) e o código e a cultura jurídica tradicional. Tal incompatibilidade teria levado os juristas a aporem resistências ao projeto. Para Hespanha, portanto, Pascoal de Melo Freire foi um autor de ruptura e como tal alargou sua visão sobre o Direito, sensibilizando-se com os autores iluministas que estavam reformulando a discussão sobre a questão penal. Esta interpretação de Hespanha é mais sofisticada em comparação à idéia de que o atraso na introdução de códigos modernos estaria relacionado a fatores externos como a invasão francesa e a transferência da corte para o Rio de Janeiro. Evidentemente que este segundo argumento é fraco, tendo em vista que os códigos criminal e civil portugueses modernos só foram introduzidos nas décadas de 1850/60, portanto, muito depois da Revolução de 1820. Ao mesmo tempo, o argumento de Hespanha, embora apresente uma boa dose de pertinência, não contempla algumas possibilidades interpretativas que levam em conta a história das idéias jurídicas, sua produção, circulação e recepção, tendo em vista os principais temas que dividiam e aglutinavam os juristas europeus de então como a pena de morte, por exemplo. O que nos leva a tentar aprofundar uma interpretação crítica sobre a influência do iluminismo jurídico na reforma dos códigos.

Evidentemente a invocação de pioneirismo do iluminismo penal em Portugal constitui uma leitura extremamente condescendente para com os reformadores do campo do Direito portugueses. Menos ainda podemos invocar alguma autenticidade, ou modernidade (que pode estar associada ao argumento de pioneirismo), nas propostas de códigos elaboradas por Pascoal de Melo Freire; afinal, não nos esqueçamos que o “príncipe dos jurisconsulto portugueses” (como era chamado) redigiu também um projeto de novo Regimento do Santo Ofício¹⁵⁴ num momento de forte radicalização política e ideológica marcado pelo processo de secularização ensejado pelo Racionalismo Iluminista. Ao que tudo indica, tratava-se exatamente de reformar na forma, ou seja colocar em forma moderna as Ordenações do Reino (com método classificatório, do geral para o particular, agrupando e dividindo o direito de família do direito criminal, ao lado do que seria uma carta constitucional: projeto de direito público que reuniria as leis gerais da nação). Tal empreitada revela claramente um esforço de modernização típico das

¹⁵⁴ FREIRE, Pascoal José de Mello. *Projecto de hum novo Regimento para o Sancto Officio*, Seção de Reservados da BNL, COD. 92.

monarquias ilustradas do Antigo Regime reinantes em grande parte da Europa (Rússia, Boêmia, Prússia, Toscana, etc.).

Nem mesmo o caso de Toscana (o primeiro país a adotar um código criminal moderno) deve, no nosso entender, ser tomado como avanço ou progressivismo. Tratou-se, de fato, de uma iniciativa no bojo de uma formação política típica dos regimes monárquicos autoritários e despóticos, que, por isso mesmo e tendo em vista a longevidade do regime, precipitavam várias reformas modernizadoras. Além do mais, o pioneirismo na ação política não significa autenticidade, ou originalidade na produção intelectual iluminista. Esta, por sua vez, como afirmamos ao longo do trabalho, não pode ser identificada num determinado autor de um determinado país, uma vez que a circulação de idéias e de livros era já intensa em fins do século XVIII, sendo o processo de trocas e apropriação muito intenso.

De modo que, não há inovação ou autenticidade do pensamento jurídico a serem reputados à coroa portuguesa no período do reinado de D. Maria I. Também não podemos invocar qualquer progressivismo – na conjuntura associado às idéias liberais - da parte dos juristas brasileiros que fizeram aprovar um código criminal logo na primeira década de sua emancipação política e muito antes de Portugal o fazer. Como dissemos, o Código Criminal de 1830 estava fundamentado, de um lado, no projeto de Pascoal de Mello, e, de outro, nas idéias do iluminismo penal que circulavam pela Europa nas propostas de Voltaire, Beccaria e Bentham. Identificar a autenticidade, ou originalidade destas idéias em qualquer um dos centros de produção do ideário iluminista da Europa (seja a Itália, França, Inglaterra, ou Portugal) seria, portanto, no mínimo ocioso.

Por outro lado, o fundamento principal da interpretação de António Manuel Hespanha é de que a rejeição ao projeto de código criminal deveu-se, sobretudo, à resistência dos juristas tradicionalistas na recepção do projeto em função da sua forma (moderna, como mencionamos acima). Queremos, entretanto, deslocar um pouco o foco de nossas lentes, para o conteúdo dos temas candentes nos debates do campo do Direito que estiveram em pauta desde fins do século XVIII.

O conteúdo da polêmica estava, no campo do direito penal, entre a aceitação ou rejeição da pena de morte e outras penas do Antigo Regime (deportação, galés, açoites, etc.). No campo do direito de família, a polêmica situava-se em torno da idéia de casamento como um sacramento (indissolúvel nos termos do direito canônico) versus a secularização do casamento (casamento civil, com a idéia de contrato – no sentido moderno do termo -, e, conseqüentemente, admissão do distrato – o divórcio).

As convergências entre António Ribeiro dos Santos e Pascoal José de Mello Freire eram muitas¹⁵⁵, do ponto de vista ideológico e cultural: ambos abraçavam o iluminismo jurídico vigente na Universidade de Coimbra reformada, pombalina, sem radicalizar o processo de secularização. Adotavam uma postura conservadora diante das modernizações a serem ensejadas. Divergiram politicamente, de forma pontual. Todavia, a polêmica em torno da interpretação das Leis de Lamego, para fundamentar (Pascoal José de Mello) ou restringir (António Ribeiro dos Santos) os poderes absolutistas da monarquia portuguesa, colocou os dois juristas em campos políticos opostos. Ao mesmo tempo, a discordância quanto ao projeto de código criminal redigido por Pascoal de Mello pode ter levado António Ribeiro dos Santos a esboçar o que seria um projeto alternativo de código criminal. Neste caso, a resistência na recepção do projeto de Pascoal de Mello não teria sido apenas quanto à forma, como afirma António Manuel Hespanha, mas também quanto ao conteúdo (adoção à pena capital). Em relação ao projeto de código de direito público o ponto de discordância entre os dois autores estava referido à valorização das Cortes feita por António Ribeiro dos Santos a partir das leis fundacionais do reino e a introdução de restrições aos poderes absolutistas da coroa implicaria uma maior afinidade com as modernizações encabeçadas pelo novo paradigma legalista em voga, sem colocar em cheque a sobrevivência da própria monarquia.

Por fim, seja na forma ou no conteúdo, a polêmica no campo do Direito constitui uma clara demonstração de esforço de sintonia das idéias formuladas em Portugal com o ideário do iluminismo jurídico que circulava na Europa na virada do século XVIII para o XIX. As principais obras e autores iluministas foram referidos e introduzidos no país. Coube ao projeto de modernização conservadora

¹⁵⁵ Mas não do ponto de vista do relacionamento pessoal entre os dois. José Esteves Pereira, *Op. Cit.*, menciona a virulência dos embates entre os dois juristas por ocasião dos trabalhos da Junta Censória para Revisão do Projeto de Código de Direito Público redigido por Pascoal José de Mello Freire da qual fazia parte António Ribeiro dos Santos. Tanto que Pascoal José de Mello teve de deixar de comparecer às reuniões, enviando sua defesa por escrito.

articulado pelo pragmatismo pombalino filtrar e reinterpretar este ideário, delineando suas especificidades.

FONTES:

FERRÃO, F.A . F. da Silva. *Theoria do Direito Penal aplicada ao Código Penal Português, comparado com o código do Brasil*, Lisboa: 1856, Typographia Universal.

MELLO FREIRE, Pascoal José de. *Direito Público de Portugal*, Seção de Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa, COD. 8.527 (manuscrito).

MELLO FREIRE, Pascoal José de. *Ensaio de código criminal a que mandou proceder a Rainha D. Maria I*, Lisboa: Typographia Maignense, 1823.

MELLO FREIRE, Pascoal José de, *Projecto de hum novo Regimento para o Sancto Officio*, Seção de Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa, COD. 92 (manuscrito).

SANTOS, António Ribeiro dos. 1844, *Notas ao plano do Novo Código de Direito Publico de Portugal do Dr.Paschoal José de Mello, feitas e apresentadas na Junta Censura e Revisão*, Coimbra, Imprensa da Universidade.

SANTOS, António Ribeiro dos. s/d. *Catálogos da Real Biblioteca da Corte*, COD. 4622, Tomo 40 (manuscritos) - Seção de Reservados da BNL.

Referências Bibliográficas:

DARNTON, Robert. *O Iluminismo como negócio, história da publicação da Enciclopédia, 1775-1800*, São Paulo: 1996, Companhia das Letras.

HESPANHA, António Manuel. “Da ‘Justiça’ à ‘Disciplina’, Textos, Poder e Política Penal no Antigo Regime”, In *Justiça e Litigiosidade, História e Prospectiva*, Lisboa: 1993, Fundação Calouste Gulbenkian.

NEDER, Gizlene. *O iluminismo jurídico-penal luso-brasileiro*, Rio de Janeiro: 2000, Livraria Editora Freitas Bastos/Instituto Carioca de Criminologia.

NEVES, Guilherme Pereira das. *E Receberá Mercê: a Mesa da Consciência e das Ordens, o Clero Secular e a Sociedade no Brasil, 1808-1828*, Rio de Janeiro: 1998, Prêmio Arquivo Nacional.

PEREIRA, José Esteves. *O pensamento político em Portugal no século XVIII, António Ribeiro dos Santos*, Lisboa: 1983, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.